

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

SIVONEI RIBEIRO ROCHA

**TRAJETÓRIA DO MAIS-QUE-PERFEITO: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA
DO PORTUGUÊS POPULAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2016

SIVONEI RIBEIRO ROCHA

**TRAJETÓRIA DO MAIS-QUE-PERFEITO: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA
DO PORTUGUÊS POPULAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

Coorientadora: Prof^ª Dr^ª Valéria Viana Sousa

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

2016

Rocha, Sivonei Ribeiro.

R571t Trajetória do mais-que-perfeito: contribuições para a história do português popular de Vitória da Conquista - BA. / Sivonei Ribeiro Rocha; orientador: Jorge Augusto Alves da Silva; coorientadora: Valéria Viana Sousa. Vitória da Conquista, 2016.2016.
128f.: il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística - PPGLIN, Vitória da Conquista, 2016.

Referências: f. 126-128.

1. Verbo- Mais-que-perfeito. 2. Anterioridade – Uso da gramática. 3. Funcionalismo. I. Silva, Jorge Augusto Alves da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. T.

CDD: 469.5

Catálogo na fonte: Cristiane Cardoso Sousa – CRB 5/54-P
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The historical way of plus-quam-perfect: contributions for Popular Portuguese from Vitória da Conquista – Bahia

Palavras-chave em inglês: Plus-quam-perfect. Historical Linguistic. Popular Portuguese.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente-Orientador); Profa. Dra. Valéria Viana Sousa (Coorientadora-UESB); Profa. Dra. Carla Salati Almeida Ghirello Pires (UESB); Profa. Dra. Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro (UESC)

Data da defesa: 29 de fevereiro de 2016

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

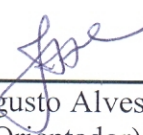
SIVONEI RIBEIRO ROCHA

**TRAJETÓRIA DO MAIS-QUE-PERFEITO: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA
DO PORTUGUÊS POPULAR DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 29 de fevereiro de 2016.

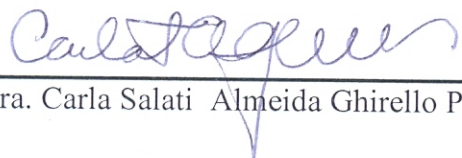
BANCA EXAMINADORA



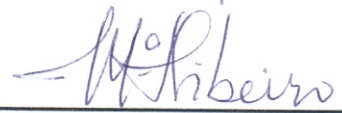
Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (UESB)
(Orientador)



Profa. Dra. Valéria Viana Sousa (UESB)
(Coorientadora)



Profa. Dra. Carla Salati Almeida Ghirello Pires (UESB)



Profa. Dra. Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro (UESC)

À minha mãe, Maria das Graças Ribeiro Rocha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, diretamente ou indiretamente, ajudaram-me no processo de amadurecimento da minha caminhada acadêmica. Em especial, a Deus que me fortaleceu nas dificuldades.

À minha mãe, Maria das Graças, por apoiar os meus planos, preparando para o enredo da vida.

Aos professores que tive na graduação, cujo ensinamento ampliou-me o horizonte de possibilidades para que pudesse dar continuidade aos estudos.

Aos colegas e amigos que conheci durante o mestrado e a graduação, com os quais compartilhamos ansiedades, alegrias e tristezas, por estarmos inseridos em contextos e experiências relativamente parecidas.

Aos professores da banca. Aos colegas do Janus, grupo de pesquisa em que colhi conhecimento e amizades, e, por último, aos meus orientadores, Jorge Augusto e Valéria, pela paciência e pelos ensinamentos que levarei estrada afora!

A todos o meu muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa trata da função de anterioridade a um ponto de referência passado. A este respeito, acreditamos que tal função está codificada no português por meio de outras categorias verbais, além do mais-que-perfeito composto, tais como o pretérito perfeito, evidenciando que a forma simples do mais-que-perfeito parece estar em extinção. Para tanto, esta pesquisa se insere dentro do quadro teórico do Funcionalismo Linguístico. E para comprovar empiricamente isso, verificamos os dados do *corpus* do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo/CNPQ da região urbana de Vitória da Conquista, na Bahia. Ao discutirmos as noções de tempo, aspecto e ponto de referência, procuramos demonstrar que tal função, até certo ponto, não está vinculada apenas à forma verbal, mas perpassa por toda sentença, sendo inclusive reforçados por advérbios de tempo. Acreditamos que a função de anterioridade não é exercida apenas pelo mais-que-perfeito, outros verbos exercem tal função de igual modo, o que, todavia, não é citado pelas gramáticas de cunho normativo. Os resultados obtidos evidenciam também que a função de anterioridade a ponto de referência passado é reforçada por outras categorias além da verbal, como os advérbios e até mesmo os contextos em que determinadas sentenças são ditas. Com isso, ficou claro ser necessária uma ampliação das noções comumente definidas nos manuais de gramática para a definição do mais-que-perfeito, o que ao fazermos, teremos que revisitar, junto aos contextos funcionais deste tempo verbal, as noções de tempo, aspecto e ponto de referência em literaturas especializadas. A selecionar falantes com baixa escolaridade, acreditamos que a função de anterioridade está relacionada à heterogeneidade dos utentes. Assim, ao afirmar que o contexto comunicativo é importante, para compreender a dinâmica da língua no que respeita ao fenômeno em estudo, trazemos ao interior de nossa análise o Funcionalismo, teoria linguística que inter-relaciona forma e função, vistas de maneira dinâmica e adaptável às situações de comunicação. Esta pesquisa faz-se necessária para que futuros estudiosos do fenômeno em discussão encontrem nela caminhos problematizarem suas reflexões. Assim, nosso objetivo é ampliar a discussão sobre tempo verbal que, haja vista, é um campo muito rico para que mais pesquisas tenham mais desdobramentos, e assim, possamos conhecer cada vez mais a nossa língua.

PALAVRAS-CHAVE

Mais-que-perfeito. Funcionalismo. Anterioridade. Uso. Gramática.

ABSTRACT

This research deals with the anterior's function to a point of reference last. In this view, we believe that this function is coded in Portuguese through other verbal categories, in addition to **the plus-quam-perfect**, such as the past tense, showing that the simplest form of the more-than-perfect seems to be endangered. To this end, this research uses the theoretical framework of functionalism Language. And to prove it empirically, we found the data from the Research Group corpus in Historical Linguistics and Sociofuncionalismo / CNPQ the urban region of Vitoria da Conquista, Bahia. In discussing the notions of time, aspect and reference point sought to demonstrate that such a function, to some extent, is not linked only to the verbal, but permeates every sentence, including being reinforced by adverbs of time. We believe that the **anterior's function** is not exercised only by the more-than-perfect, other verbs exercise that function in the same way, which, however, is not mentioned by the normative nature grammars. The results also show that the **anterior's** function to the point that last reference is reinforced by categories other than verbal, as adverbs and even the contexts in which certain sentences are spoken. With this, it became clear the need for a broadening of commonly defined notions in grammar manuals to define the more-than-perfect, what to do, we will have to revisit, together with the functional contexts of this tense, the notions of time, aspect and reference point in specialist literature. The select speakers with low education, we believe that the priority function is related to the heterogeneity of users. So to say that the communicative context is important to understand the language of dynamics with regard to the phenomenon under study, we bring to analysis functionalism, linguistic theory that interrelates form and function, view in a dynamic and adaptable way to situations of communication. This research is necessary to further research on the phenomenon under discussion, so our goal is to expand the discussion on verbal time, considering it is a very rich field for further research have developments, and thus may know increasingly our language.

KEYWORDS

Plus-quam-perfect. Functionalism. Anterior. Use. Grammar.

LISTA DE QUADROS DE ILUSTRAÇÃO

Figura (01): Quadro de Ilustração	18
Figura (02): Quadro de Ilustração	18
Figura (03): Quadro de Ilustração	20

LISTA DE FIGURAS DE LINHA TEMPORAL

Figura (01): Linha Temporal	25
Figura (02): Linha Temporal	25
Figura (03): Linha Temporal	39
Figura (04): Linha Temporal	40
Figura (05): Linha Temporal	43
Figura (06): Linha Temporal	43
Figura (07): Linha Temporal	48
Figura (08): Linha Temporal	49
Figura (09): Linha Temporal	51
Figura (10): Linha Temporal	54
Figura (11): Linha Temporal	78
Figura (12): Linha Temporal	80
Figura (13): Linha Temporal	81
Figura (14): Linha Temporal	81
Figura (15): Linha Temporal	83
Figura (16): Linha Temporal	84
Figura (17): Linha Temporal	87
Figura (18): Linha Temporal	88
Figura (19): Linha Temporal	90
Figura (20): Linha Temporal	94
Figura (21): Linha Temporal	96
Figura (22): Linha Temporal	97
Figura (23): Linha Temporal	100
Figura (24): Linha Temporal	100
Figura (25): Linha Temporal	100
Figura (26): Linha Temporal	102
Figura (27): Linha Temporal	103
Figura (28): Linha Temporal	104
Figura (29): Linha Temporal	105
Figura (30): Linha Temporal	105
Figura (31): Linha Temporal	106
Figura (32): Linha Temporal	107
Figura (33): Linha Temporal	108
Figura (34): Linha Temporal	110
Figura (35): Linha Temporal	111
Figura (36): Linha Temporal	113
Figura (37): Linha Temporal	115
Figura (38): Linha Temporal	122

LISTA DE FIGURAS DE LINHA REFERENCIAL

Figura (01): Linha Referencial	26
Figura (02): Linha Referencial	65
Figura (03): Linha Referencial	66
Figura (04): Linha Referencial	74
Figura (05): Linha Referencial	78
Figura (06): Linha Referencial	79
Figura (07): Linha Referencial	81
Figura (08): Linha Referencial	82
Figura (09): Linha Referencial	82
Figura (10): Linha Referencial	83
Figura (11): Linha Referencial	84
Figura (12): Linha Referencial	84
Figura (13): Linha Referencial	84
Figura (14): Linha Referencial	85
Figura (15): Linha Referencial	88
Figura (16): Linha Referencial	88
Figura (17): Linha Referencial	95
Figura (18): Linha Referencial	105
Figura (19): Linha Referencial	106
Figura (20): Linha Referencial	110
Figura (21): Linha Referencial	111
Figura (22): Linha Referencial	111
Figura (23): Linha Referencial	114
Figura (24): Linha Referencial	114
Figura (25): Linha Referencial	115
Figura (26): Linha Referencial	117
Figura (27): Linha Referencial	117
Figura (28): Linha Referencial	118
Figura (29): Linha Referencial	119
Figura (30): Linha Referencial	120
Figura (31): Linha Referencial	120

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PERCURSO HISTÓRICO DO MAIS-QUE-PERFEITO	15
2.1 TEMPO PRETÉRITO NO LATIM VULGAR	16
2.2 DEFINIÇÕES DE ANTERIORIDADE EM GRAMÁTICAS NORMATIVAS: PROBLEMAS E IMPLICAÇÕES	24
2.3 Gramáticas Expositivas.....	34
2.4 ABORDAGENS LINGÜÍSTICAS: A ANTERIORIDADE NA LÍNGUA EM USO – VÁRIAS FORMAS PARA UMA SÓ FUNÇÃO.....	37
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	44
3.1 Do Funcionalismo, Sociofuncionalismo à Mudança Linguística	44
3.2 Princípios Funcionalistas e os Padrões de Ocorrências da Anterioridade	46
3.2.1 Explicando as anterioridades do <i>corpus</i> do Português Popular de Vitória da Conquista.....	47
3.2.2 Os princípios funcionalistas da iconicidade, da marcação e a sua relação com a marcação da função anterior	51
3.3 GRAMATICALIZAÇÃO E MUDANÇA E A FORMA COMPOSTA	57
4 TEMPO VERBAL, ASPECTO, PONTO DE REFERÊNCIA.....	61
4.1 O TEMPO INTERIOR E EXTERIOR À LÍNGUA	61
4.2 O TEMPO E O PONTO DE REFERÊNCIA AO MOMENTO DA FALA E A UM EVENTO PASSADO	65
4.3 ASPECTO: PERFECTIVIDADE E IMPERFECTIVIDADE (<i>PERFECTUM E</i> <i>INFECTUM</i>)	68
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS	74
5.1 ANTERIORIDADE VERBO-ADVERBIAL	79
5.2 ANTERIORIDADE SEM AÇÃO EXPLÍCITA.....	91
5.3 A FUNÇÃO DE ANTERIORIDADE COM INTRODUTOR “AÍ” E O PROCESSO DE NARRAÇÃO SEQUENCIAL	98
5.4 A FUNÇÃO DE ANTERIORIDADE POR MEIO DA PERMUTA ENTRE OS VERBOS PERFEITO/IMPERFEITO EM CONTEXTO DO MAIS-QUE-PERFEITO	104

5.5 A FUNÇÃO DE ANTERIORIDADE POR MEIO DO USO DO TEMPO COMPOSTO	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

Nosso objeto de estudo é o mais-que-perfeito (simples e composto) na história do português popular. Inicialmente devemos observar que a relação temporal de **passado anterior** a um ponto de referência passado é exercida por outras formas verbais, tais como o pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo, além de ser reforçada por advérbios que atuam como intensificadores da relação de anterioridade. Deste modo, nossa análise estende a toda sentença, pois entendemos que a relação temporal pode estar presente em todo o enunciado, o que pode condicionar o modo de realização do valor temporal dos verbos, seja pela proximidade ou não de palavras adjacentes, seja pelo contexto informacional. O desaparecimento do mais-que-perfeito simples da língua oral é atestado pelos dados de fala de estudo anteriores. Os dados utilizados no presente estudo comprovam mais uma vez esta informação, pois não foi encontrado nenhum exemplo do mais-que-perfeito simples na função de anterioridade.

A marcação temporal é um fator universal nas línguas. Ela é responsável pela indicação dos fatos narrativos, sejam eles cronológicos ou não. O português possui a forma verbal por excelência para indicá-lo, além de outras, de caráter secundário, como os advérbios.

Entendendo a gramática da língua como um sistema adaptável ao uso, e visto que a língua portuguesa em uso elimina o mais-que-perfeito simples, partimos da direção função para a forma, e não ao contrário, pois, ao ser a língua algo adaptável aos contextos de uso, acreditamos que, como evidência disso, há formas variantes para uma só função, e acreditando que a função de passado anterior é sensível ao fator social de escolaridade. Sendo a variação linguística caracterizada como dois significados para uma só palavra, esta pesquisa não se situa dentro da teoria da variação. Seu caráter é funcionalista.

A análise das ocorrências em questão parte de um pressuposto de que o fenômeno em estudo é melhor verificável se o inserirmos dentro de uma perspectiva morfo-sintático-discursiva, pois fatores diversos corroboram como condicionantes desta ou daquela função comunicativa do verbo no que respeita ao uso dos valores de tempo, aspecto e ponto de referência.

Há diferenças variacionais bastante visíveis entre a língua padrão, presentes nos livros de literatura e em gramáticas tradicionais, e a língua utilizada pelo povo. Assim, a ausência de termos valorativos de “certo e errado” deve ser o primeiro passo para a compreensão científica da língua, condição que independe da existência do normativismo linguístico, pois

conforme Calvet (2002), toda língua contém variação. Deste modo, conforme o linguista, estudar a língua em uso é estudar a razão de ser da linguística. A escola, no entanto, devido a uma visão homogênea de ensino de língua, como atesta Castilho (1998), relegou por um tempo a existência de variantes populares. O que acarreta ainda maior dificuldade ao presente estudo se traduz pela natureza do problema em questão, pois normalmente, como mostra Coan (1997), as variações fonológicas e morfológicas são mais salientes e, por isso, são mais monitoradas pela conversa formal, o que não ocorre com o objeto desta pesquisa.

Os corpora que integram esta pesquisa são do banco de dados do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo/CNPq, constituída de vinte 24 informantes de Vitória da Conquista, estratificados de acordo com idade, sexo e a escolaridade¹. Todavia não levaremos em conta tal estratificação, por ser dispensável ao objetivo desta pesquisa, detalhe este que melhor explicaremos no capítulo sobre a metodologia utilizada.

Esta dissertação se divide nas seguintes partes: na primeira seção, expomos uma volta ao latim clássico e ao latim vulgar a fim de identificar a relação entre a forma verbal do mais-que-perfeito e o emprego que ela assumiu nos primórdios da língua da língua portuguesa. Isto é necessário para que em seguida identifiquemos, através da análise da gramática normativa, qual foi a herança que esta recebeu do latim ao redefinir formas prescritivas de uso. Assim, demonstraremos os possíveis problemas que tais definições, tal qual como é demonstrado pelos principais gramáticos da língua em questão, acarretam a compreensão do mais-que-perfeito. Isto se faz necessário para que possamos posteriormente apresentar algumas questões que guiariam uma possível melhor definição do termo, tentativa está que será mais bem empreendida no capítulo III, quando discutiremos tempo, aspecto e ponto de referência.

No segundo capítulo, delineamos os parâmetros teóricos deste estudo, explicamos a análise das estruturas da língua em uso. São abordadas também as noções sobre gramaticalização, iconicidade e marcação, princípios funcionalistas que são importantes para a compreensão do fenômeno em estudo, pois mostram como o uso faz com que os termos se tornem mais gramaticalizados. Já a iconicidade e a marcação apontam para uma relação não arbitrária entre a língua e uso. Tal discussão abre a possibilidade para entender o processo de mudança que levou a anterioridade ser exercida por outras categorias que não o mais-que-perfeito.

¹ O *Corpus* do PPVC, Português Popular de Vitória da Conquista, de Responsabilidade da pesquisadora Valéria Viana Sousa, possui o seguinte número de registro CAAE, Certificado de Apresentação para Apresentação, **34221214 9 0000 00 55** no comitê de ética. Este projeto integra o Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo/CNPq da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Na terceira seção, discutimos noções de tempo, aspecto e como tais conceitos podem ser aplicados na análise da função de passado anterior. E na quarta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos empreendidos nesta dissertação.

Diante disso, os objetivos desta pesquisa são:

- Descrever um fenômeno de várias formas para uma só função, o que implica classificar o fenômeno analisando-o do ponto de vista funcionalista. Faremos assim uma interface morfo-sintaxe-discurso, visto que acreditamos que o caso aqui estudado perpassa por estes três domínios: morfologia, sintaxe e discurso.
- Demonstrar que, além do mais-que-perfeito, outros pretéritos se comportam como variantes quando a função em questão é a anterioridade a um ponto de referência passado, e se existem aspectos contextuais e estruturais que condicionam a aparição do mais-que-perfeito, bem como a realização da anterioridade para além da forma verbal, demonstrando os condicionantes da escolha das formas.

A pergunta central que nos guia nessa trajetória é: como o sistema linguístico do português popular se reorganizou para marcar a ideia de anterioridade sem usar a forma simples do mais-que-perfeito?

Tal pergunta, no entanto, nos leva a outra: que estratégias linguísticas o falante do português popular utiliza para marcar a ideia de anterioridade? Tais questões norteadoras vão nos guiar na trajetória que ora empreendemos.

2 PERCURSO HISTÓRICO DO MAIS-QUE-PERFEITO

Em nossa trajetória histórica sobre a natureza e o uso do mais-que-perfeito no português, somos forçados a recorrer ao latim para dele retirar lições que embasam nossa discussão. Recorremos, portanto, à autoridade inquestionável de Alfred Ernout e François Thomas, *Syntaxe Latine*, na edição de 1953.

Ernout e Thomas (1953) afirmam, de forma contundente, que no latim a noção de aspecto deve ser destacada, já que a ação se subordina à ideia de “desenvolvimento”, ou seja, se a ação se realiza no momento da fala, logo posterior ao momento da fala, se está conclusa, se está em conclusão; indo, assim, além da noção de tempo que, de certa forma, permeia as línguas românicas. Em latim, destacam-se, nesse sentido, o aspecto “não acabado” vs “acabado” da ação, traduzidos em *infectum*² (*in+factum>infectum*, isto é, ainda não feito ou concluso) e *perfectum* (*per+factum>perfectum*), isto é, mais que feito, conclusão.

Em relação ao mais-que-perfeito, Ernout e Thomas (1953, p. 224) reconhecem que o “*plus-que-parfait*” designa uma forma de passado anterior ao “*passe du perfectum*” e apresenta como comprovação um excerto de Plauto, autor pré-clássico para em seguida afirmar que a distinção entre o perfeito e o mais-que-perfeito (passado anterior) não era respeitada por clássicos como César e Cícero. Os exemplos foram coligidos de Ernout e Thomas (1953, p.225), os destaques são nossos:

“*alius ad te veneram*” (Plauto)

“*equitatum omne muernire iusserat*” (Cícero)

“*qui sermoni interfuerunt*” (Cícero)

Curiosamente, Ernout e Thomas (1953) assinalam ainda que os mesmos clássicos que avalizam o uso do *plus-quam-perfectum* usam-no onde normalmente se esperaria o perfeito e até o imperfeito, demonstrando que há falta de rigidez na oposição *infectum* vs *perfectum* presente naquela forma verbal. Seria dispendioso e pouco produtivo citar todos os exemplos, mas um exemplo elucidativo está no emprego da forma “*demonstraveram*” por “*demonstravi*” em: “*cum hislegatis Commius Atrebasuenit quem supra demonstraeram a Caeserare in Britanniam praemisum*”. O excerto pertence a César, logo um autor clássico.

² Ernout e Thomas (1953) chamam a atenção para o fato de em latim não existir o aoristo, uma forma de indeterminação verbal, demonstrando a dificuldade de muitas vezes traduzir-se para o latim as formas do aoristo da língua de Homero.

Da exposição sobre o latim clássico, podemos tirar as seguintes lições:

- a) No latim clássico, a distinção entre as formas verbais era parcialmente seguida, destarte não podemos falar de regras de uso, mas de tendências de uso;
- b) No latim clássico, o mais-que-perfeito era usado onde se esperava o perfeito e até o imperfeito, sendo também recorrente o uso do perfeito no lugar do mais-que-perfeito;
- c) No latim clássico, a noção aspectual *infectum vs perfectum* se sobrelevava à noção de tempo mais-que-perfeito e perfeito/imperfeito.

Seguindo a linha de raciocínio apontada pelos autores, passemos agora a discutir o comportamento do mais-que-perfeito na língua corrente, usual, denominada “latim vulgar”.

2.1 TEMPO PRETÉRITO NO LATIM VULGAR

Ernout e Thomas (1953) afirmam de forma contundente que a língua vulgar não fazia distinção entre os tempos, no tocante ao mais-que-perfeito e a outras formas, inclusive chegam a usar o termo “*indistinction*” ou seja, “indistinção”, e para tanto comprovam o que dizem numa acurada análise da escrita de Petrónio em que numa série de coordenadas há emprego de uma forma e de outra indistintamente, vejamos: “*mi omnia exposuit; intestinas measnouerat.; tantum quod mihi non dixerat quid pridie mcenaueram*” (PETRÔNIO apud ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 225). Assim, a fim de manter o *consecutiuo temporum* deveria haver a correlação “*exposuit*” com “*dixit*” e não com “*dixerat*” como está no original de Petrónio. Reconhecida tal ausência de distinção basta-nos questionar qual seria o motivo de tal “desrespeito” à norma do paralelismo entre os tempos? Para respondermos a isso, recorramos ao estudo sobre o latim vulgar feito por Grandgent.

Segundo Grandgent (1952), *Introduccion al Latin Vulgar*, se considerarmos o sistema do *perfectum*, o latim vulgar apresentava dois tipos distintos de categorização verbal: o pretérito fraco e forte. Assim, os verbos da primeira e quarta conjugações tinham o perfeito fraco, ao passo que os verbos da segunda e terceira, tinham o pretérito forte. O perfeito fraco tinha adicionado <v>³ entre vogais, sendo parte do radical: (-*avi*; -*evi*; -*ivi*). Com forte tendência a manter o acento sobre a vogal característica, houve uma inclinação à eliminação

³ Grandgent emprega o grafema <v> no lugar do <u> consoante, mesmo reconhecendo que tal letra fora introduzida na forma minúscula no Renascimento por Pierre de la Rameé.

do <v> entre vogais, como mostram os exemplos da quarta conjugação: - de *ivistia isti*, de *ivistisa istis*, reduzindo ainda mais, quando depois *ivi* virou *ii*, de *ivitaiit*, de *-iverunta -ierunt*, depois de *-ivimus* em *-imus*. A primeira conjugação também sofreu este processo de redução do <v>, quando em *-avisti*, *-avistis*, *-averunt* resultou em *-asti*, *-astis*, *-arunt*.

Em relação ao perfeito forte, Grandgent⁴ (1952) nos informa que havia três tipos: os que têm <u>, os que têm <s> e os que nada têm adicionados à raiz. O <u>, ao perder seu valor silábico, tornou-se [w]: *plac[w]i*, por exemplo. Os perfeitos em *-vi* também eram pronunciados como [w]ui, como em *cognovi*, *crevi*, *pavi*. Em outros casos, houve redução vocálica também como em *fuerunt* em *furunt*, e *fuimus* converte-se em *fum(m)us*. Assim, temos as formas que formam no português o pretérito perfeito, de onde derivam o mais-que-perfeito português. Ora, segundo o testemunho abalizado de Grandgent (1952), os processos que resultaram na alteração de formas latinas produziram em outras línguas uma opacidade, isto é, as formas passaram a serem confundidas e como tal uma passaria a suplantar a outra.

Nesse sentido, o *plus-cuam-perfectum*, representaria em latim a ação anterior à outra ação também passada e sua conservação na escrita se faria como nos tempos antigos (do Arcaico e do Clássico) à semelhança de (*placueram*, *dixeram*; *feceram*, *fecero*), conservando, inclusive, a indistintividade já anunciada por Ernout e Thomas (1953). Em suma, no latim vulgar, nas formações dos perfeitos fracos, as formas do mais-que-perfeito eram usadas com contração, ou sincopadas o que apenas comprovaria a pouca eficiência da oposição outrora estabelecida pela língua.

Como vimos, o paulatino enfraquecimento da distinção entre as formas do pretérito pode ser visto como um fenômeno recorrente nas variedades de língua latina.

Com o intuito de comprovar a pouca produtividade da distinção entre os tempos do pretérito e de demonstrar que outros recursos as línguas neolatinas usaram para manter a oposição nocional, especialmente no caso do português, precisamos investigar nos momentos primeiros de consolidação das línguas, isto é, a fase arcaica.

Um dos compêndios clássicos sobre a morfologia verbal da língua portuguesa arcaica atesta a simplificação que o sistema verbal do latim sofreu na sua passagem para o português. J. J. Nunes (1945) afirma que a conjugação no português conserva ainda com diferenças certa

⁴ O latim clássico literário possuía quatro conjugações, ao passo que no latim vulgar três, pois a segunda e a terceira fundiram-se, ao perderem a oposição quantitativa. Esta junção resultou mais tarde, em português, nas três conjugações **Ar**, **Er**, **Ir**, dos verbos regulares. A primeira declinação, ou conjugação, era a mais resistente às mudanças da língua falada, além de ser a que mais continha verbos, pois recebia mais verbos das segunda e terceira conjugações do que doavam a estas, como em *torrere*, *torrare*, *torrar*. A segunda conjugação absolveu os verbos da terceira: *ponere*, *poere*, *poer*, *pôr*. A quarta conjugação, em IRE, deu origem a terceira conjugação do português, argumentam Carvalho; Nascimento (1971).

complexidade de formas do latim, mas no lugar do “rígido” *consectutio temporum*, foram as desinências as responsáveis por estabelecerem um quadro de distinção. Conforme Nunes (1945), junto às alterações fonéticas, houve ainda perda de certas formas de tempos e criação de outros, tais como o futuro do indicativo, que trocava o pelo <v>, o que mais tarde se estenderia, segundo ele, para a terceira pessoa do pretérito.

Nunes (1945) procura⁵ ater-se a uma descrição formal ou estrutural das formas do mais-que-perfeito citando-as no quadro geral das conjugações. Filiado a uma corrente evolucionista, preocupa-se apenas em elaborar equações metracrônicas, bem como em apresentar os correspondentes de formas verbais. Recorremos então a outro autor, Edward Williams (1973), para apresentar o quadro de correspondências, já que a leitura desse autor não nos leva a fazer recortes no quadro geral das conjugações.

Segundo Williams (1973), as terminações do mais-que-perfeito dos verbos da primeira conjugação do latim clássico e em português podem ser assim arranjadas:

Quadro 1: Correspondência latim – português.

Latim clássico:	Português
-āram	-ara
-āras	-aras
-ārat	-ara
-āramus	-áramos
-ārātis	-árades
-ārant	-aram

Fonte: Williams, 1973.

Ainda conforme este autor, as terminações do mais-que-perfeito da quarta conjugação do latim clássico, do latim vulgar e em português são:

Quadro 2: Correspondência Latim Clássico – Latim Vulgar – Português

Latim clássico	Latim vulgar	Português
-ieram	-ira-ara	
-ieras	-iras	-aras

⁵ Em seu estudo, Nunes (1945) não apresenta diferenciação entre tempos compostos e simples no estado atual da língua portuguesa. Não há também citação sobre o desuso do mais-que-perfeito na língua portuguesa.

-ierat	-irat-ara	
-ieramus	-iramus-áramos	
-ieratis	-irates	-árades
-ierant	-irant	-aram

Fonte: Williams, 1973.

Como é possível ver, do latim clássico ao português, manteve-se o morfema <-a> como marcador modo temporal dos verbos da forma simples. Devemos nos lembrar, contudo, que, se a distinção a rigor não era seguida nem no latim clássico nem no vulgar, não se há de esperar que o mesmo ocorresse em português. Ademais, como indica Nunes (1945), embora as pequenas modificações fonéticas não tenham alterado por completo o verbo, o uso de tais formas não seguia uma construção biunívoca. Por outro lado, o português, a partir da analogia com a voz passiva, criaria uma série de formas compostas a fim de completar o quadro dos sentidos de configuração verbal.

Ainda em relação ao latim vulgar, o processo analítico de conjugação passiva passou então a estar presente em toda conjugação, fator que na língua clássica só existia nos verbos do pretérito, agora os verbos do pretérito e os demais tempos passam a usar o particípio passado de qualquer verbo ser, por influência do processo que consistia em antepor o infinitivo ao presente do indicativo do verbo *habeo*, e dizendo assim, em vez de *amabo*, *amare habeo*.

Nessa mesma linha de raciocínio, Ismael Coutinho (1976), esclarece sobre a formação de outras formas criadas na língua portuguesa:

[...] Apesar de a maioria dos tempos da conjugação latina se ter conservado na portuguesa, com idêntico emprego, alguns todavia, se estenderam a novas funções, outros desapareceram, tonando-se assim necessária a criação de novos tempos para os substituir (COUTINHO, 1976, p. 275).

Esmiuçando as afirmações de Coutinho (1976), chegamos a algumas evidências, considerando a passagem das formas verbais latinas para as portuguesas: a) houve conservação, b) houve extensão de funções e c) houve desaparecimento de formas. Se nos ativermos ao nosso caso, é oportuno lembrar que o mais-que-perfeito latino foi parcialmente conservado na forma simples e que houve a criação do mais-que-perfeito em sua forma composta. O próprio autor, saindo de uma perspectiva histórica, reconhece fatos da atualidade ao afirmar que, no português, formas compostas tendem a substituir formas simples, que caem

em desuso na língua falada, restringindo-se apenas à língua escrita. Por fim, assevera o autor que a forma portuguesa simples provém de uma forma sincopada latina:

Pretérito mais-que-perfeito

Quadro 3: Evolução do mais-que-perfeito

1ª conjugação	
Latim vulgar	português
<i>Amaram por amaveram</i>	amara
<i>amaras por amaveras</i>	amaras
<i>Amarat por amaverat</i>	amara
<i>Amarámus por amaveramus</i>	amáramos
<i>Amarátis por amaveratis</i>	amáreis
<i>Amarant por amaverant</i>	amaram

Fonte: Coutinho (1973).

Como pode ser visto, passando para o português, caiu o *-m* da 1ª pessoa. Nas 1ª e 2ª pessoa houve mudança de acento tônico, saindo da penúltima e indo para antipenúltima sílaba, segundo Coutinho (1976), devido à analogia com a acentuação das pessoas do singular. A desinência *-mus* tornou-se *-mos*. O *-i* de *-tis* deu em *-e*. No século XV, ocorre a queda do *-d* da desinência *-des*. Ademais, estes processos de simplificação ocorreram em outras conjugações.

Na mesma linha de abordagem histórica, Said Ali (1966) sai da perspectiva diacrônica e lança um olhar sobre a contemporaneidade, mencionando o caráter substitutivo do mais-que-perfeito composto em relação à forma simples:

[...] O pretérito imperfeito *tinha visto* de ter visto, cuja significação em virtude do aspecto perfectivo é muito próxima à do pretérito mais-que-perfeito *vira de ver*, manteve a sua vitalidade e substitui muitas vezes, sobretudo na linguagem familiar, o do mais-que-perfeito. (ALI, 1966. p. 162)

O autor chama de tempos compostos a união de auxiliar mais partícipio, o que na literatura linguística não é unânime:

[...] da combinação de um verbo relacional (auxiliar) em suas diversas formas com o infinitivo, gerúndio ou particípio do pretérito de verbo nocional (verbo principal), resulta a conjugação composta. Anda, andou, andara são formas do verbo andar na conjugação simples; tem andado, terá andando, tivesse andado pertencem ao mesmo verbo na conjugação composta estar andando (ALI, 1966, p. 161).

No entanto, Said Ali (1966) apresenta uma visão diversa da classificação do mais-que-perfeito: a forma composta do mais-que-perfeito seria *vira/tivera visto*. Para ele, *tinha visto* é o imperfeito composto, o que para outros gramáticos seria o mais-que-perfeito. Assim, o gramático histórico faz uma reinterpretação da construção verbal latina, já que daria uma forma composta a um tempo do *infectum*, o qual teria voz passiva na sintética e não analítica como só aconteceu com as demais formas verbais.

Ainda nos resta perguntar quando na história da nossa língua outras formas do mais-que-perfeito⁶ foram introduzidas a par daquela oriunda da flexão latina. A resposta para tal questão pode ser vista em Carlos Eduardo Pereira, em sua *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa* (1932). Segundo Pereira (1932), TER e HAVER só passaram a ser auxiliares de verbos no particípio a partir do século XVI. O auxiliar TER obteve maior emprego como auxiliar, ocorrendo o inverso até o século XV. Os auxiliares, afirma o autor, tinham somente sentido pleno antes do século XVI; com o esvaziamento de sentido, formaram-se os tempos compostos, o que ele chama também de construções perifrásticas. Com estes, o objeto direto deixa de concordar com o verbo no particípio. Se antes ocorria assim *tenho escritas as cartas*, tal construção passa a ser sem concordância de plural e de gênero: *tenho escrito as cartas*. Assim, surge um processo analítico para os processos verbais, como forma alternativa para o emprego do mesmo valor da forma simples. Deste modo, com o desuso da forma simples do mais-que-perfeito, a forma composta foi uma alternativa ao falante para operar a função de passado anterior: “[...] as línguas românicas⁷, em seu movimento analítico, criaram, ao lado de cada tempo simples da conjugação latina, um tempo composto como os verbos TER e HAVER, transformados de verbos concretos em verbos abstratos ou auxiliares” (PEREIRA, 1932, p. 503).

⁶ Segundo Pereira (1932), a forma composta do mais-que-perfeito conjuga o auxiliar com o morfema *-ra*, *tivera amado*, ao contrário do que é dito por outros gramáticos, que afirmam que o tempo composto do mais-que-perfeito tem o auxiliar conjugado no imperfeito, *tinha amado*. Assim, para ele, *tinha amado* é sinônimo de *amava*, e não de *amara*.

⁷ Segundo Machado (1941), as línguas neolatinas conservaram mais a noção temporal do que a aspectual: “[...] perdida a noção de aspecto verbal para se lhe substituir a noção temporal” (MACHADO, 1941, p. 174). Talvez, fato que comprove esta afirmação é a quase completa ausência sobre aspecto em gramáticas normativas modernas. Para o autor, o morfema *-a* é por excelência uma desinência tanto do *infectum* quanto do *perfectum*. O *-a* está no imperfeito como no perfeito: *lege-a-s*; *lege-b-a-mus*; *leg-er-a-s*; *leg-er-a-mus*, etc.

O tempo passado, segundo o Pereira (1932), a depender do maior ou menor afastamento em relação ao momento da fala, pode ser dividido em pretérito perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito. Este último possui uma relação muito próxima com o perfeito anterior. Ambos têm, na visão do gramático, uma diferença sutil, ou seja, o primeiro *tinha estudado/estudara* e o segundo, *tive estudado*. Para Pereira (1932), o perfeito e o perfeito anterior podem, assim como o mais-que-perfeito, enunciar uma ação duplamente passada, diferenciando-se do mais-que-perfeito por enunciar fatos recentes em relação ao momento da fala: *eu tive concluído/concluí a leitura, quando ele chegou*. Sendo a chegada dele imediata à conclusão da leitura, caráter este, afirma Pereira (1932), ausente no mais-que-perfeito: *eu tinha concluído a leitura, quando ele chegou*.

Se fizermos um rápido comparativo histórico com as línguas românicas, podemos compreender um pouco desse árduo processo de transformação dos verbos latinos, já que o perfeito anterior permanece no francês, porém no português é comumente substituído pelo perfeito simples ou pelo mais-que-perfeito, enquanto que o italiano criou para si três formas compostas de passado sem correspondência a formas simples: *trapassato remoto*, *passato prossimo* e *passato prossimo*, conforme nos informa Vincenzo Spinelli (1940, p. 86).

Com base na discussão preliminar que fizemos podemos tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, a gramática histórica⁸ deu pouca relevância ao estudo do mais-que-perfeito, quer na sua forma simples quer na sua forma composta, sinalizando seu pouco emprego ou seu crescente desuso. Conforme Nunes (1945), ainda que tenha havido permanência de muitas formas verbais no latim vulgar, e pequenas alterações fonéticas por meio de queda de fones no interior do vocábulo, certos tempos não continuaram a ser utilizados. Destarte, o português recorreu a expedientes linguísticos para manter a ideia de anterioridade, considerando as perspectivas de criação de formas ou extensão de sentido⁹ (COUTINHO, 1976, p. 275). Em segundo lugar, houve a prevalência do uso da forma em

⁸ Com base em Carvalho e Nascimento (1971) e Coutinho (1976), podemos observar que houve uma preocupação das gramáticas históricas em se aterem às perdas fonéticas e justamente naquelas perdas que redundassem em alterações morfológicas, mas pouco se deu ao estudo das funções. Com a perda de oposições fonéticas que marcavam diferentes declinações, e consequentes junções de conjugações, a categorização aspectual das formas verbais foi desaparecendo das discussões da tradição gramatical, ao contrário do que existia no latim, na oposição do *perfectum* e *infectum*. A nomenclatura, no entanto permaneceu através dos nomes verbais: pretérito perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito.

⁹ Coutinho (1976) afirma que houve criações novas para substituírem perdas no latim vulgar, como, por exemplo, a extinção da forma sintética passiva, ao contrário da voz ativa que conservou muitas formas: Uma criação nova, que substituiu a voz passiva sintética, foi o tempo composto, formado o verbo *habere*, depois com *tenere*, junto com o particípio passado de outro verbo. No português, a forma composta passou a ser mais utilizada do que a forma simples, que caiu em desuso na língua falada, restringindo-se apenas a língua escrita.

detrimento do estudo da função, considerando-se perdas e ganhos morfológicos. Nesse sentido, vamos apresentar algumas conclusões.

Nunes (1945) representaria os que consideram os novos tempos verbais e os novos usos verbais como resultados de alterações fonéticas, demonstrando que na evolução fonética estaria toda a raiz das mudanças linguísticas. Em verdade, o autor dedica-se em seu estudo a descrever tais mudanças em mais de 2/3 de todo o compêndio.

Grandgent (1952) estaria na defesa dos que creem que as mudanças sejam condicionadas por pressões internas do sistema, mas não restritas aos fenômenos fonéticos. Destarte, na oposição entre formas fracas e fortes poderia estar a raiz da conservação, da alteração formal ou da extensão de sentido. No entanto, temos que reconhecer que Grandgent (1952) ainda se apoia em uma motivação fonética, mesmo que seja de forma mais abrangente do que a exposta por Nunes (1945). O mérito de Grandgent (1952), contudo, estaria em reconhecer que o *plus-cuam-perfectum*, o pretérito mais-que-perfeito, em latim vulgar, como ocorre em português, representava em latim a ação anterior à outra ação também passada. A conservação do *pluscuamperfectum* seguia a semelhança de tempos antigos: *placueram*, *dixeram*; *feceram*, *fecero*. No latim vulgar, nas formações dos perfeitos fracos, as formas do mais-que-perfeito eram usadas com contração, ou sincopadas. Entre as quedas de fones e de perdas de oposição, de quatro conjugações verbais, resultou-se apenas em três.

Coutinho (1976), ao nosso juízo, apresentaria a analogia como “força motriz” das alterações de forma e extensão de sentido. Quando passa para o português, o mais-que-perfeito sofre novas alterações fônicas, caindo-lhe o *-m* da 1ª pessoa do singular: *amaram* torna-se *amara*. Nas 1ª e 2ª pessoa houve mudança de acento tônico, saindo da penúltima e indo para antepenúltima sílaba, segundo Coutinho (1976), devido à analogia com a acentuação das pessoas do singular. A desinência *-mus* tornou-se *-mos*: de *amarámus* a *amáramos*. O *-i* de *-tis* deu em *-e*. No século XV, ocorre a queda do *-d* da desinência *-des*: de *puniveratis* para *puníreis*.

Por fim, a concorrência com a perífrase verbal, levaria a forma simples a uma situação de estertor. É curioso notar que com a forma composta há o progressivo desaparecimento do morfema *-ra*, pelo menos da língua falada. A identificação do mais-que-perfeito passa de um emprego formal do emprego do *-ra*, para outro que é identificado contextualmente, visto que em TER+PARTICÍPIO não temos a presença tradicional da forma identificadora de anterioridade, mas sim, o auxiliar no pretérito imperfeito, e um verbo pleno no particípio. Seguindo essa linha de raciocínio, Pereira (1932) e Ali (1966) chamam esta construção não de tempo composto do mais-que-perfeito, e sim do pretérito imperfeito. Em outras palavras, para

ser tempo composto do mais-que-perfeito, a construção deveria ser *tivera cantado*, e não *tinha cantando*. Hodiernamente, o mais-que-perfeito composto é constituído de auxiliar, no imperfeito, *tinha*, mais particípio passado, *amado*: *tinha amado*. Conforme Pereira (1932), é a partir do Século XVI que o mais-que-perfeito composto assume cada vez maior predominância.

Após essa breve exposição diacrônica, passemos a visitar as gramáticas normativas e, por meio de uma leitura crítica, chegar a descortinar a trajetória do uso do passado anterior (anterioridade), quer materializado no mais-que-perfeito quer materializado em formas substitutivas.

2.2 DEFINIÇÕES DE ANTERIORIDADE EM GRAMÁTICAS NORMATIVAS: PROBLEMAS E IMPLICAÇÕES

A tradição gramatical brasileira é herdeira de uma tradição que interpretou a gramática greco-latina tornando-a como o modelo a ser seguido. Tal modelo, considerado o ideal, aplica aos usos discordantes diversas etiquetas: incorreto, errado, provinciano, vulgarismo etc. No entanto, existem usos linguísticos que destoam da prescrição normativa, mas que são pouco percebidos pelos falantes. Nesse sentido, Coan (1997) argumenta que para o falante reconhecer contextos de troca do mais-que-perfeito por outro tempo verbal é, sem dúvida, uma tarefa que passa despercebida. Ele possivelmente não diria que (2) é gramaticalmente melhor que (1), por ter utilizado a forma verbal “adequada” para indicar um passado anterior a outro, ao contrário do que ocorre em (1):

(1) “[..] Nós se CONHECEU na festa que eu FUI” (PPVC¹⁰)

(2) Nós nos CONHECEMOS na festa que eu TINHA IDO.

Sendo as gramáticas normativas manuais de consulta para o “correto” emprego da língua, consultamo-las a fim de verificarmos como aparece a definição do mais-que-perfeito e o uso de outras formas que normalmente aparecem no “lugar” que lhe caberia.

Antes de iniciarmos a discussão detalhada de como a tradição gramatical trata o mais-que-perfeito em português, é necessário apresentar observações feitas por Coan (1997), para quem a tradição gramatical trouxe a questão numa discussão dicotômica entre a sequenciação

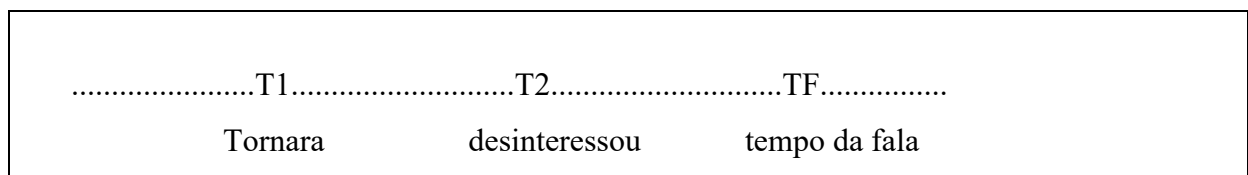
¹⁰ P(ortuguês) P(opular) de V(itória) da C(onquista).

temporal e contra sequenciação temporal, ou seja, o cerne da questão residiria no sequencial *versus* o contra sequencial.

Conforme Coan (1997), os exemplos trazidos pelas gramáticas normativas, em sua maioria, são contra sequenciais, ou seja, a situação que ocorreu por último vem codificada primeiro:

(03) O monólogo TORNARA-se tão fastidioso que o Barbaça DESINTERESSOU-se (F. Namora, T). (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 470).

Figura 1: Linha Temporal

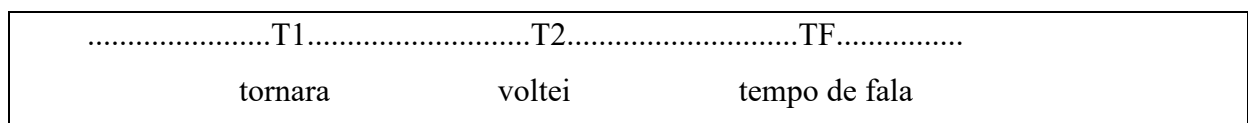


Fonte: Próprio autor.

Na linha do tempo acima, T1 (tornara) representa o primeiro fato ocorrido em ordem sequencial, e T2 (desinteressou-se), o fato seguinte, pois para que o Barbaça desinteressasse pela festa, foi preciso que primeiro ela se tornasse fastidiosa. Vemos claramente que este é um exemplo de uma narrativa sequencial. Já neste próximo exemplo da figura (2), ocorre o inverso, ou seja, contrassequencial, pois o último verbo (voltei) é consequência da primeira ação descrita:

(04) VOLTEI para casa, porque a festa TORNARA-se monótona (MELO, 2001, p. 30).

Figura 2: Linha temporal



Fonte: Próprio autor.

Segundo Neves (1997), quando a língua está em uso, a informação nova tem maior prioridade na ordenação da sequência da ordem cronológica do enunciado: “[...] numa determinada situação de interação, determina a ordenação das formas, seja no nível oracional, seja no nível de organização do texto” (NEVES, 1997. p.108). Assim, a situação contextual poderia ser um fator indicador da ordenação sequencial ou contrassequencial do passado duplamente anterior. Deste modo, o fator pragmático torna-se relevante na análise desta questão.

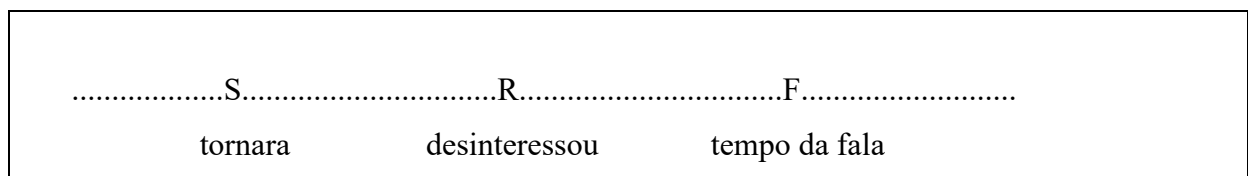
Sendo o mais-que-perfeito um tempo anterior a outro tempo passado, como as gramáticas normativas afirmam, percebemos, com esta afirmação, que há outro tempo passado contextualmente relacionado ao mais-que-perfeito. Esse tempo é representado pelo pretérito perfeito, que serve com um ponto referencial, ou seja, o mais-que-perfeito está contextualmente “subordinado” a este tempo verbal, como mostra o exemplo retirado de Cunha e Cintra (2008):

- (05) O monólogo tornara-se tão fastidioso que o Barbaça desinteressou-se (F.Namora, T) (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 470).

Com base nele, percebemos que o enfoque cronológico do que é narrado no enunciado traça uma linha que começa de um fato que gera outro. Assim, o ato de DESINTERESSAR está interligado a TORNARA-SE. Com isso, nossa indagação pontua-se na seguinte questão: o foco narrativo da sentença dirige-se ao mais-que-perfeito ou ao perfeito? Evidentemente, novamente dependemos do contexto para solucionar este caso.

Na figura (01) abaixo, (S) representa o momento da situação, (R) o tempo de referência, ou ponto referencial, e (TF), o momento da fala, conforme Comrie (1990), que diz que: “[...] *where the reference point for location of a situation is some point in time given by the context, not necessarily the present moment:*” (COMRIE, 1990. p. 58)¹¹:

Figura 01: Linha Referencial



Fonte: Comrie (1990).

No entanto, tal questão não foi pautada pela tradição gramatical, que apenas se ateve à descrição formal e a prescrição de uso. Apresentaremos uma discussão do tema em gramáticas selecionadas, justificando a escolha feita e que implicações tais manuais causam em nosso estudo. Para tanto, nos ateremos aos seguintes compêndios, nomeando-os por autores: Cegalla (2005), Cunha e Cintra (2008), Rocha Lima (2006), Melo (2001) e Houaiss (2008).

A *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* de Pascoal Cegalla está em sua 48ª edição, tendo vindo a lume em 1964. Compêndio adotado em grande parte das escolas de

¹¹ “[...] o ponto de referência localiza uma situação em algum ponto no tempo determinado pelo contexto, não necessariamente no momento presente” (Tradução nossa)

ensino fundamental e básico, representando uma geração de estudos gramaticais voltada para a língua escrita.

Segundo Cegalla (2005), o mais-que-perfeito é um tempo derivado do pretérito perfeito, formando-se a partir do radical da forma primitiva, que neste caso é a 3ª pessoa do plural, como em *disseram*. Em seguida, o gramático apresenta as conjugações de tempo simples: *cantara, cantaras, cantara, cantáreis, cantaram*. O mesmo procedimento é feito em relação à forma composta, para qual são apresentados os seguintes exemplos: *tinha dito, tinha cantado, tinha comido, tinha partido*. Logo em seguida, aparece a forma composta passiva: *tinha sido, tinha estado, tinha havido, tinha tido*. Cegalla (2005) argumenta que o tempo composto é formado pelos verbos auxiliares *ter* ou *haver*, seguido de participípio.

Cegalla (2005) restringe-se a uma abordagem formal. Após a definição, segue-se a fórmula de conjugação do verbo, já que seria erro não seguir a forma do perfeito para aquelas que são derivadas.

Sem contextualização, Cegalla (2005) faz uma apresentação formal “tabular”, isto é, em forma de quadro/tabela, sem indicar o uso e as possíveis substituições. Ele não apresenta exemplos contextualizados. As únicas formas que aparecem são demonstradas quando as formas do singular e do plural são indicadas.

Numa perspectiva, dialetológica e filológica, na Nova Gramática do Português Contemporâneo, Celso Cunha e Lindley Cintra (2008) afirmam que o mais-que-perfeito é um tempo formado a partir do pretérito perfeito, mas não indicam qual seria a conjugação verbal. Além disso, argumentam que à forma verbal do pretérito perfeito, tempo primitivo, é acrescentado o morfema *-ra*, que forma o passado anterior. Dizem ainda que o mais-que-perfeito é um tempo verbal em que locutor considera a ação concluída.

Os autores trazem exemplos contextualizados e uma explicação sobre qual contexto eles aparecem. Para eles, haveria as seguintes situações:

- a) Ação passada que ocorreu antes de outra ação também passada: “o monólogo tornara-se tão fastidioso que ocorreu antes de outra ação já passada”. (Excerto de Fernando Namora, escritor português)
- b) Ação passada, mas percebida como um “tempo vago”: “Até que afinal, conseguira o meu carneiro para montar. (Excerto retirado de Miguel Torga, escritor português)
- c) Ação passada em relação ao presente, mas destaca-se a atenuação de afirmação ou pedido: “Eu já tinha vindo para convencê-los de que Pedro é seu amigo e pedir-lhe que apoiasse Hermeto”. (Excerto pertence a M. Anjos, autor português)

- d) Substituição ao futuro do pretérito: “Um pouco mais de sol – e fora (= teria sido) brasas”. (Excerto pertence a Mário de Sá Carneiro, autor português)

Como vimos, Cunha e Cintra (2008) apresentam outros sentidos e outras possibilidades de emprego do mais-que-perfeito, no entanto as comprovações do uso são todos literários e todos de autores lusitanos. Assim, os autores não explicam as motivações para os usos, apenas se limitam a apresentá-los com exemplos literários.

Em contraponto às abonações lusitanas, passemos a analisar uma gramática que procura analisar o uso do mais-que-perfeito valendo-se de autores brasileiros. Trata-se da Gramática da Língua Portuguesa escrita sob a orientação de um renomado lexicógrafo:

Antônio Houaiss (2008) afirma que o mais-que-perfeito é um tempo derivado do pretérito perfeito do indicativo, pois são criadas a partir do adicionamento das respectivas desinências modo-temporais *-ra*, *-re* ao radical do perfeito. Não há exemplos de verbos conjugados em todas as pessoas, o que há são alguns exemplos em orações, como havemos de demonstrar.

De igual modo, ao falar da forma composta, o autor não encadeia séries de conjugações, apenas há exemplos oracionais. Não há menção à forma passiva. Para Houaiss (2008), os tempos compostos são formados pela combinação do verbo auxiliar *ter* com o particípio do verbo principal, assim o verbo auxiliar no pretérito imperfeito do indicativo: **tinha** viajado.

Conforme Houaiss (2008), o mais-que-perfeito marca o tempo sem variação, ao contrário do presente do indicativo, que possui razoável dispersão temporal. É um tempo que apresenta o fato concluído e o situa num intervalo de tempo anterior a um ponto de referência passado. Para comprovar o que diz, o autor apresenta três exemplos, sendo o terceiro dele de autoria de Fernando Gabeira: “Gravamos cinco horas de depoimento e, na segunda-feira, me telefonaram comunicando que a gravação de perdera, por um defeito do gravador” (GABEIRA, 1981 *apud* HOUAISS, 2008. p. 360).

O gramático aponta então o desuso da forma simples no português falado: “O pretérito mais-que-perfeito simples é uma forma restrita aos usos formais da língua escrita. Na língua escrita informal e na fala só se emprega a forma composta (ex. *tinha comprado* em vez de *comprara*)” (HOUAISS, 2008, p. 362).

Em relação à forma composta do mais-que-perfeito, Houaiss (2008) afirma que ela tem o mesmo conteúdo da forma simples, ou seja, representa o fato como concluído e o situa num intervalo de tempo anterior a um marco temporal passado. A forma composta é uma

alternativa à forma simples na escrita, mas é a única empregada na fala corrente. Para comprovação, o autor recorre novamente a um excerto de Gabeira: “Resolvi ir para casa levando na mão o buquê de flores que havia deixado na mesa” (GABEIRA, 1981 *apud* HOUAISS, 2008. p. 360).

Da leitura de Houaiss (2008), podemos tirar algumas conclusões:

- a) O desuso da forma simples na fala.
- b) O uso restrito da forma simples na escrita.
- c) A suposta equivalência entre a forma simples e composta.

Por equivalência entre as duas formas, quereremos dizer que, diferentemente de outros tempos verbais, o mais-que-perfeito simples e compostos possuem compatibilidade entre si, quando empregados:

(06) João disse que TINHA IDO à feira ontem/João disse que FORA à feira ontem¹²

(07) João disse que TERÁ IDO à festa amanhã/João disse que IRÁ à festa amanhã.

Obviamente, o tempo composto no futuro, TERÁ IDO não tem o mesmo sentido que IRÁ. Ambos não podem ser permutados sem que haja mudança semântica, pois em “terá ido” temos a ação já realizada no futuro, ao contrário de “irá”, que mantém a ação em aberto. O mesmo não pode ser dito em relação a TINHA IDO/FORA. As duas formas mantêm assim uma equivalência funcional.

No entanto, o gramático não apresenta formas alternativas para a referência de uma ação passada em relação a outra. Devemos salientar que houve um avanço nas observações feitas pelo gramático, algo que ficou faltando em gramáticos que em sua formação traziam o peso da dialetologia.

Passemos a analisar uma gramática que se reveste de um explícito caráter normativo. A gramática escrita por Rocha Lima (2006) já apresenta uma caracterização explicitamente normativa em seu próprio título: Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Em sua 45ª edição, o autor inicia, em tom didático, a caracterização do mais-que-perfeito. Conforme Rocha Lima (2006), o pretérito mais-que-perfeito é uma modalidade de tempo formada do pretérito simples. Segundo ele, é uma modalidade de tempo que expressa a significação do verbo numa época anterior a que se fala. Em seguida, apresenta um modelo de conjugação:

¹² Exemplos criados pelo autor desta dissertação.

tivera, tiveras, tivera, tivéramos, tivéreis, tiveram. Cita também a forma composta, que é formada pelos verbos auxiliares TER e HAVER, e é dividida em dois tipos, ativa: *tinha louvado, tinhas louvado, tinha louvado, tínhamos louvado, tínheis louvado, tinham louvado*, e passiva: *Tinha/havia sido, tinhas/havia sido, tinha/havia, tínhamos/havia, tínheis/havíeis, tinham /havam*.

Rocha Lima (2006) afirma que a forma composta *tivera cantado* deva ser classificada como uma segunda forma do futuro do pretérito, e não como mais-que-perfeito, como outros gramáticos dizem. Para ele, a forma composta correta para o mais-que-perfeito é *tivera cantado*. De forma contraditória, como forma passiva do mais-que-perfeito simples, ele classifica *fora louvado*, e como forma composta do mais-que-perfeito passivo há: *tinha ou havia sido louvado*.

Como vimos, Rocha Lima (2006) limita-se a descrever as formas do mais-que-perfeito, apresentando sucintamente o uso ao preconizar a forma “correta” e indicar possibilidade de uso para a voz passiva. Por outro lado, nada mais fala sobre o emprego “real” nem se há uso ou desuso, nem aponta formas supletivas para o uso. Tal qual se espera de um gramático normativo, Rocha Lima apenas demonstra o conhecimento das formas canônicas, preconizando-as.

Até o presente momento discutimos a tradição gramatical de forma mais objetiva, mas precisamos apresentar uma visão relacionada à tradição em sua transposição didática, isto é, uma gramática pedagógica. Para esse fim, utilizamos o trabalho de Melo (2001).

A Gramática da Língua Portuguesa, de autoria de Roberto Mesquita Melo (2001), é uma gramática pedagógica utilizada na formação de discentes do ensino fundamental e médio. O autor segue a tradição gramatical ao definir o mais-que-perfeito e descrever sua formação.

Segundo Melo (2001), o mais-que-perfeito é um tempo do indicativo derivado do pretérito perfeito, quando nas três conjugações são acrescentadas ao tema do pretérito perfeito *-ra* ou *-re* (2ª pessoa do plural) e as desinências número pessoal. Continuando sua exposição, Melo (2001) apresenta o paradigma verbal: *Cantara, Cantaras, Cantara, Cantáramos, Cantáreis e cantaram*. À forma composta são indicadas as formas ativas: *Tinha cantado, tinhas cantado, tínhamos cantado, tínheis cantado, tinham cantado*. Este tempo verbal, argumenta o autor: “É formado com o pretérito imperfeito do indicativo do verbo auxiliar ter e haver mais o particípio do verbo principal” (MELO, 2001, p. 297). Em seguida há a

contextualização de exemplo, bem como uma explicação para o seu correto emprego. São vistas três¹³ situações:

- a) O mais-que-perfeito é empregado para exprimir um fato passado, anterior a outro também passado:
(08) Voltei para casa, porque a festa tornara-se monótona”. O exemplo foi elaborado pelo próprio gramático (MELO, 2001, p. 30).
- b) O mais-que-perfeito é empregado para substituir o futuro do pretérito em construções linguísticas “mais literárias”. O exemplo vem de uma autora brasileira:
(09) “Quisera saber o motivo, mas a governanta apenas franzira os lábios”. (MELO, 2001, p. 30).
- c) O mais-que-perfeito composto é empregado na linguagem “informal” e “formal”, expressando a ideia de que a ação intensifica, repete e continua do passado até o presente. O excerto abonador vem de Graciliano Ramos:
(10) “Meu antigo patrão, Salusiano Padilha, que tinha levado uma vida de economia indecente para fazer o filho doutor, acabara morrendo do estômago e de fome sem ver na família o título que ambicionava” (MELO, 2001, p. 30).

Para finalizar a nossa discussão sobre o mais-que-perfeito na tradição gramatical é necessário fazermos cotejos e comparações entre os compêndios gramaticais analisados.

De modo geral, todos os gramáticos consultados apresentam muitas semelhanças no que dizem sobre o mais-que-perfeito. Afirmam, por exemplo, que a forma simples é um tempo derivado do pretérito perfeito do indicativo, e que é formado pelo acréscimo do morfema *-ra* ao radical. Assim, aos verbos, quando regulares, para serem conjugados, ocorrem a junção de [Rad+VT+DMT+DNP]. Tal paradigma de conjugação leva a primeira e a terceira pessoa a se tornarem homônimas. Ademais, a mesma forma está presente na terceira pessoa do plural e a terceira pessoa do pretérito perfeito.

Além disso, os gramáticos analisados definem o mais-que-perfeito simples como um tempo formado a partir do perfeito, enquanto especificam a conjugação de onde provém a derivação, que no caso é da 3ª pessoa do pretérito perfeito, outros apenas indicam que é um

¹³O autor apresenta um quarto emprego, mas refere-se ao Subjuntivo, o que foge do nosso escopo de análise.

tempo derivado do pretérito perfeito, como é o caso de Cunha e Cintra (2008). Quando o verbo na 3ª pessoa do plural perde a desinência número pessoal: *cant-a-ra (m)*, forma-se assim as pessoas nulas de 1ª e 3ª pessoa.

Rocha Lima (2006) afirma que tal tempo verbal denota um tempo anterior ao momento da fala, o que não é suficiente, pois o pretérito perfeito também traduz um momento anterior ao momento da fala. Do mesmo modo, Cunha e Cintra (2008) afirmam que é a voz do locutor que intenciona dizer que uma ação foi concluída. Tal descrição torna-se pouco eficiente, pois o pretérito perfeito também possui este papel funcional. Dos outros gramáticos, que são Cegalla (2005), Melo (2001), Houaiss (2008), nenhum define formalmente o mais-que-perfeito, mas limitam-se a dizer que é um tempo formado a partir pretérito perfeito simples.

Rocha Lima (2006) afirma haver três tempos para indicar que um fato ocorreu anteriormente ao momento da fala, os quais são o perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito, mas assim como os outros, faltou definir o que distingue o mais-que-perfeito dos demais. À exceção de Houaiss (2008), que não traz exemplos conjugados em forma de lista, mas sim em construções oracionais. Todos os outros gramáticos conjugam pelo menos três verbos nas diferentes pessoas. Melo (2001) e Cunha e Cintra (2008) são os únicos que trazem exemplos conjugados em lista e em orações.

Como a função da gramática normativa não é descrever os processos funcionais, mas a de prescrever normas de uso “adequado” à norma culta, não há neste caso, consciência sobre a limitação das próprias definições por ela apresentadas. A falta de nomeação adequada do que seja o mais-que-perfeito, somado a isto à ausência da forma simples na língua falada, deixa ao dispor do linguista a função de buscar formas substituíveis do mais-que-perfeito simples.

Em relação à forma composta todos a classificam como sendo formada pela união de TER/HAVER + PARTICÍPIO. Dos três gramáticos, apenas Cunha e Cintra (2008), Melo (2001) e Houaiss (2008) tentam explicar, ainda que de forma vaga, os contextos em que podem aparecer este tempo verbais. Em seguida, todos eles listam uma série de conjugações em que, conforme a pessoa verbal, aparecem em cada tempo. No entanto, continua muito vago o critério de saber quando utilizá-lo de forma adequada, ou como defini-lo com uma propriedade intrínseca a ele.

A forma composta, por outro lado, neutraliza as desinências de pessoa e tempo, marcando apenas a diferença entre singular e plural, o que é feito pelo auxiliar (tinha). A noção de fato passado dos tempos compostos passa a ser feita pelo participio.

Além disso, a marca de pessoa aparece no plural, mas vale ressaltar que é comum o falante não a usar, igualando todas as pessoas do verbo. No português popular, em que as marcas de flexão de concordância número-pessoal são obliteradas, em grande parte, existe opacidade no reconhecimento das pessoas gramaticais, o que é recuperado pelos pronomes ou pela referência, de grosso modo, a outro elemento do discurso, tais como no exemplo que por nós extraído do *Corpus* do PPVC:

- (11) “[...] Eu falei pro meu marido: borá juntar {init} e borá juntar todo mundo, MINHAS MENINA NUNCA TINHA IDO, elas nunca tinha ido, minha menina já tinha ido, ela tinha ido, ela tinha ido, ela tinha um”

Melo (2001) e Cunha e Cintra (2008) afirmam que o mais-que-perfeito remete a uma ação ocorrida anteriormente a outro fato também passado. A anterioridade torna-se então a marca identificadora do mais-que-perfeito. Sua ação ou seu estado sendo descritos devem obrigatoriamente sinalizar processos já concluídos.

Por fim, temos que salientar que muitos dos exemplos trazidos pelas gramáticas tradicionais parecem indicar maior ocorrência do mais-que-perfeito em orações subordinadas, o que nos sugere ser este um contexto propício para o aparecimento do mais-que-perfeito em falantes da norma culta, mas tal verbo ocorre também entre as coordenadas, como segue abaixo:

Exemplos de Cunha e Cintra:

- (12) O monólogo tornara-se tão fastidioso que a Barbaça desinteressou-se (F. Namora T) (CUNHA & CINTRA, 2008, p. 470).

Exemplos de Melo:

- (13) Voltei para casa, porque a festa tornara-se monótona.
 (14) Se tivesse feito à prova, teria ido bem.
 (15) Embora tivesse dormido muito, ainda sentia-se cansado (MELO, 2001, p. 30)

Exemplo de Houaiss:

- (16) Perguntei-lhe se ele enviara todas as cartas.
 (17) Fomos informados de que, dias antes, ministro pusera o cargo à disposição do presidente.
 (18) “Gravamos cinco horas de depoimento e, na segunda-feira, me telefonaram comunicando que a gravação de perdera, por um defeito do gravador” (GABEIRA, 1981a: 97 apud HOUAISS, 2008, p. 358).

Vejam que, conforme os exemplos, o mais que perfeito ora aparece em oração coordenada sindética explicativa, ou concessiva, ora em coordenada assindética, ou como subordinada, seja objetiva direta ou completiva nominal.

Após essa análise das gramáticas normativas, passaremos a discutir o uso do mais que perfeito nas gramáticas expositivas.

2.3 Gramáticas Expositivas

Para a presente análise, foram selecionadas duas gramáticas descritivas. A primeira, bem conhecida no Brasil, foi redigida pelo professor Mário Perini e a outra pelos professores Ingedore Koch e Mário Vilela. Iniciemos por Mário Perini.

Inicialmente, Mário Perini (2004) enfatiza que é complexo vincular o tempo semântico e o tempo morfológico a uma só palavra, visto que estas duas coisas não andam em conformidade. Disso também nos leva a perceber que o uso pragmático da língua se afasta das nomenclaturas postuladas pela tradição gramatical: “[...] a noção semântica de ‘tempo’ não se identifica, nem sequer se relaciona de maneira simples, como a categoria morfológica ‘tempo verbal’”. Neste sentido, Perini (2004) traz os exemplos:

(19) “Manuel PICA a couve neste momento.

(20) Em 1822, o Brasil se TORNA politicamente independente.

(21) “Amanhã bem cedo eu TERMINO este serviço” (PERINI, 2004, p. 254).

Os verbos das orações acima estão no tempo presente do indicativo, no entanto, a indicação temporal não codifica este momento temporal. O pretérito perfeito, afirma o autor, pode assinalar fatos presentes, que ocorrem neste momento, e além de passados destes, podem relacionar fatos futuros.

(22) “Amanhã quando você CHEGAR eu já LIMPEI tudo” (PERINI, 2004, p. 254).

Para que houvesse o transporte semântico do verbo a uma função além da prescrição de passado e presente, dos respectivos verbos, concorreu a presença, nos exemplos acima, de advérbios de tempo. Num dos exemplos, “Em 1822” é o indicador da ação verbal transportada ao passado, mesmo estando o verbo no presente do indicativo. O advérbio acompanha o

sentido de tempo das sentenças, influenciando na interpretação temporal dos verbos. Podemos, então, retirar de Perini (2004) as seguintes lições:

- a) A noção de tempo que supostamente caberia ao verbo pode espalhar-se para outros elementos.
- b) A noção de tempo (presente, passado, futuro) não estaria presa ao verbo em si, mas em outros elementos do entorno verbal.

O mais-que-perfeito, ao que parece, é o tempo verbal que não possui esta vinculação, contrária às suas atribuições. De fato, sendo passado duplamente, é difícil uma projeção futura, como ocorre com o pretérito perfeito:

(23) *Amanhã quando você CHEGAR eu já TINHA LIMPADO tudo¹⁴.

Nesse sentido, o mais-que-perfeito é codificado anteriormente a outro episódio, representado pelo pretérito perfeito. Para isto, a ação descrita por ele tem que ser totalmente concluída, e anteriormente a outro tempo também passado. Esta relação, que tem outro verbo como ponto de referência, perde-se no exemplo acima, visto que chegar não está no passado. Assim, o sentido da frase fica comprometido no que respeita a coerência. Este outro exemplo trazido por Perini (2004) ilustra a relação temporal que deve haver entre o pretérito mais-que-perfeito e o pretérito perfeito:

(24) Manuel (já) TINHA ALMOÇADO quando eu CHEGUEI (PERINI, 2004, p. 254).

Assim, o estudioso reconhece que outros elementos estão relacionados à interpretação temporal dos verbos, além disso, afirma que o mais-que-perfeito, por ter uso restrito, a forma composta¹⁵ tem menos chance de figurar em outros contextos que não sejam de anterioridade. Vamos agora fazer uma breve incursão sobre o trabalho de Vilela e Koch.

Segundo Vilela e Koch (2001), os verbos indicam funções a que eles chamam de “modo de ação” com quantificação da duração do tempo interno, ou aspecto. Assim, é o tempo interior, cuja função representa a duração, que pode ser *perfectivo* ou *imperfectivo*. O primeiro delimita o tempo do acontecer, ao passo que o segundo possui duração sem término.

¹⁴ Exemplo do autor.

¹⁵ Em linguagem literária a forma simples é uma forma volitiva: Quem me dera ser feliz.

Segundo os autores, o aspecto é o tempo interno, e o tempo é o tempo externo. Enquanto o segundo relaciona o antes e depois, na ordem dos acontecimentos ou não, o primeiro quantifica durações por meio do verbo: “se o tempo localiza o evento em relação ao momento da enunciação (= presente, passado e futuro e respectivas subdivisões), o aspecto reporta-se às noções de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim” (VILELA; KOCH, 2001, p. 175).

Os tempos do verbo podem ser absolutos, quando os verbos possuem relação com o momento da fala, e relativos, quando os verbos possuem como ponto de referência outro tempo, sem ser o tempo da fala.

Neste sentido, o presente, passado e futuro do indicativo seriam tempos absolutos, e suas subdivisões, como o pretérito mais-que-perfeito e o futuro composto, seriam os tempos relativos, pois não possuem relação como o momento da fala. Todos os tempos na verdade possuem relação com o momento da fala, todavia, os tempos relativos são derivações de outros.

Em nosso caso, o mais-que-perfeito, por exemplo, tem como ponto de referência o passado perfeito, com o qual possui uma relação de anterioridade. A anterioridade pode ser classificada pela relação de antecedência de um fato em relação a outro. Neste sentido, os tempos relativos, como é o caso do mais-que-perfeito, possuem este princípio funcional.

As lições que podemos tirar da análise feita por Vilela e Koch (2001) são bastante elucidativas: a noção de tempo é insuficiente para dar conta da complexidade do curso da ação verbal, devemos, portanto, recorrer à noção de aspecto, a qual é indissociável na análise verbal. Para o mais-que-perfeito, somos forçados, portanto, a recorrer à noção de anterioridade e estabelecer um esquema cognitivo que dê conta desse percurso temporal.

Os estudos de Perini (2004) e Villela e Koch (2001) apresentam um estudo verbal que vai além da relação biunívoca entre forma e sentido, fazendo-nos refletir sobre questões relacionadas aos esquemas mentais de percepção dos usos e empregos.

Na próxima subseção, fazemos uma discussão baseada na Linguística e para tanto vamos recorrer aos estudiosos que ao longo dessa trajetória apontaram caminhos que seguimos em nossa análise do *Corpus*.

2.4 ABORDAGENS LINGUÍSTICAS: A ANTERIORIDADE NA LÍNGUA EM USO – VÁRIAS FORMAS PARA UMA SÓ FUNÇÃO

Coan (2003), ao analisar *corpora* do Projeto NURC, observou que o mais-que-perfeito estaria em “desuso” na língua falada, mas que poderia ainda ser encontrado em textos escritos. Reproduzimos um trecho de sua minuciosa pesquisa:

[...] Um estudo a partir de entrevistas orais (NURC e Projeto Censo de Variação Linguística – RJ) mostrou que não há nenhuma ocorrência da forma simples do pretérito mais-que-perfeito na língua falada para indicar um e tempo passado. Em contrapartida, na língua escrita, foram encontrados 86% de ocorrências em livros (textos de livros de história, 51% em revistas (Veja, Isto é) e 31% em jornais (seções de economia, política e esportes) (COAN, 2003. p. 32).

Depreende-se desta informação que quanto maior o nível de formalidade, e provavelmente, em textos maiores, maior probabilidade de incidência da marcação da função de passado anterior por meio do mais-que-perfeito simples. Sendo assim, seria logicamente dedutível afirmar que a função de anterioridade, sendo decodificada pelo mais-que-perfeito simples em textos escritos, só é realizada por escritores conhecedores da norma culta da língua (ou do padrão culto da língua).

A afirmação das gramáticas normativas de que o mais-que-perfeito representa um passado anterior a outro parece não ilustrar todos os contextos em que esta função está presente, havendo desacordo entre a prescrição e o uso. Vejamos exemplos extraídos do trabalho de Coan (1997), ilustrativos do que ora se diz:

Primeiro Exemplo: Eu antes ESTUDEI até o Ginásio. Depois de dez anos, aí eu fiz o segundo grau. (FLP 17, L08)

Segundo Exemplo: Então CHEGÁVAMOS em casa, APANHÁVAMOS uma surra do pai... (FLP 18, L1123).

Os exemplos acima mostram casos de sequencialidade, pois as situações de “**estudei até o ginásio**” e “**chegávamos em casa**”, no tempo real da narrativa, vieram antes de “**fiz o segundo grau**” e “**apanhávamos uma surra**”. E em **chegávamos** ocorre antes de **apanhávamos**, no entanto, não é marcado pelo mais-que-perfeito.

Tais exemplos evidenciam que a função pode ser realizada por meio de outras estruturas, ou seja, sem o mais-que-perfeito. Deste modo, argumenta Coan (1997), também a

definição dada pelas gramáticas normativas se torna vazia, pois não basta dizer que uma ação vem antes de outra ação também passada, é preciso algo mais, algo que seja específico somente da forma verbal que sinaliza esta função.

Nesse sentido, cremos que expressões adverbiais “Eu antes...” e “Depois de dez anos...” permitem a introdução do verbo no pretérito perfeito, sinalizando a ordem cronológica em que se dão os fatos. Sem a presença dessas locuções adverbiais de tempo, não depreenderíamos a anterioridade de um passado anterior a outro.

Vamos procurar interpretar a visão de Coan (1997) aplicando-a ao *corpus* do PPVC, do qual coligimos três situações:

Primeira situação: Eu ANTES COMECEI a trabalhar com dezesseis anos na casa de Dona Marlene, Aí DEPOIS, a gente FOI embora daqui. (PPVC)

Novamente, os advérbios ANTES e DEPOIS são sinalizadores a função de anterioridade, o que permite, sem grandes problemas, que o verbo esteja no pretérito perfeito. É importante mostrar que a ação de COMEÇAR TRABALHAR COM DEZESSEIS ANOS é anterior a ação de IR EMBORA. Poderíamos facilmente reescrever a sentença com o mais-que-perfeito:

Forma de Reescrita (1): Eu tinha começado/começara trabalhar com dezesseis anos na casa de Dona Marlene, Aí depois, a gente foi embora daqui.

Forma de Reescrita (2): Quando a gente foi embora daqui, eu já tinha começado trabalhar na casa de Dona Marlene aos dezesseis anos.

O sentido permanece o mesmo, sem nenhuma interferência semântica, demonstrando a possibilidade que de realização materializada em uma forma diferente, seguindo a relação de perfeito e mais-que-perfeito.

Na segunda forma reescrita, invertemos a ordem das orações, evidenciando uma contra sequencialidade, tornando dispensáveis os advérbios antes e depois, ao contrário do que ocorreu na primeira reescrita. Isso mostra que a definição que a gramática normativa faz do mais-que-perfeito, como um verbo que possui a função de demonstrar uma ação que é feita anteriormente à outra, também passada, não se resume somente a ele. Advérbios sequenciais, como “antes”, “depois”, “primeiramente”, “em seguida”, trazem informações cronológicas que podem conter teor de anterioridade e posterioridade. Quando tais advérbios estão adjacentes ao verbo, em alguns casos, a seleção verbal pode variar em relação à prescrição gramatical, como demonstramos.

Tal fato reforça a nossa crença de que a forma do mais-que-perfeito ao ser restringida pela gramática a uma função de passado anterior apenas reflete uma das possibilidades de a língua marcar tal aspecto temporal.

Torna-se oportuno trazer para a discussão, no âmbito da Linguística, a contribuição do professor Ataliba de Castilho para a compreensão da trajetória do mais-que-perfeito. Antes de adentrarmos na questão principal, como forma de valorizar o raciocínio do autor, optamos por apresentar breve resenha do que aquele pesquisador nos traz em sua Gramática.

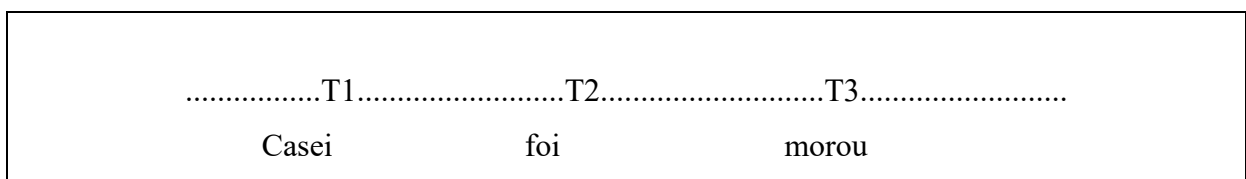
Conforme Castilho (1968), o verbo é um meio de obtenção de diferentes resultados pelo uso das formas, que são as desinências de tempo modo e aspecto, e desinências número pessoal. Tais formas empreendem uma duração numa perspectiva de tempo, que desenvolve uma descrição do momento em que se fala, ou do passado, ou do futuro.

Ao tratar da ideia de tempo em português, Castilho (1968) assevera que o tempo pode ser absoluto, como o presente, passado e futuro, ou relativo, como sendo o mais-que-perfeito e o imperfeito. Todavia, segundo Castilho (1968), nem sempre os verbos assumem seus valores temporais, podendo também assumir valor modal "Ah, se um dia respondesses, / ao meu bom dia: bom dia! / Como a noite se *mudara*/ no mais cristalino dia!". O excerto poético pertence a C. Drummond de Andrade, citado por Castilho em sua tese de doutorado (1968). O uso do mais-que-perfeito em texto poético não ressalta uma ação passada em relação à outra, mas expressar uma volição, um desejo, quase um suspiro linguístico; logo, mais valor modal do que temporal.

Podemos, então, facilmente afirmar que as formas verbais podem assumir papéis funcionais diferentes daqueles previstos nos manuais de gramática. Quando olhamos para o mais-que-perfeito, que tem a função de desempenhar a anterioridade, nós vemos outros tempos verbais neste papel, tal como no trecho que extraímos do corpus do PPVC:

- (25) “[...]É, quando eu CASEI eu morava aqui, eu MOREI aqui pouco tempo, depois a gente FOI pra Cândido Sales MOROU lá cinco anos, aí de lá foi pro sul da Bahia morou dois anos, a gente voltou pra cá” (PPVC).

Figura 3: Linha temporal



Fonte: Próprio autor.

Uma sequência de formas do pretérito perfeito é posta em ordem tal que dispensa o uso do mais-que-perfeito. Tal realidade exposta na língua popular é um indício para que, no curso da história do português, o mais-que-perfeito tenha perdido sua função primitiva e tenha deixado a outras formas a função de marcar a anterioridade. Nesse ínterim, somo levados a fazer um questionamento: havendo outras formas de realização do passado anterior, qual seria então a característica própria do mais-que-perfeito que o define contextualmente? Segundo Câmara Jr. (1985) e Ilari (1992), um fator que caracteriza os verbos é o aspecto conclusivo ou inconclusivo. O mais-que-perfeito teria aspecto conclusivo, ou seja, ele deveria estabelecer uma informação já concluída. Mas neste sentido, os verbos do pretérito perfeito também têm uma ação concluída. O mais-que-perfeito é duplamente concluído, isto é, um perfeito do perfeito, o que explica o uso de “mais”¹⁶ em sua nomenclatura gramatical. É uma ação, ou fato passado em relação a outro fato também passado. Neste sentido, diferente do pretérito perfeito, o mais-que-perfeito não pode ser empregado com passado imediato, como ocorre com o pretérito perfeito, chamado de perfeito anterior; logo, dentro da norma culta poderia se prever o uso do perfeito em espaço que “poderiam” ser ocupados pelo mais-que-perfeito. Por outro lado, aplicando um esquema semântico-cognitivo, podemos observar que na língua popular (aqui novamente citaremos o *corpus* do PPVC é facilmente encontrável o imperfeito em séries sequenciais). Vejamos:

- (26)[..] Seis horas da manhã a gente ACORDAVA... IA pro serviço... TOMAVA café e ia pro serviço. Doze hora, vinha e ARMOÇAVA, DESCANSAVA uma hora. VORTAVA duas hora pra...pro serviço, e CHEGAVA seis hora da tarde. (PPVC)

Figura 4: Linha Temporal

1	2	3	4	5	6	7
Acordava	Tomava (café	Ia	Armoçava	Descansava	Vortava	Chegava

Fonte: Próprio autor.

Podemos então traçar esse esquema interpretativo:

- Os fatos são encadeados pelos verbos de forma imediata.
- Os fatos estão em passados próximos.
- As ações são desencadeadas a partir do momento em que é iniciada pelo verbo acordar.

¹⁶Vamos nos lembrar que o italiano usa a terminologia “*trepassato remoto*” ao equivalente ao nosso mais-que-perfeito.

Em conclusão, não temos assim um único passado remoto, mas uma sequência de passados próximos.

Podemos observar que não temos ponto de referência, ainda que tenhamos a função de anterioridade, pois o objetivo passa ser outro ao empregar o imperfeito que é, não o de indicar que quando algo ocorreu já tinha ocorrido outro fato, apenas de informar ações sem relacioná-las. Se aventarmos empregar o mais-que-perfeito não teremos uma agramaticalidade, mas acreditamos que seja discursivamente impossível:

(27) “[..] Às seis horas da tarde, eu já tinha acordado, tinha tomado café, tinha ido para o serviço, tinha almoçado, tinha descansado, tinha voltado e tinha chegado”.

Ainda que a construção seja gramaticalmente possível, talvez não seja discursivamente, pois seu valor de verdade a torna improvável de realização. “Às seis horas tarde” é muito tarde para que alguém utilize uma construção com valor semântico de “nesta hora eu já tinha feito isto tudo, inclusive acordado, tomado café”. A expressão “Às seis horas”, ainda que seja o ponto de referência, a informação fica estranha. Já a opção pelo uso do imperfeito é possível porque as ações estão em gradação. Assim, as ações são encadeadas com relativa proximidade. Se trocássemos o verbo em questão pelo passado perfeito ou até pelo presente, mas com gradação, como ouvintes não estranharíamos, caso ouvíssemos tais construções. Temos assim o perfeito anterior que, conforme Coutinho (1976), é o pretérito perfeito com função de anterioridade:

Reescrita com o perfeito: Seis hora da manhã a gente ACORDOU... FOI pro serviç... TOMOU café e ia pro serviço. Doze hora, vinha e ALMOÇOU, DESCANSOU uma hora. VOLTOU duas hora pra...pro serviço, e CHEGOU seis hora da tarde.

Reescrita com o presente: seis hora da manhã a gent ACORDA... VAI pro serviç... TOMA café e ia pro serviço. Doze hora, vinha e ALMOÇA, DESCANSA uma hora. VOLTA duas hora pra...pro serviço, e CHEGA seis hora da tarde.

Como vimos, o aspecto duplamente concluso do mais-que-perfeito parece ser uma característica que pode criar dificuldades em alguns contextos. Há um valor pragmático que faz com que, mesmo sendo o exemplo “gramaticalmente correto”, seja do ponto de vista pragmático inconcebível pelos esquemas mentais dos falantes.

Em nossa trajetória, temos que novamente recorrer à gramática latina, já que ela já enfatizava a oposição entre o aspecto inconcluso (*infectum*) e o aspecto concluso (*perfectum*). No caso do português, ao reinterpretar o quadro dos verbos latinos, o mais-que-perfeito

aparece hierarquicamente, imediatamente antes do pretérito perfeito, sendo que ambos, segundo a nomenclatura gramatical, relacionam fatos já conclusos. Tanto o mais-que-perfeito quanto o passado perfeito podem atuar com um valor de passado remoto. Vale a pena lembrar que a gramática italiana reinterpreto os pretéritos com os termos “passado remoto”, para o pretérito perfeito e considerou o mais-que-perfeito como “*trapassado remoto*”¹⁷. Acreditamos que, nas línguas românicas, entre elas o português e o italiano, por ser remoto, o mais-que-perfeito pode não ter facilmente delineado um ponto referencial.

Quando empregado com ponto de referência posterior, o falante pode, por vezes, empregar o mais-que-perfeito numa estrutura semelhante a: “antes de ocorrer isto, ocorreu aquilo”; nesses termos, o último efeito estaria relacionado ao primeiro. Em outras palavras, o falante deve relacionar um fato primeiro com outro subsequente. Sendo assim, o aspecto conclusivo parece ser por excelência algo implícito a uma ação duplamente concluída. Curiosamente, as gramáticas normativas (herdeiras da tradição greco-latina) nada falam sobre esta questão. Elas priorizam mais o fator temporal dos verbos do que o aspecto, como afirma Machado (1941).

A partir do momento em que há o desuso do mais-que-perfeito simples para função de anterioridade, o tempo composto assume por excelência esta função, substituição esta que emprega o mesmo valor da forma simples: “[...] vemos que nunca há coincidência semântica entre as perífrases e os tempos simples correspondentes, com exceção de TER e HAVER no mais-que-perfeito” (LONGO; CAMPOS, 2002, p. 459). No entanto, o morfema *-ra* parece ter perdido o valor temporal, ou seja, de adequação do fato ao tempo, ao passo que a forma composta passa focar o momento do evento, sem relação desinencial de pessoa. Vamos mais uma vez recorrer a um excerto do PPVC:

(28) “[...] Se num tivesse o tambô, TINHA MORRIDO, TINHA QUEBRADO a coluna no mei. TINHA MORRIDO. Mas graças a Deus tinha o tambô lá debaixo.”

Como esta função não depende apenas do verbo, pois também é reforçada por outras categorias como os advérbios, e substituída por outros verbos, é possível de dizer que a ANTERIORIDADE de passado anterior a outro fato também passado é uma função pertencente à sentença, assim como a própria ideia de tempo.

Nesse sentido, não temos mais uma única marca morfológica que identificaria a anterioridade, mas uma função para várias formas. Se ocorresse uma forma morfológica específica para o uso da anterioridade na língua falada, tal como é o mais-que-perfeito

¹⁷A outra forma de passado é denominado “passado proximo” por isso foi excluído da presente discussão.

simples, maior consciência referencial desta função específica do termo seria exigida por parte do falante, daí o fato de que possivelmente, somente em situações artificiais como a escrita monitorada é que se faz uso de tais construções, ainda que em escala reduzida também.

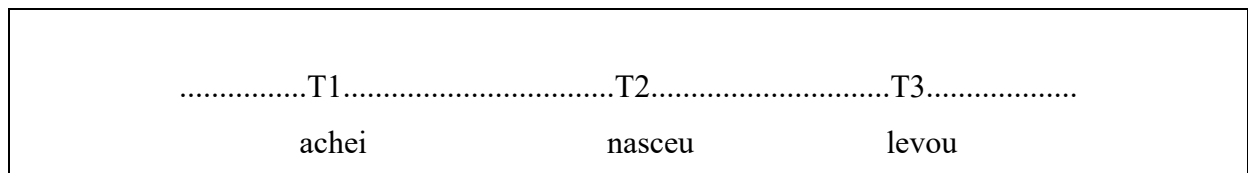
Nesse ponto do caminho em que tratamos da discussão sobre o mais-que-perfeito, devemos apresentar uma das questões sobre as quais nos debruçamos em nossa análise: o problema da sequencialidade e da contrassequencialidade na língua falada.

Quando a narração cronológica é sequencial, o falante tende a utilizar o pretérito perfeito, o imperfeito, ou até o presente, repetindo as ações ou eventos de forma encadeada. Quando a narração é contrassequencial, aí há mais chances de aparecer o mais-que-perfeito composto, ainda que, mesmo neste caso é comum o uso do pretérito perfeito também. Vamos, então, recorrer a mais um exemplo do PPVC.

- (29) “[...] Eu até ACHEI que era um menino na hora que NASCEU ..., depois que LEVOU pra mim que eu VI que era uma menina, mas nasceu muito bonita”.

A ordem dos acontecimentos dos fatos verbais da sentença, no perfeito anterior, é sequencial:

Figura 5: Linha Temporal

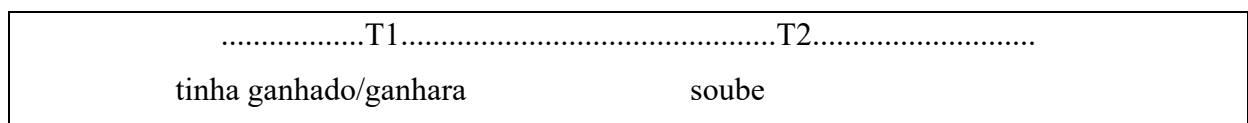


Fonte: Próprio autor.

Quando ocorre o mais-que-perfeito composto, pode haver narração contra sequencial. Vamos novamente recorrer ao PPVC para ilustrarmos o que afirmamos:

- (30) “[...] Quando ele soube aí eu já TINHA GANHADO minha menina” (PPVC)

Figura 6: Linha Temporal



Fonte: Próprio autor.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção, apresentamos os aspectos teóricos básicos do Funcionalismo linguístico, mostrando como os princípios apresentados por Neves (1997) explicam-se pela análise das estruturas da língua. São abordadas também as noções sobre gramaticalização que são importantes para a compreensão do fenômeno em estudo, mostrando sua importância para entender o processo de mudança.

3.1 DO FUNCIONALISMO, SOCIOFUNCIONALISMO À MUDANÇA LINGUÍSTICA

É sabido, entre nós, que a sociedade e a língua mudam com o tempo. Dentro dos estudos linguísticos, procurando ver como a mudança linguística surge, no século XX, uma corrente linguística denominada de Funcionalismo, que se configura como uma perspectiva teórica voltada a estudar a função na relação entre forma e significado no interior do sistema.

Em uma perspectiva funcionalista, argumenta Cunha, Costa e Cezario (2003), pode haver tanto uma forma com várias funções, como uma função para várias formas. O presente estudo insere-se na última opção, pois acreditamos que, com o desejo de expressar a função anterioridade entre as orações e na ausência da forma do mais-que-perfeito, o falante faça uso de outras formas alternativas quando a análise interior da língua alia-se ao seu exterior, ou seja, aos elementos externos à língua, observando-se o modo como os falantes realizam a língua aos papéis que ocupam na sociedade, podemos afirmar que temos aí um pressuposto do Sociofuncionalismo. Em outras palavras, a descrição gramatical relaciona-se às pressões do uso, gerando um sempre fazer-se da gramática: “[...] uma língua natural nunca está completa” (CUNHA; COSTA e CEZARIO, 2003, p. 50). Por outro lado, reconhecemos, também, que os diferentes usos podem estar associados à heterogeneidade dos falantes, associando, assim, a língua à história e aos processos socioculturais envolvidos.

Neste sentido, podemos pensar que a mudança é inevitável a todo sistema linguístico. Nas palavras de Alkmin (2001): “As mudanças temporais são parte da história das línguas” (ALKIMIN, 2001, p. 33.).

Da compreensão da mudança linguística, inferimos diferentes estados de língua através do tempo. A mudança linguística obedece ao sistema da língua, mas esta ação é feita pelos falantes. O falante realiza aquilo que o sistema permite, mas é o homem que escolhe entre as várias possibilidades que possam existir dentro do sistema. Neste sentido, acreditamos que a mudança só pode ser compreendida na relação língua/sociedade, pois

conforme Silva (2005), a língua está ligada à heterogeneidade de seus falantes, pois a escolha desta ou daquela expressão assume diferentes papéis a depender de quem fala. Assim, podemos falar em uma motivação interna, ou seja, dentro da própria língua, e outra externa, representada pelos falantes no contexto social a que estão inseridos. Nesta pesquisa, por exemplo, os falantes do *corpus* a ser analisado, não possuem maior escolaridade. Informação que está relacionada a uma variável externa à língua.

Deste modo, podemos afirmar que não existe a língua ideal, como talvez alguém possa entender o *normativismo*. Nosso olhar, na presente pesquisa, é marcado então pela compreensão de que toda língua em uso é uma modalidade variacional. Imaginar uma língua autônoma, separada dos falantes, é como imaginar uma língua irreal.

Para que haja mudança, subtendemos a coexistência de duas formas para uma mesma função. Por um momento, as duas formas coexistem em uma espécie de competição. Elas podem coexistir dentro de um mesmo eixo temporal ou pode ocorrer de uma sobrepor a outra como preferência por parte dos falantes. Observemos, no entanto, que nem sempre uma vence a outra, sobrepondo-lhe como preferência por parte dos falantes: “[...] a forma nova não implica o desaparecimento da forma já existente” (MARTELLOTA; AREAS, 2003, p. 58). Acreditamos, por exemplo, que o desaparecimento do tempo verbal mais-que-perfeito simples do português popular do Brasil deu-se em decorrência do esvaziamento da forma/função, o que foi possibilitado por outros recursos que estiveram à disposição do falante.

A inovação na língua nem sempre é algo pacífico e bem aceito de imediato. Assim, a inovação pode, por vezes, sofrer reprimendas por parte dos setores mais conservadores. Conforme Pereira (1932), no início de maior uso de uma forma verbal por outra, no caso do haver por ter, o Pe. Antonio Vieira teria reagido a esta inovação, chamando-a de barbarismo:

[...] Quanto a este uso do verbo ter pelo haver, ainda reagem os gramáticos, catalogando-o de barbarismo, e os que bem falam procuram evitá-lo, porém, não impede que continue ele dominante no falar do povo. A arte de furtar, geralmente atribuída ao Pe. Vieira, já acusa essa tendência do verbo ter no século XVII (PEREIRA, 1932, p. 465).

Naturalmente, toda inovação linguística pode trazer algum tipo de preconceito linguístico, ainda mais se ela vier das camadas populares. Dessa forma, podemos crer que o uso de outras formas verbais para substituir o mais-que-perfeito na ideia de anterioridade pode ter sido sentida, por vezes, como um “barbarismo” pelos escritores e, portanto, não foram incorporadas à sua escrita.

Perguntamo-nos, então, caso a função de passado anterior não seja competência apenas de marca morfológica específica, até que ponto estas outras formas podem substituí-las em determinados contextos? Conforme Coan (2003), as construções sintéticas marcam apenas a anterioridade, sem a caracterização de fato conclusivo, o que não ocorre com as formas analíticas. Teria o falante utilizado mais construções analíticas do mais-que-perfeito por que elas concluem as ações? A começar, a tradição normativa apresenta incoerência de definição deste tempo verbal, o que dificulta seu enquadramento em relação às demais estruturas da língua.

O Funcionalismo linguístico é uma teoria que correlaciona a teoria gramatical aos contextos discursivos. Ele entende que a gramática da língua não é fixa ou rígida, mas sim maleável aos usos, pois a língua em funcionamento é dinâmica e heterogênea.

Sobre este ponto de vista apresentamos a seguir os princípios norteadores do Funcionalismo que guiam esta pesquisa.

3.2 PRINCÍPIOS FUNCIONALISTAS E OS PADRÕES DE OCORRÊNCIAS DA ANTERIORIDADE

Segundo Martellota e Areas (2003), por ser a língua um instrumento de comunicação utilizado para determinado fim, ela não pode ter uma estrutura autônoma, por isso, para os funcionalistas, a língua é, em princípio, maleável, conforme o uso. Deste modo, a estrutura gramatical é organizável pelas situações e necessidades comunicativas a que os falantes se veem expostos. Deste modo, a sintaxe é subordinada a processos semânticos estruturados cognitivamente.

[...] Os linguistas funcionais defendem a ideia de que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estruturada experiência. Como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura da língua revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana (CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 30).

Há, assim, uma correlação muito próxima entre forma e função. E esta relação, argumentam os autores, pode ser de uma forma para várias funções, ou de uma função para várias formas. Para o presente estudo, tomamos a correlação de uma função para várias formas, visto que acreditamos que a função de anterioridade é atribuída por outras formas além da canônica forma do mais-que-perfeito.

Nesta pesquisa, detectamos cinco tipos de realização da anterioridade¹⁸ a um tempo passado também anterior. Categorizamos-las da seguinte forma: 1) Anterioridade verbo-adverbial; a seguir, 2) aí como Introdutor de sequencialidade, depois, 3) troca de tempos verbais, em seguida, 4) casos especiais de anterioridade, e por último, o uso do 5) mais-que-perfeito composto.

Como já ficou claro, chamamos de anterioridade quando há a narração de dois fatos passados. Ao primeiro fato, chamamos de passado anterior, o seguinte, de passado posterior. Este último pode ter ou não uma relação referencial ao primeiro. Observaremos nos cinco tipos de anterioridade se há a ocorrência de anterioridade por ponto de referência posterior; enfim, se há nela referência ou não entre os passados e, se há, como o mais-que-perfeito poderia ser contextualmente utilizado.

3.2.1 Explicando as anterioridades do *corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista

Falemos primeiro da anterioridade que denominamos de VERBO-ADVERBIAL. Neste tipo de anterioridade, os falantes encadeiam eventos, utilizando o pretérito perfeito. Vemos claramente que, antes de um fato passado, ocorreu outro fato antes. Assim, embora não haja a presença da forma canônica do mais-que-perfeito, a anterioridade pode ser facilmente detectada. Este tipo de ocorrência tem como tempo de referência não os fatos passados, mas o momento da fala, podendo ser estabelecida uma relação de causa e consequência entre dois fatos/tempos narrados, como mostra o exemplo abaixo:

- (31) “[...] Como eu não TINHA NENHUMA MOTIVAÇÃO DE NENHUM LADO eu acabei não indo pra escola. DEPOIS QUE EU ME CASEI, eu já tinha uma filha né?” (PPVC)

Esquematizando o exemplo temos:

- a) A desmotivação de não ir para a escola ocorre antes da saída do colégio.
- b) Esta informação é enfatizada pelo advérbio de tempo “Depois”, o que indica uma sequência narrativa, caso o casamento tenha sido posterior à época narrada anteriormente.
- c) Em seguida, EU JÁ TINHA UMA FILHA, é também anterior ao casamento.

Somente uma leitura completa de todo o enunciado é que permite perceber o tempo narrativo, pois a inserção de um advérbio sequencial, tipo ANTES, DEPOIS, informa as

¹⁸ As cinco categorias aqui apresentadas são de autoria do autor desta pesquisa.

etapas do processo narrativo, mostrando neste caso uma sequencialidade, ou seja, os fatos são narrados em sua sequência de acontecimento.

Em JÁ TINHA, vemos um valor de anterioridade, visto que seria redundante a expressão TINHA TIDO, mas é como se estivesse subentendido o verbo ter no particípio.

Este tipo de anterioridade, nós denominamos de Verbo-adverbial, visto que é preciso apenas a inserção de advérbios sequenciais para decodificarmos tal função. Com a presença do advérbio, o verbo não precisa estar no mais-que-perfeito, mas a simples marcação do pretérito perfeito já indica que o fato ocorreu no passado, ao passo que o advérbio mostra o que veio antes e depois de um fato passado.

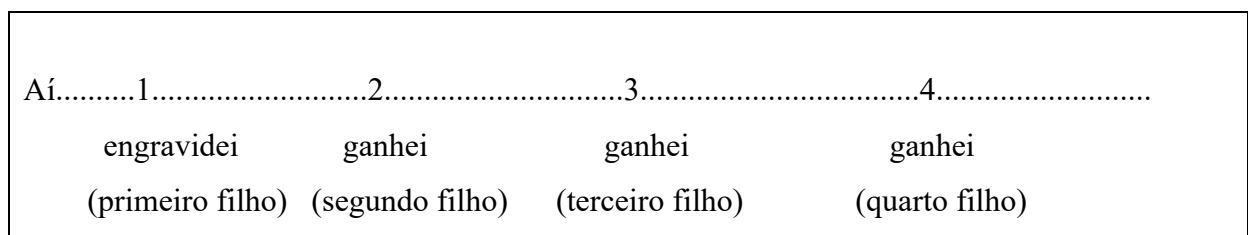
Outro tipo de anterioridade presente no PPVC é o uso do marcador sequencial AÍ como início oracional, ao qual denominamos de AÍ COMO INTRODUTOR SEQUENCIAL:

Vamos iniciar apresentando uma amostra de fala retirada do *corpus* PPVC:

- (32) “[...] **AÍ** já veio tudo junto, **aí** eu já ENGRAVIDEI do meu filho mais velho que tem trinta anos, **aí** com doze ano eu também GANHEI ele, com todo sofrimento que eu GANHEI ele, **aí** com treze ano eu já GANHEI o odo, que chama Rubens, **aí** com catoze anos eu já GANHEI minha minina, que ela fez vinte e oito anos, ela fez vinte oito.” (PPVC)

Como vemos, antes de iniciar cada oração, temos a presença do advérbio **AÍ** funcionando como um introdutor discursivo. cremos que ele pode estabelecer anterioridade entre dois fatos passados, servindo-se como um introdutor suporte de fatos cronológicos. Esta figura demonstra a sequencialidade do exemplo (32) acima:

Figura 7: Linha Temporal



Fonte: Próprio autor.

Temos quatro fatos narrados cronologicamente. Ainda que tenhamos sempre o mesmo verbo para marcar o mesmo acontecimento (a gravidez), outros marcadores ajudam a identificar que se trata de momentos diferentes, neste sentido, além de **AÍ**, temos o relato de diferentes idades para o período em que houve a gravidez. Temos a ANTERIORIDADE de

um fato passado em relação a outro fato também passado, mas não realizado com o mais-que-perfeito.

Destarte, reforçamos a tendência do português popular em representar a anterioridade por meio de outros recursos presentes na língua.

Outro modo de realização da anterioridade é por meio da TROCA DE TEMPOS VERBAIS, ou seja, em lugar de utilizar o mais-que-perfeito, o falante emprega outro tempo verbal:

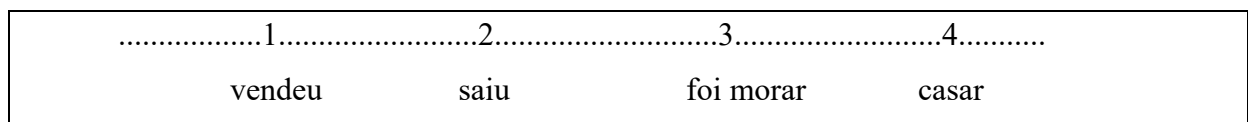
- (33) “[...] Gostava era... nós só SAIU de lá porque meu pai VENDEU a casa, né, aí depois foi morar na cidade modelo aí... eu também casei logo também aí a constituir família então”. (PPVC)

O ato de vender a casa é anterior a ir morar em outra localidade, sendo, portanto plausível o uso do mais-que-perfeito.

- (34) “[...] Gostava era... nós só SAIU de lá porque meu pai TINHA VENDIDO a casa, né, aí depois foi morar na cidade modelo aí... eu também casei logo também e constituir família então”. (PPVC)

A figura ilustra os tempos da ação descritos em (34):

Figura 8: Linha Temporal



Fonte: Próprio autor.

Pelos exemplos dados até aqui, fica claro que a definição do mais-que-perfeito dada pelas gramáticas não é algo próprio deste verbo, ou que, melhor dizendo, seja somente ele que possui um atribuidor desta função. Haveria então opções de execução desta função na ausência do mais-que-perfeito? Quando há duas formas de realizar uma mesma coisa, uma delas pode ter maior preferência por parte de um falante em uma determinada comunidade de fala.

A próxima forma de realização da anterioridade encontrada no PPVC, à qual denominamos de ANTERIORIDADE SEM AÇÃO EXPLÍCITA, vejamos: por que.

- (35) “[...] Com 50 anos de casado, faltando 29 dias pra completar os 50 de casado, a mulher morre. Já tinha galinha, já tinha pirua, já tinha leitoa, já tinha... o garrote, já tinha... um bocado de coisa” (PPVC)

- (36) “[...] Por exemplo né, o comer, o vestir né? Coisas que eu DEI pra ela que na minha época a minha mãe não TINHA condição de me dar, eu não tive”. (PPVC)

Em “já tinha galinha, já piruá ...” poderia ser expresso por um verbo particípio “já *tinha feito*, comprado, adquirido”. Neste caso, o auxiliar sozinho possui o papel de passado anterior, com o particípio oculto.

Vemos que em “minha mãe não TINHA condição” é anterior a “coisas que DEI para ela”. Seria redundante se fosse dito “não TINHA TIDO”. Ao verbo ter neste caso, mesmo tendo sentido de posse, diferente do que ocorre com o [auxiliar + particípio], forma composta do mais-que-perfeito, percebe-se uma possibilidade de conversão do “TINHA” em “TINHA TIDO”. Este outro exemplo segue o mesmo padrão:

- (37) “[...] Quando eu saí, já TINHA seis filhos quando eu vim pra cidade foi trabalhar na feira a feira num dava oportunidade da gente estuda porque quem trabalhavanão tem outra coisa pra fazer a não ser trabalha mesmo”. (PPVC)

Notemos que “JÁ TINHA SEIS FILHOS” é anterior ao ato de sair. O advérbio “JÁ” concorre para a marcação de atividade feita anterior a outra. Ele indica que antes de uma coisa ocorrer, outra já tinha ocorrido. O advérbio JÁ intensifica a ação de anterioridade. Na falta dele, outro advérbio de tempo pode ocupar este papel, como ocorreu no exemplo anterior. Como foi visto, a identificação de passado anterior está na construção: “NA MINHA ÉPOCA” que, neste caso, indica a época em que a mãe possuía a idade da filha, que teve maior assistência. O adjunto adverbial é muito importante para percebermos a relação de cronologia dos dois momentos históricos.

Conforme listado acima, o último tipo de anterioridade detectado é o do USO DO MAIS-QUE-PERFEITO COMPOSTO.

Iniciemos com exemplos:

- (38) “[...] Aí, eu passei mal. Fui parar no hospital. Eu perdi a neném. Era uma menina. Essa tava planejada, que eu JÁ TINHA COMPRADO TUDO. Já tinha até mandado fazer o quarto dela.” (PPVC)
- (39) “[...] Não, viajei não, tadinha casei e fumo pra casa que tinha alugado. A festa já foi na casa que agente tinha alugado”. (PPVC)

Todas as ocorrências de mais-que-perfeito encontradas são da forma composta. Ao que parece, como é mostrado nos dois exemplos, quando o falante quer situar um fato específico ocorrido antes de outro, ele utiliza o mais-que-perfeito composto. Isto significa

Seguindo este raciocínio, Martelota e Wilson (2008) afirmam que as situações reais de uso sugerem à língua maior adaptação aos contextos em quem é empregada. De outro modo, é por ser necessariamente ajustável ao contexto que podemos afirmar que existe uma relação natural entre a língua e sua designação. Deste modo, nosso olhar se volta não para palavras isoladas, mas para os contextos maiores de materialidades de comunicação. Isso prova que não se pode falar de anterioridade atribuindo força restritiva ao mais-que-perfeito quer simples quer composto, já que a língua oferece a seu usuário um repertório de possibilidades.

Analisando os aspectos entre a forma e a função em situações reais de uso é que temos a possibilidade de compreender o percurso da língua em sua “evolução”: “[...] o uso da língua nas situações reais de comunicação motiva as transformações que sofrem os elementos linguísticos ao longo do tempo e que essas transformações apresentam unidirecionalidade: caminham do discurso para a gramática” (MARTELLOTA; AREAS, 2003, p. 59).

Dentro da iconicidade, que é o princípio maior, há os subprincípios, elencados abaixo: **subprincípio da quantidade**: quanto maior a quantidade informação, maior número de materialidade linguística: “de tal modo que a estrutura de uma construção gramatical indica a estrutura do conceito que ela expressa. Isso significa que a complexidade de pensamento tende a refletir mais complexidade da expressão” (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003, p. 32). Tal princípio parece indicar a necessidade da troca da forma simples pela composta do mais-que-perfeito, pois a marcação forma/função da anterioridade, por meio da forma simples, indicaria, de algum modo, insuficiência de informação, e visto que em muitas ocorrências do mais-que-perfeito aparecem ligadas a um advérbio de tempo, atuando como intensificador. A anterioridade não passa a ser marcada somente como o verbo. A anterioridade neste caso não foi marcada só pelo verbo, mas por um adjunto adverbial de tempo. Em outras palavras, o nível de complexidade de marcação de passado anterior vai além do verbo. Neste sentido, nos valem do princípio de que quanto maior a quantidade informação, maior número de materialidade.

O subprincípio da quantidade, como já foi dito, correlaciona quantidade de informação e quantidade de codificação. Em outras palavras “[...] maior quantidade fônica deve corresponder a maior quantidade de informação” (NEVES, 1997, p. 107). Neste sentido, a marcação da função de passado anterior a outro fato também passado parece indicar que houve maior quantidade de codificação por ter maior quantidade de informação a ser feita, visto que não é só a forma composta que entrou em cena, mas os advérbios de tempo sequenciais também aparecem como marcadores de anterioridade, ao passo que a forma única desaparece. Vejamos mais exemplos do PPVC:

(40) “[...] Eu ANTES comecei a trabalhar com dezesseis anos na casa de Dona Marlene, no caso, né? Aí DEPOIS, a gente foi embora daqui” (PPVC).

(41) “[...] aí ENTREI na aeronáutica, tirei quatro ano na aeronáutica, TERMINOU a guerra e aí eu SAÍ, FUI ME EMBORA pro maranhão, fui pro interior do maranhão, de Pedreira a São Luiz, de Pedreira a Coroatá” (PPVC).

O princípio da proximidade, que relaciona a proximidade das unidades nos planos de codificação, explicaria, a nosso juízo, por que advérbios de tempo aparecem, por vezes, sequencialmente, influenciando, como modificadores, o plano da temporalidade, ou do aspecto, como já foi dito e como veremos adiante com mais detalhes. Como mostra as amostras de fala do PPVC, os advérbios ANTES, DEPOIS, AÍ, ou até mesmo expressões de valor adverbial, como NAQUELA ÉPOCA, PRIMEIRAMENTE, QUANDO, ANTIGAMENTE, ou até mesmo a indicação de ano em que um fato ocorreu etc. Como são advérbios, aparecem, por vezes, próximos aos verbos modificando, como indica o exemplo (40):

Outro princípio citado por Neves (1997) é o **princípio da ordenação linear**, de caráter semântico e pragmático. Aplicando este princípio ao objeto de nosso estudo, podemos ver que a função de anterioridade pode dar-se de forma sequencial ou contra sequencial. E a validação de uma ou outra no corpo do enunciado dependeria de um fator pragmático, ou seja, aquela mensagem que possui maior importância para o falante viria em primeiro. Quando a anterioridade é realizada utilizando o mais-que-perfeito, há grandes chances de que ela venha de forma contra sequencial, por ter o pretérito perfeito como ponto de referência.

(42) “[...] Não, viajei não, tadinha casei e fumo pra casa que TINHA ALUGADO. A festa já foi na casa que agente tinha alugado” (PPVC).

Quando a anterioridade é realizada pelo uso pretérito perfeito, havendo assim, uma troca de tempo, então temos a sequencialidade, ou seja, os fatos são narrados na ordem que ocorreram:

(43) “[...] Seis hora da manhã a gent ACORDAVA... IA pro serviç... TOMAVA café e ia pro serviço. Doze hora, vinha e ARMOÇAVA, DESCANSAVA uma hora. VORTAVA duas hora pra... pro serviço, e CHEGAVA seis hora da tarde” (PPVC).

(44) “[...] Eu ANTES comecei a trabalhar com dezesseis anos na casa de Dona Marlene, no caso, né? Aí DEPOIS, a gente foi embora daqui” (PPVC).

estrutura marcada tende a ser mais complexa do que a estrutura não marcada correspondente. Incluem-se, aqui, fatores como esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento. Neste caso, acreditamos que a forma simples do mais-que-perfeito tornou-se mais complexa do que a forma composta, daí a maior preferência do falante em relação à forma composta, e não só esta, mas outras, como advérbios e outros tempos verbais.

Conforme Ilari (1997, p. 9), não há uma relação de um-para-um “entre os recursos expressivos e os conteúdos expressos”, o que nós chamamos de relação biunívoca.

Destarte, procuramos apresentar amostras de fala que facilmente puderam ilustrar que ao princípio da iconicidade (a) e (b) e da marcação, os seguintes subprincípios são úteis a esta pesquisa:

- (a) **O subprincípio da quantidade:** associa quantidade de informação que o falante deseja transmitir à quantidade de material linguístico necessário a ser utilizado. Em relação à função de anterioridade cremos que a quantidade de informação supera a discriminação apenas do verbo.
- (b) **O subprincípio da ordenação linear:** integra os constituintes, semântica e cognitivamente, ao plano da codificação pela proximidade. Está relacionado à ordenação dos constituintes oracionais no discurso, conforme a ordem sequencial em que ocorrem os eventos. A função de anterioridade correlaciona fatos que são narrados de forma sequencial ou contra sequencial. A ordem de um e de outro dependerá da intenção do falante. E ainda dentro deste princípio há a proximidade de advérbios de tempos ao verbo, intensificando ou re-significando a leitura temporal.
- (c) **O subprincípio da complexidade estrutural:** a estrutura marcada tende a ser mais complexa que a estrutura não marcada, por ser menos realizada. Neste sentido, o mais-que-perfeito simples é mais marcado que o mais-que-perfeito composto, pois sendo menos realizado é mais complexo.
- (d) **O subprincípio da distribuição de frequência,** segundo o qual, a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não marcada. O mais-que-perfeito simples é quase nulo, se não o é. Já o mais-que-perfeito composto ainda é mais utilizado.
- (e) **O subprincípio complexidade cognitiva** que, como afirma Cunha, Costa e Cezário (2003), a estrutura marcada tende a ser mais complexa do que a estrutura não marcada correspondente. Sendo o mais-que-perfeito simples uma forma

raramente ou nunca realizada, cremos haver assim uma complexidade cognitiva em sua realização, visto que o falante precisa antes se informar de seu uso adequado.

Todos estes princípios demonstram que os falantes, por meio de processos diferentes, estreitam a relação das formas linguísticas temporalmente associadas, realizando de diferentes maneiras a função de passado anterior.

Inferimos que os princípios elencados ajudam a compreender o fenômeno linguístico do mais-que-perfeito. Neste caso, pelo fato do mais-que-perfeito simples está em desuso, como demonstram os dados do *corpus*, bem como demais estudos aqui já citados, podemos afirmar que o mais-que-perfeito é cognitivamente mais complexo para a marcação da anterioridade. Por complexidade cognitiva queremos dizer que, pelo fato do falante não conhecer a determinada forma, a estrutura exige maior reflexão sobre o seu uso por parte do falante.

A gramática sempre está instável, pois o discurso sempre intervém na gramática: “O desenvolvimento de novas estruturas gramaticais é motivado quer por necessidades comunicativas não satisfeitas, quer pela ausência de designações linguísticas para determinados conteúdos cognitivos” (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003, p. 30)

Segundo Lima Hernandez (2011), a necessidade comunicativa é aprofundada por necessidades de clareza, no intuito de não ser repetitivo, por exemplo. Estas estratégias fazem com que o falante busque na língua maior expressividade, aspecto funcional este que, a depender do contexto social e linguístico, pode assumir várias formas. A partir deste desejo de maior expressividade é que processos de gramaticalização tomam lugar na língua. Isto posto, vamos discutir como o fenômeno da gramaticalização nos ajuda a entender a trajetória do mais-que-perfeito no português popular ainda, tomando como base o PPVC.

As necessidades comunicativas criam o contexto propiciador para a mudança linguística: “Podemos partir do princípio de que a evolução duma língua depende da evolução das necessidades comunicativas do grupo que a emprega” (MARTINET, 1976, p. 177). Com base neste ajuste das necessidades comunicativas, os falantes tendem a fazer substituições por outras já existentes, mas que possam agora apresentar função diferenciada da que vinha exercendo.

Este é o caso das formas simples e compostas do mais-que-perfeito na trajetória da língua portuguesa do Brasil, especialmente no português popular em que a forma composta substituiu a forma simples e a própria função de anterioridade expressada pelo mais-que-

perfeito passou a ter lugar na língua em diferentes construções. Enfim, não somente a forma composta contribui para isto, mas toda sentença torna-se potencializadora na atribuição de passado anterior.

Neste processo, as possibilidades à disposição dos falantes são controladas pelo sistema da língua. Os utentes não podem interferir intencionalmente na língua, ainda que as mudanças linguísticas sejam provocadas por eles. A fala de Martinet é suficientemente esclarecedora a esse respeito:

[...] Assim, o falante utiliza a palavra, a partir do que está disponível a ele nas regras de emprego do sistema linguístico, deste modo, sua tendência é utilizar elementos já existentes em sua língua ou, pelo menos tomar emprestado outra língua ou dialeto (MARTINET, 1976, 177).

Numa interpretação do que diz o renomado estruturalista, podemos retirar algumas lições:

- a) O utente utiliza o repertório da língua segundo as possibilidades do sistema linguístico;
- b) O utente pode, dentro do rol de possibilidades, usar as que já existem.
- c) O utente pode, dentro do sistema linguístico, utilizar diassistemas¹⁹.

Ainda conforme Martinet (1976), a necessidade comunicativa está atrelada ao grau de eficácia que os termos linguísticos assumem, não importando quantidade de unidades que são empregadas. Lembramos que o Funcionalismo surgiu no Estruturalismo e que as premissas elencadas acima dialogam com os princípios também defendidos por aquela teoria.

3.3 GRAMATICALIZAÇÃO E MUDANÇA E A FORMA COMPOSTA

Interpretando Neves (1997), a gramaticalização é um processo em que um dado item linguístico passa a ser previsível em sua forma e função ao ponto de deixar de pertencer ao léxico e se incorporar à gramática, ou seja, itens e construções gramaticais, por influência do contexto, passam a adquirir maior gramaticalidade. Assim uma palavra, até então autônoma na circulação de diferentes posições no enunciado, passa a atribuir diferente papel semântico e

¹⁹ Tomamos o termo diassistema no sentido da hierarquia dos níveis esquemáticos abstratos em que se concentram pontos comuns de dialetos e falares. No conjunto de diassistemas estariam variantes morfemáticas e fonemáticas que podem transitar de um dialeto a outro.

fixidez sintática. Destarte, conforme Lima-Hernandes (2011), o desejo de maior expressividade é que motiva a gramaticalização. De modo semelhante, palavras que são frequentemente utilizadas vão perdendo expressividade, tornando-se em graus diversos disfuncionais. Os falantes recorrem então a outros recursos que, de igual modo, digam o que eles desejam, o que envolve questões pragmáticas, quando visam a não repetição, à clareza e à objetividade. Vejamos o que afirma o autor:

[...] Para esse processo são mobilizados itens lexicais pleno/estruturas, que – por serem autônomos – podem esporadicamente ser incluída numa determinada sequência. Surgindo o efeito desejado, essa expressão passa a ser repetida de modo a se tornar-se obrigatória na construção, anteriormente opcional. (LIMA-HERNANDES, 2011. p. 40)

Deste modo, conforme Lima-Hernandes (2011), o componente sintático e semântico não é independente da sua atuação pragmática. Por esta relação, a gramática da língua está em constante adaptação, sendo dinâmica, maleável e ajustável às necessidades comunicativas dos falantes.

Dos princípios da gramaticalização defendidos por Hopper e Traugott (1993), julgamos pertinente a este estudo: **a estratificação e a descategorização**. A estratificação consiste na coexistência de várias formas para uma função. Formas antigas não são necessariamente descartadas, podendo interagir com as novas e, em algum momento, talvez, até que sejam suplantadas: Quando o sentido das formas, de alguma maneira se esgota, os falantes atuam na língua buscando maior expressividade: “[...] a forma nova não expulsa a forma velha imediatamente, mas começa a ser usada como variante cada vez mais frequente, até a completa substituição da forma velha” (NEVES, 1997, p.127).

Este princípio pode ser aplicado a função de anterioridade, quando vemos que, além de verbos, temos advérbios como atribuidores desta função. Abaixo temos alguns exemplos de anterioridade que mostram a atuação de uma função por meio de várias formas que coexistem:

- (46) “[...] **Seis hora da manhã** a gente ACORDAVA... IA pro serviço... TOMAVA café e IA pro serviço. **Doze horas**, VINHA E ALMOÇAVA, DESCANSAVA uma hora. VOLTAVA duas hora pra...pro serviço, e CHEGAVA seis hora da tarde”.

Às seis horas da tarde, eu já TINHA ACORDADO, tinha tomado café, tinha ido para o serviço, tinha almoçado, tinha descansado, tinha voltado e tinha chegado.

- (47) “[...] Eu **ANTES** comecei a trabalhar com dezesseis anos na casa de Dona Marlene, no caso, né? **Aí DEPOIS**, a gente foi embora daqui” (02PPVC).

Quando a gente foi embora daqui, Eu já TINHA COMEÇADO a trabalhar com dezesseis anos na casa de Dona Marlene.

Na descategorização temos a mudança de sentido pleno de uma forma para outra, podendo assim mudar de categoria, ou seja, um nome ou verbo passa a ter valor de adjetivo, participo ou preposição:

(48) Ele disse que tinha um carro naquela época²⁰

(49) Ele disse que TINHA COMPRADO um carro naquela época.

Em “tinha comprado” o verbo ter não tem o sentido de posse, presente em “tinha um carro”. Houve então uma gramaticalização por descategorização, de um verbo com sentido pleno, passou-se a outro com sentido esvaziado, sendo apenas um auxiliar.

Disso resulta que a língua não é algo à parte, virtual, fora da realidade dos indivíduos, mas a sua utilização envolve processos motivacionais, que se sujeita às pressões do uso; logo, é ajustável ao contexto comunicativo. Reconhecemos, assim, que a língua não estabelece uma relação arbitrária entre função e forma.

Este processo de “evolução”, movido pelas pressões do uso, é resultado de forças internas e externas à língua, pois a língua reflete as experiências dos indivíduos. Haveria, então, uma natureza motivacional na utilização de uma forma por outra. No caso das formas supletivas da ideia de anterioridade, o falante utiliza os recursos disponíveis e que podem “migrar” de uma função para a outra.

Assim, a gramaticalização é a porta de entrada para a mudança, devido à perda de propriedades sintáticas e semânticas que ocorrem por meio da função discursiva assumida pelas categorias linguísticas:

[...] a trajetória de mudança de um elemento linguístico é um reflexo de, pelo menos, três aspectos diferentes: tempo e, sobretudo, cognição e uso. Se tempo é necessário para que a mudança se faça sentir, cognição e uso são de fundamental importância para uma teoria que interpreta as línguas humanas, como reflexo do comportamento no ato concreto da comunicação, das restrições cognitivas associadas à captação de dados da experiência, à sua compreensão e ao seu armazenamento na memória (MARTELLOTA; AREAS, 2003, p. 69).

É preciso dizer também que tal processo não deve ser confundido como perda semântica, pois há uma substituição da função anterior por outra que contenha maior

²⁰ Exemplo do autor.

expressividade. Assim, se há perda por um lado; há, consideravelmente, ganho por outro. Basicamente, o uso constante produz o desgaste de palavras que passam a ser substituídas na cadeia enunciativa por outras que, haja vista, exerciam outros papéis diferentes até então.

4 TEMPO VERBAL, ASPECTO, PONTO DE REFERÊNCIA

Nesta seção, discutimos as noções de tempo verbal, aspecto e ponto de referência. Isto se faz necessário para que depreendamos as relações estabelecidas por estas noções quando pensamos na função do mais-que-perfeito, ou seja, de passado anterior a um ponto de referência passado. De posse de uma reflexão mais aprofundada sobre estas três noções, poderemos, na ausência das gramáticas normativas, melhor definir o mais-que-perfeito, além de compreender o processo interno de mudança, que levou ao seu desuso e da emergência de outras possibilidades de emprego da anterioridade verbal.

4.1 O TEMPO INTERIOR E EXTERIOR À LÍNGUA

O tempo²¹ é comumente entendido como algo tripartido. Além da definição comum de passado, presente e futuro, concordamos com Corôa (2005) quando diz que por tempo podemos ainda ter outras três repartições:

- a) O tempo cronológico
- b) O tempo gramatical
- c) E o tempo psicológico.

Passemos a analisá-los.

O primeiro, o tempo cronológico, segundo a linguista, é o tempo que se desloca continuamente para o futuro. Nele podemos traçar uma linha reta, como uma espécie de eixo temporal, que avança continuamente, deixando pontos de antes e depois nesta linha.

Por tempo gramatical entende-se o recurso da língua por meio de afixos desinenciais que atribuem à noção de tempo. Ele é mais bem conceituado pelos verbos. As línguas possuem também, junto aos verbos, os advérbios de tempo, que, de modo parecido, situam os fatos narrativos no eixo temporal.

²¹ Conforme nos informa Abbagnano: “Podemos distinguir três concepções fundamentais [de tempo]: 1ª O tempo como ordem mensurável do movimento; 2ª o tempo como movimento intuitivo; 3ª o tempo como estrutura da possibilidade. À primeira concepção vinculam-se, na Antiguidade, o conceito de ciclo do mundo e da vida do homem (metempsicose) e, na época moderna, o conceito científico de tempo” (ABBAGNANO, 1998, p. 944). É oportuno dizer que a segunda concepção vincula-se ao conceito de consciência; enquanto que a terceira (derivada da filosofia existencialista) apresenta algumas inovações na análise do conceito de tempo.

E por último, há o tempo psicológico, entendido como a reação do indivíduo em face da duração das atividades que realiza. Assim, em hora gasto na fila do banco, conforme o tempo psicológico, podemos ter a impressão de duração diferente, se comparado com um uma hora de jantar na casa de um amigo, por exemplo.

Certamente, como hipótese lógica, nós cremos que quanto mais conhecimento linguístico/gramatical formal o falante possua mais ele fará uso de recursos “prescritivos” do tempo gramatical. Porém, como a marcação temporal não se dá somente por meio de afixos verbais, o falante não escolarizado pode ter ao seu dispor recursos outros que ajudam a compor tais funções na falta de desinências verbais específicas para cada contexto. Em outras palavras, a função continua sendo utilizada por meio de outros recursos sem que se vá recorrer à chancela da “normalização” gramatical. Afinal, o pensamento representativo de ações situadas antes ou depois de alguma coisa é expresso por todos os homens, pois “[...] o tempo é constituído a partir dos eventos e suas relações” (CORÔA, 2005. p.27). Deste modo, afirma a linguista que todo o tempo ou é a simultaneidade, sendo a coexistência de A e B no momento da enunciação, ou é de anterioridade/posterioridade, que são a sucessão, ou seja, efeitos de eventos produzidos ou não por A e B no passado. Nesse sentido, torna-se oportuno entender o que nos diz Rodolfo Ilari (1997):

[...] a palavra tempo cria uma confusão indesejável entre dois planos de descrição que convém manter distintos: o da linguagem, onde se trata de morfemas, palavras e construções gramaticais, e do mundo onde e registram fatos com determinadas relações cronológicas (ILARI, 1997, p. 11).

Se não fosse a existência de eventos, teríamos a noção de tempo? Basicamente, a ideia de tempo tem que estar subjacente à descrição de eventos, pois não é possível falar de um momento em que nada ocorra. Destarte, os eventos são guias de demarcação da ordem narrativa. Por isso que, conforme Bull (1971), seria melhor falar em “eixos de orientação”. A este respeito, Coan (2003) afirma que o tempo seria um conceito sem relação com a experiência; no entanto, ela afirma que ainda que o tempo não possa ser perceptível, os sentidos percebem os objetos pelas relações que mantém. Conforme Bull (1971), todas as ações dos homens são sequenciadas, sendo, portanto, possíveis de serem sincronizadas como uma sequência de eventos desenvolvida fora do organismo humano. Assim, o tempo é interpretado pelo homem por meio de eventos externos a ele.

Como eixo de orientação, além das marcas morfológicas internas da língua, há o calendário. O ato de definir que algo ocorreu hoje, ou ontem, é uma delimitação de marcação

cronológicas de tempo. Assim, horas, dias, meses, anos e estações nos orientam, organizando nossa memória. Deste modo, quando dizemos que algo ocorreu no dia 22 de janeiro de 1998, não fazemos mais do que nos situar por meio de eixos de orientação coletivos.

Ao descrever os eventos, a língua é o meio pelo qual se dá a narração, situando aquilo que veio antes e depois, impondo importância a este e não aquele evento. **O tempo linguístico é um eixo de orientação pessoal.** Assim, seja a sequência de simultaneidade ou anterioridade, os eixos de orientação são imprescindíveis, pois eles estabelecem a relação entre dois ou mais eventos por meio do passado, presente e futuro. Contudo, como a língua é maleável em uso, o falante age, por meio de modulações psicológicas que afetam os usos prescritivos dos manuais de adequação do uso:

[...] A ideia de tempo físico, de certo modo, a categoria verbal do tempo. Só que, na gramática (ou na língua), predomina o elemento psicológico, de tal modo que a tripartição fundamental – presente, passado, futuro – se acrescentam modulações interpretativas, afetivas, durativas, que geram subdivisões, variáveis de língua para língua, mas sempre atuantes (MELO, 1987, p. 81).

De fato, ainda que inconscientes, são os falantes que mudam a língua. Tal mudança é gerida por insatisfações comunicativas atreladas aos termos em uso. Estando o mais-que-perfeito simples em desuso, que implicações afetivas concorreram para seu esgotamento? Talvez não tenhamos sempre respostas racionais prontas para concluir sobre o que faz com que o falante renegue determinadas formas, mas os resquícios funcionais das formas em desuso permanecem. É como se trocássemos de ferramentas para executar uma mesma função. Nossa tarefa consiste então em refletir o seu funcionamento dentro de um contexto maior.

Já foi especulado que a lei do menor esforço explicaria o abandono de determinadas formas. Mas visto que há construções na língua em que o falante emprega maior número de formas, em abandono de formas sintéticas, como é o caso das estruturas compostas e locucionais, parece-nos relativo afirmar que uma categoria precisará de menos esforço por parte de todos os falantes.

Voltando à noção lógica de tempo, conforme a ideia que, de modo geral, temos dele, reveste-se de eventos que podem ser situados somente em três ordens, que são passado, presente e futuro, ou simultâneo, posterior ou anterior, conforme a ordem.

Em relação ao tempo verbal, a cada uma destas divisões podemos associar outros diferentes modos, como diferentes tipos de passado: pretérito perfeito, pretérito mais-que-

perfeito e pretérito imperfeito. Em relação ao presente, ainda que a gramática não reconheça subcategorias, é certo haver verbos conjugados no presente, mas com valor de futuro ou de passado. Sobre os verbos do futuro, podemos categorizar o futuro do presente e o futuro do pretérito. Mas ainda que possa haver tais divisões de cada um dos três tempos em particular, fato é que todo encaixamento de situações no eixo de orientação só se dá como sendo passado, presente ou futuro.

Deste modo, com vista a situar o momento do evento, com intenção de interligá-lo a alguma subcategoria de passado, por exemplo, maior conhecimento linguístico gramatical será necessário por parte do falante. Daí os falantes não letrados tenderiam a ter maior possibilidade de troca de uma subcategoria verbal de passado por outra, mas um dado sempre permanece: se o falante quer dizer que uma ação é passada, ele sempre o diz. O que alguns não fazem é estabelecer real divisão entre pretérito perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito. Basta a ele dizer que o evento descrito é situado anteriormente ao momento da fala. Assim, os dados revelam que o pretérito perfeito é a categoria verbal de passado que mais substitui o mais-que-perfeito, quando este deveria ocorrer.

Ainda que o verbo seja identificado como a palavra temporal por excelência, há outras que também possuem esta atribuição, tais como os advérbios, numerais e adjetivos. E a própria distinção de categorias feita por Aristóteles reflete tal compreensão da realidade, já que amplia a noção do verbo espalhando-o em outras quatro categorias: ποιεῖν, πάσχειν, ἔχειν εἰς πότε. Outras realidades linguísticas nos provam que as atribuições lógicas do tempo ao verbo não são uma realidade universal, mas uma adaptação de muitos elementos que foram ao longo das histórias das línguas se especializando²², gramaticalizando.

No intuito de entendermos melhor a configuração dos tempos em português, dando atenção ao mais-que-perfeito e a anterioridade, precisamos discutir a noção de ponto referencial segundo Comrie (1990) e é isso que vamos fazer na próxima subseção.

²² Segundo Cunha, “o verbo é a palavra que exprime um fato (ação, estado ou fenômeno) representado no tempo” (CUNHA, 1970, p. 253). As terminações variáveis dos verbos buscam situar diferentes modos de tempo, seja atual passado ou vindouro. Há línguas, no entanto, que não possuem diferentes distinções de passado, ou nem se quer possuem marcação temporal por meio de desinências verbais. Outros elementos situariam a ação como passada ou não.

4.2 O TEMPO E O PONTO DE REFERÊNCIA AO MOMENTO DA FALA E A UM EVENTO PASSADO

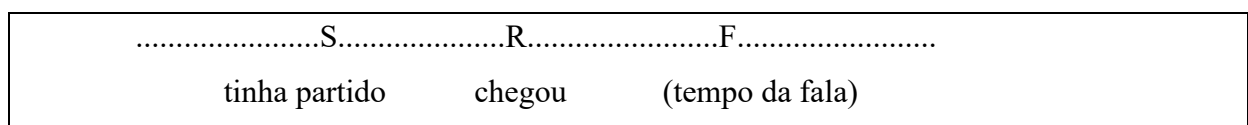
Conforme Comrie (1990) o ponto de referência do mais-que-perfeito está situado antes do momento da fala e posterior ao mais-que-perfeito. Por isso o mais-que-perfeito pode ser chamado de passado anterior e o tempo verbal que lhe sucede de passado posterior. O tempo da fala é o tempo de referência do passado e do futuro, pois todos os outros tempos estão correlacionados a um evento ou à reflexão que fazemos no momento presente ou a algum momento em que algo foi dito no passado.

Nas línguas neolatinas, os verbos geralmente possuem a função de marcar temporalmente, contudo há línguas que possuem palavras lexicalizadas na ausência de palavras lexicais, são, por exemplo, os advérbios, ou até mesmo o contexto linguístico. O russo é uma língua que não possui passado anterior, demarcando esta função por meio de um advérbio.

Como demonstra nosso estudo, mesmo sendo o tempo da fala relacionado a todos os outros tempos, há tempos que está em uma relação mais distante, pois estão tendo como ponto de referência principal outro tempo verbal. É isto que ocorre com o mais-que-perfeito, que tem como ponto de referência o pretérito perfeito. Comrie (1990) para referendar a relação de tempo do mais-que-perfeito propôs o seguinte Linha Referencial deste tempo verbal:

(50) O ônibus já **tinha partido** quando você chegou²³

Figura 02: Linha Referencial



Fonte: Comrie (1990).

Vemos na figura que “tinha partido” ocorre antes de “chegar”, por isso estes dois verbos têm uma relação cronológica de enunciação de fatos, pois para que desse lugar o ato de chegar atrasado, foi preciso que primeiro o ônibus partisse. Assim, o segundo verbo acima é ponto de referência ao primeiro.

Ao referenciar o passado anterior, costuma-se falar também em passado remoto, como atesta Back e Mattos (1972): “Restam-nos duas formas de cada grupo; denominamos a

²³ Exemplo do autor

primeira de próxima, a segunda de remota [...]” (BACK; MATTOS, 1972, p. 393). Talvez devido a este aspecto remoto, de passado distante, o mais-que-perfeito costuma aparecer mais em grandes textos, sejam orais ou escritos, no caso dos textos orais só aparecem a forma composta tomando-se como base o português popular de Vitória da Conquista. Mas esta subdivisão em distante ou remoto e próximo nem sempre é adaptada ao uso, pois, como afirma Neves (1997), a língua é maleável e, deste modo, nem sempre a descrição gramatical adequa-se aos dados.

Neste sentido, o exemplo de trazido por Bernard Comrie (1990) demonstra que um verbo no pretérito pode ter sentido futuro:

(51) “Quando você chegar, eu já SAÍ” (COMRIE, 1990, p. 31).

Figura 03: Linha Referencial

.....F.....S.....R.....		
(momento da fala)	SAÍ	chegar

Fonte: Comrie (1990).

Como afirma o linguista, mesmo estando o verbo “saí” no passado, em tal exemplo ele localiza-se à direita do momento da fala, ou seja, no futuro, tendo o verbo chegar como ponto de referência. Mas tal afirmação só é possível pela presença antecipada do advérbio quando, que serve como impulsionador semântico da oração seguinte para o sentido de futuro, mesmo estando com um verbo no passado. É neste sentido que Comrie (1990) argumenta que um tempo verbal pode ter um advérbio e não outro verbo como ponto referencial.

Disso podemos tirar duas inferências: **primeiro**, o verbo em contextos de uso nem sempre tem o sentido que é dito pelas gramáticas, e só teremos seu real emprego se o contextualizarmos, para termos a real dimensão de sua função; **segundo**, o advérbio, como já afirma Castilho (2010), poder servir como influenciador da noção classificatória do verbo, no que respeita a sua perfectividade ou não. A este respeito, Ilari (2002) afirma que advérbios pontuais podem, juntamente com o verbo, direcionar maior perfectividade nos pretéritos. O excerto a seguir pode servir de ilustração para o que afirmamos:

(52) Naquele exato instante, o raio já TINHA CAÍDO²⁴.

²⁴ Exemplo do autor.

No exemplo (51), podemos ver que ainda que o verbo esteja no passado, sendo assim, **perfectivo**, ou seja, com valor de ação conclusa, não podemos inferir como tal, porque sua projeção encontra-se no futuro. Para que está conclusão fosse possível nossa análise teve que fazer uso do contexto linguístico, no interior do enunciado. Assim, não podemos isolar os termos, pois sua função também é discursiva, pois nem sempre a interpretação depende da variação morfológica do verbo. Neste sentido, como afirma Coan (1997), o tempo é uma categoria da sentença, exemplificando isso, a autora traz como exemplo, línguas como o chinês e o malaio, que, apesar de não terem tempo verbal gramaticalizado, são traduzidas para o inglês com as devidas adequações do contexto temporal²⁵: “apesar da carência de tempo verbal em algumas línguas, todas dispõem de advérbios e partículas dêiticas que podem precisar o tempo ao qual um determinado enunciado se refere” (COAN, 1997, p. 39).

Na presente pesquisa, nossa posição teórica é de que a noção de tempo perpassa por três eixos: o morfológico, discurso e contextual. Por **morfológico**, entendemos que o falante, ainda que troque os tempos passados, utilizando, por exemplo, o pretérito perfeito em lugar do mais-que-perfeito, o critério de utilizar uma palavra com o valor de passado continua. E quando ele, o falante, utiliza um verbo com marca morfológica de passado, mas com valor de futuro, há sempre um advérbio permitindo este contexto, como foi indicado no exemplo (51). Ainda neste sentido, veja o seguinte exemplo:

(53) Em 1822, o Brasil se torna politicamente independente (PERINI, 2004, p. 254).

Creemos que a expressão temporal “Em 1822...” marca o valor de passado na oração acima, o que não é dado pelo verbo, que se encontra conjugado no presente do indicativo. O verbo só tem valor estado (se torna), mas a noção temporal verdadeira do enunciado, ausente no verbo, está presente na locução adverbial que inicia o enunciado. Ainda que afirmemos que, sem o contexto, teríamos a noção de tempo apenas no verbo, fato é que a marca linguística de tempo do verbo está no presente; no entanto, o tempo é transportado para outro segmento temporal pelo advérbio: “[...] a procura de uma compreensão do (s) sistema (s) temporal (is) em português deverá partir das possibilidades combinatórias, nos textos, destes advérbios e expressões temporais com os tempos verbais” (FONSECA, 1977, p. 411).

Assim, falamos em uma marcação **morfo-discursiva** da noção de tempo.

²⁵A mesma situação pode ser vista na tradução do **aoristo** grego para formas latinas. Como sabemos, o aoristo é uma forma verbal desprovida de caráter temporal. Posteriormente, a partir da necessidade de traduzi-lo, os gramáticos introduziram as noções de aoristo ingressivo, efetivo, absoluto, indefinido e relativo, numa romanização completa de tais formas verbais gregas.

Por sentido **contextual**, entendemos que a análise perpassa toda a sentença, pois palavras isoladas não possuem completa significação. É no uso que adquirimos, junto com o sentido dado pelos livros, outros modos de interpretar a marcação temporal. Assim, o falante pode marcar a função de passado anterior usufruindo de todas as possibilidades que a língua lhe garante, pois tem a seu dispor recursos outros que o conduzem ao mesmo significado por recursos diferentes.

Finda a breve discussão sobre tempo bem como o levantamento das questões sobre sua definição e aplicabilidade ao português popular em relação ao mais-que-perfeito e à sua noção de anterioridade, devemos nesse momento partir para a análise do sentido de aspecto, procurando por meio dela entender, de forma mais precisa, a trajetória do mais-que-perfeito no português popular do Brasil bem como a noção de anterioridade e os recursos que o falante dispõe para expressá-la.

4.3 ASPECTO: PERFECTIVIDADE E IMPERFECTIVIDADE (*PERFECTUM E INFECTUM*)

O aspecto, como comumente é tratado entre os estudiosos da língua, é a categoria que envolve a duração do processo desenvolvido pelo verbo, mas que, como veremos, pode ter atuação atenuada ou intensificada pela presença adjacente de locuções adverbiais.

Castilho (2010) fala em “graus de desenvolvimento” do estado de coisas, o que é feito por meio de fases. Neste sentido, podemos considerar dois tipos aspectuais: o perfectivo e o imperfectivo: “o aspecto [...] marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento ou do completamento e o da realização da situação” (TRAVAGLIA, 2006, p. 40)

A nomenclatura que diferencia as duas categorias já era demonstrada pelos latinos quando distinguiam *perfectum* e *infectum*. O primeiro corresponde ao aspecto *perfectivo* e o segundo ao *imperfectivo*. O aspecto *perfectivo* é a ação que, ainda que dure, é acabada, ao passo que no *imperfectivo*, não temos o término da ação. Vejamos o que nos diz Perini a esse respeito: “[...] Pode-se entender o aspecto *perfectivo* como a expressão de um fato globalmente considerado, sem análise de suas fases, nem ênfase sobre uma ou outra dessas frases; já o *imperfectivo* inclui consideração das diversas fases” (PERINI, 2004, p. 256).

Para Corôa (2005), o que marca o aspecto não é o momentâneo *versus* o durativo, mas o caráter **concluso** ou **inconcluso** da predicação, como mostra os exemplos:

(54) Eu telefonei para minha mãe ontem à tarde²⁶

(55) Eu telefonava, mas ninguém atendia!!

Em (54) o verbo *telefonei* (pretérito perfeito) indica que houve um término da ação, ainda que o ato de telefonar possa demorar alguns minutos. Já em (55), o mesmo verbo, mas com conjugação diferente, *telefonava* (pretérito imperfeito), sinaliza que não houve fim da ação. O verbo indica que houve várias tentativas, não sabemos quantas.

Vale lembrar que não é a duração que marca a diferença entre os dois aspectos, mas sim o fato de ser o *perfectivo*, conclusivo, e o *imperfectivo*, inconclusivo. Assim, afirma Travaglia (2006) que todas as situações acabadas são de aspecto perfectivo. Entre o aspecto perfectivo, podemos ter o fator pontual e durativo. Toda pontualidade é perfectiva, mas nem todo perfectivo é pontual, pois há durações que também são perfectivas. Assim como Travaglia, acreditamos ser equivocado definir o aspecto perfectivo como sinônimo de pontual: “não é todo perfectivo que é pontual, como normalmente se diz, mas todo pontual é perfectivo” (TRAVAGLIA, 2006, p. 86). A prova disso é que existem advérbios de duração que se ligam a verbos pontuais, como mostra o exemplo:

(56) Maria conversou comigo por muito tempo (TRAVAGLIA, 2006, p. 86).

Segundo Castilho (2010) e Travaglia (2006), os verbos podem denotar o aspecto *perfectivo* ou *imperfectivo* em sua própria estrutura interna. Verbos télicos de valor perfectivo seriam os verbos que, como argumenta Travaglia (2006), indicam a ação como um todo, pondo fim, ao passo que os verbos atélicos sinalizam uma ação que não possuem ponto final. A este respeito, Neves (2000) diz que a telicidade ou não do verbo indica sua natureza dinâmica, pois ele mostra a natureza da ação como acabada, ou télica, e outros verbos que são não télicos, não acabada, são aqueles que não indicam o fim na narração. A ação persiste por um tempo que não é informado. Os exemplos (57) e (58) demonstram os dois tipos:

(57) A criança caiu ontem à tarde

(58) Os peregrinos caminham por vários lugares²⁷.

²⁶ Exemplo elaborado pelo autor desta pesquisa.

²⁷ Exemplo elaborado pelo autor desta pesquisa.

Em (57), “caiu” indica um ato que se finda, por isso é chamado de verbo télico, ao contrário de (58) que, com o verbo caminhar, não temos a ação como um todo. No exemplo (57), mesmo que a ação seja completada em seu todo, não significa que ela não tenha durado. Esta informação pode ser indicada pela presença de advérbios de tempo aspectuais pontuais ou durativos, que intensificam a perfectividade ou a imperfectividade do verbo, mesmo sendo ele télico (pontual), como indica Castilho (2010), ou atélico:

(59) Eu telefonei para minha mãe *à tarde inteira* (CASTILHO, 2010, p. 419).

Em (59), a locução adverbial de tempo *à tarde inteira* atenua o caráter pontual/perfectivo do verbo telefonei. Ele se torna de longa duração. Vale ressaltar, no entanto, que nem todos os verbos pontuais permitem esta construção:

(60) *Ele caiu a tarde inteira (CASTILHO, 2010, p. 419).

A este respeito Castilho argumenta que quando o verbo é télico, o advérbio apenas reforça sua perfectividade. E quando o verbo é atélico, o advérbio pode interferir em sua propriedade, agindo com valor pontual:

(61) A juventude absorveu rapidamente a moda do cabelo cumprido

(62) Ajeitou os cabelos de um golpe (CASTILHO, 2010, p. 419).

As gramáticas tradicionais, segundo Machado (1941), não aprofundam tal discussão sobre o aspecto verbal, fator este, muito importante para compreensão da função de passado anterior, pois o mais-que-perfeito é um tempo **duplamente *perfectivo***. O aspecto, no entanto, está implícito nos verbos pelas desinências modo-temporal, o que também é relacionado pelas definições perfeito e imperfeito, e estão associadas ao aspecto *perfectum* (pretérito perfeito) e *imperfectum* (pretérito imperfeito). Assim, o nome pretérito mais-que-perfeito está relacionado com o caráter duplamente passado; passado em relação ao momento de fala e passado em relação a outro fato (pretérito perfeito), também passado. Deste modo, fica claro que a característica mais marcante da função de passado anterior a outro passado é o fato de ser duplamente acabado.

Segundo Longo e Campos (2002), o mais-que-perfeito é o único tempo em que há coincidência semântica entre a perífrase (ter/haver + particípio) e os tempos simples

correspondentes. Isso significa que o único tempo verbal do pretérito que contém total *perfectividade* é o mais-que-perfeito.

Segundo Castilho (1968), o aspecto não dispõe de uma morfologia que o identifique no português, identificação esta que é feita por utilização de outros recursos ao longo do enunciado. Neste sentido, Castilho (1968) argumenta que o aspecto pode ser visto com uma propriedade da sentença, envolvendo processos de predicação. Ainda, conforme Travaglia (2006), o adjunto adverbial interfere no processo de interpretação aspectual dos verbos: “o aspecto perfectivo seleciona, para as frases em que aparece, adjuntos adverbiais de tempo que indicam momentos ou períodos de tempo determinado e/ou completos” (TRAVAGLIA, 2006, p. 78).

Adentrando mais na discussão vamos observar que a perfectividade também possui duração, todavia, ao contrário do aspecto imperfectivo, o perfectivo possui um todo único, conclusivo. A duração dos verbos perfectivos podem ser menos ou mais durativa:

(63) Os jornais afirmaram que o juiz TINHA ABSOLVIDO o réu²⁸.

Em (63), a afirmação refere-se à ação do juiz que, por ter sido em um ponto do passado, pode ser vista como um valor verbal que expressa o perfectivo. Inclusive a afirmação dos jornais só foi possível por que outra ação já tinha sido completada: a absolvição do réu. Se substituíssemos o pretérito mais-que-perfeito pelo pretérito perfeito, o valor aspectual mantinha-se do mesmo modo:

(64) Os jornais afirmaram que o juiz ABSOLVEU o réu.

Mas se mudássemos o verbo em questão para o pretérito imperfeito, o sentido seria outro, ocasionando necessidade de mais informação para completar o sentido do enunciado:

(65) Os jornais afirmaram que o juiz ABSOLVIA o réu, (quando o advogado protestou).

Tanto em (63) quanto em (64) temos as situações como um todo único, implicando pouca duração, com visão de um todo único de toda a situação. Já em (65) o mesmo não ocorre. Nela o ato de absolvição não se finda, além de ser possível acrescentar que enquanto ele ocorria, outro ato se deu: o protesto do advogado. Enquanto o primeiro ato não possui um

²⁸ Exemplo elaborado pelo autor desta pesquisa

todo único, o segundo o possui. O protesto do advogado pode ser captado em sua totalidade enquanto ocorria outra ação que perdurava. A primeira é *imperfectiva*, a segunda é *perfectiva*.

Por fim, devemos fazer um contraponto entre tempo e aspecto.

O aspecto, segundo Corôa (2005), possui uma propriedade não dêitica, ao contrário do tempo, que além de ser um domínio ao mesmo tempo da sentença, é também da enunciação. O primeiro está associado apenas à propriedade interna da sentença, ao passo que o segundo, relaciona-se também ao fator externo, a enunciação, ou o momento de fala. Preferimos, para esta discussão, como assiná-la Villela e Koch (2001), chamar ao aspecto de tempo interno da sentença, ao passo que o tempo propriamente dito de tempo externo: “[...] se o tempo localiza o evento em relação ao momento de enunciação, o aspecto reporta-se às noções de duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim” (VILLELA; KOCH, 2001, p. 175).

(66) LENDO o livro ele se diverte²⁹

(67) Já TINHA LIDO o livro quando ele se divertia (VILLELA; KOCH, 2001, p. 175).

Sendo o mais-que-perfeito uma ação duplamente passada, ele se torna classificável com valor aspectual perfectivo, pois encerra fatos acabados. Deste modo, o aspecto torna-se muito importante em sua conceituação. E sendo este um domínio interno à situação comunicativa, como foi dito acima, maior conhecimento linguístico necessitaria o falante ao fazer uso de uma categoria gramatical que necessita deste tipo de função.

É claro que o tempo também contém intervalo ou duração, como afirma Castilho (2002), que segundo o linguista, pressupõe o aspecto, mas este não pressupõe o tempo. Por isso o tempo inclui simultaneidade ou anterioridade ao momento da enunciação, ou referencia diferentes momentos anteriores ao momento da fala.

Neste sentido, é possível dizer que, por esta relação com o extralinguístico, o tempo dar-se pragmaticamente: “A alusão feita à constituição temporal interna de formas perfectivas ocorre normalmente pelo significado lexical do verbo em questão, por expressões adverbiais ou por facetas do próprio contexto” (COAN, 1997, p. 57). Assim, o tempo localiza eventos exteriores a nós. Para empregá-lo, precisamos estar inseridos em um contexto. Já o aspecto, por ser uma propriedade interna ao verbo, ela não está visível senão gramaticalmente.

Como atesta Machado (1941), o aspecto verbal é pouco discutido nas gramáticas normativas, como foi demonstrado acima. A relação entre *infectum* e *perfectum* latina, argumenta o gramático, ficou relegada a nomenclatura dos nomes dos tempos verbais, tais

²⁹ Exemplo elaborado pelo autor desta pesquisa.

como imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito e tal situação forçou os gramáticos a reconhecerem a função de “passado do passado” como exclusiva do mais-que-perfeito; no entanto, a língua popular demonstra que a noção de anterioridade descrita pela tradição gramatical não dá conta das várias possibilidades que a língua usa para expressar a não do “*plus quam perfectum*”. Tal situação leva o utente da língua a desconfiar do que a tradição preconiza e a forçar que estratégias linguísticas possam aparecer para ocupar o espaço deixado por uma forma cristalizada e obsoleta.

Na análise detalhada que fazemos das amostras de fala do PPVC, deixa mais claro que estratégias foram usadas e de como elas são utilizadas ricamente nos usos do português popular. Assim, cremos que nosso estudo da trajetória do mais-que-perfeito na história do português do Brasil assinala para a noção de anterioridade não restrita a uma forma simples (desusada) ou a uma forma composta, mas deve ser vista à luz das possibilidades semântico-discursivas que as noções de aspecto apresentam.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS DADOS

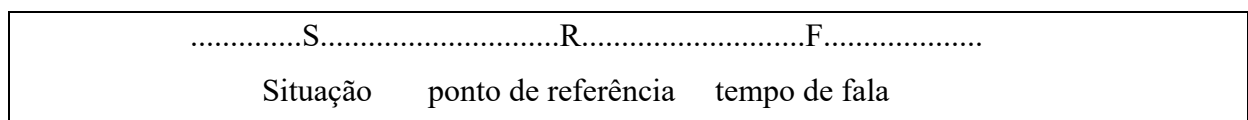
Nessa seção, definimos a metodologia utilizada, esclarecendo as etapas percorridas, ao mesmo tempo em que restringimos o objeto de estudo, com vista a filtrar nosso campo de atuação ao olhar o material a ser analisado, ao passo que caracterizamos os tipos de informantes do *corpus* utilizado. Esta é uma pesquisa qualitativa porque empreendemos nossa observação com o objetivo de validá-la por meio de nossa análise.

Como existe um uso alternado entre o mais-que-perfeito e outros pretéritos, como o imperfeito e perfeito, partimos da função para a forma. Esta escolha faz-se necessária também pelo fato de que queremos saber que outras formas, além do mais-que-perfeito, possuem o papel de executar a anterioridade. No entanto, algumas restrições são importantes quanto ao mais-que-perfeito, que é o tempo verbal em foco neste trabalho. Neste sentido, não focamos nossa análise no estudo do mais-que-perfeito simples, pois ele, a exemplo de outros trabalhos, não foi detectado em nenhum momento no *corpus*. Este tempo só aparece na discussão à luz de possíveis comparações com o tempo composto, ou quando analisamos as expressões com formas semelhantes ao tempo simples e que estão cristalizadas na língua, como *quem me dera, pudera, tomara*.

Em relação ao tempo composto, restringimos nossa observação quanto ao uso de HAVER + PARTICÍPIO, pois esta forma composta também não foi detectada no *corpus*. De igual modo, TIVERA + PARTICÍPIO não foi encontrado, o que faz com que também seja descartado deste estudo, aparecendo somente em nível de compreensão de um ângulo maior do fenômeno, quando consultados na gramática normativa.

A seleção dos exemplos foi pautada no critério de que fosse possível estabelecer a função de passado anterior, conforme a figura (04), ficando excluídos exemplos cujos verbos no passado não desempenhavam a função de passado anterior:

Figura 04: Linha Referencial do Mais-que-perfeito



Fonte: Comrie (1990).

Em outras palavras, interessa-nos aquilo que se localizam a esquerda do ponto de referência, anterior ao momento da fala, e anterior ao ponto de referência passado. Aquilo que está à direita foi excluído.

Nossa análise exclui também o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo (*tivesse cantado*), pois sua ocorrência é forte no português atual. E nos interessa neste estudo investigar as formas que substituem o mais-que-perfeito simples. Pautamos apenas no pretérito mais-que-perfeito do indicativo e em outras formas somente quando executam a função de passado anterior. A anterioridade pode ser feita com o pretérito perfeito e imperfeito do indicativo, sendo assim, estes tempos aparecem na discussão, mas somente enquanto moduladores de anterioridade, não nos valendo dos seus reais empregos:

(68) “[...] e minha mãe dizia que não podia comer aquelas manga. Porque os defuntos TAVA LÁ ENTERRADO e as doença que fazia dá as manga bonita”. (PPVC)

(69) “[...] eu quero ser aeromoça, desde de pequeninha, lá em casa tinha uma fita que o meu irmão GRAVOU, no tempo de fita daquelas pretinhas assim, gravaram ela falando que queria ser aeromoça”. (PPVC)

Os exemplos (68) e (69) mostram verbos no pretérito imperfeito e perfeito ocupando possíveis contextos do tempo verbal mais-que-perfeito. A esta pesquisa compete-nos investigá-los apenas enquanto modalizador de anterioridade. Até o mais-que-perfeito composto pode, em alguns casos, ocupar outra função, sem anterioridade. Exemplos assim também são excluídos na análise desta pesquisa:

(70) Agora, eu também... *eh...* dependesse de mim também, que o tempo que eu fiquei em São Paulo TINHA DADO pra mim ter estudado. (PPVC)

Em (70), o ato de permanecia em São Paulo, identificado pelo verbo FIQUEI, é simultâneo ao fato de não ter estudado. Então, o tempo verbal mais indicado é o pretérito imperfeito (*dava*). Neste caso, descartamos este tipo de tempo composto do mais-que-perfeito, pois ele não produz o sentido de passado anterior, pois só passa a ser passado anterior quando há “anterioridade a um tempo de referência passado, concebemos a existência de um ponto intermediário entre a situação e tempo de fala”. (COAN, 1997, p. 86).

O presente estudo não é variacionista, em sentido sociolinguístico, pois cremos que como o mais-que-perfeito simples é um tempo em desuso, e visto que, além do mais-que-perfeito composto, temos o pretérito perfeito e imperfeito com tal valor funcional, ou seja, de passado anterior, o que para tanto concorre a presença de advérbios sequenciais, não podemos ter duas palavras para um só sentido, o que validaria a variação, mas temos uma série de formas que codificam uma função. Assim, não levamos em conta nenhum fator social a não

ser o grau de escolaridade dos falantes, que em média tiveram pouca ou nenhuma escolarização. Esta pesquisa engaja-se, portanto, em princípios funcionalistas.

Em relação ao aspecto, é pertinente a esta pesquisa apenas o aspecto *perfectivo*, deixamos de fora o aspecto *imperfectivo*. O *perfectivo* toma a situação como um todo único, ao passo que o *imperfectivo*, sem indicação de término da ação ou estado descrito. Por ser duplamente concluído, o *mais-que-perfeito*, como o próprio nome já indica, é *perfectivo* por excelência. Por isso que na seção que melhor busca defini-lo partimos deste pressuposto, ou seja, de que ele tenha que ser *perfectivo*:

(71) “[...] A que eu gostei mais foi... foi de visitar uma irmã minha que tinha vinte e cinco ano que eu TINHA VISTO ela” (PPVC)

(72) “[...] Ela ARRUMAVA a mala, quando a campainha tocou” (PPVC)

Em relação a ordem sequencial do enunciado, seja ele contra sequencial ou não, mas que evidencie a função de anterioridade, não temos nenhuma restrição. A anterioridade pode também ser vista por meio do uso de pretérito perfeito, de forma sequenciada. Ainda que este tipo de realização tenha como referência o momento da fala, ao contrário do que ocorre com o *mais-que-perfeito*, que tem como referência outro passado, que no caso é o pretérito perfeito, não o descartamos, pois acreditamos que ele seja um meio opcional de competição com o *mais-que-perfeito*.

Mediante seleção dos falantes aptos para análise das ocorrências de passado anterior a outro fato também passado, a busca desta função nos dados dos falantes fez com que alguns ficassem de fora da análise, visto que não encontramos nenhum dado que indicasse a anterioridade. Assim, apesar de serem selecionados 24 informantes, alguns não foram utilizados, ou tiveram pouquíssimos casos utilizáveis.

Nesta pesquisa, informações como sexo, idade, classe social ficaram irrelevantes ao objetivo aqui empreendido. Como o *mais-que-perfeito* simples está em desuso em todas as classes sociais, não faria sentido elencar tais fatores. Os falantes selecionados possuem nível de escolaridade de zero a cinco anos, assim, descartamos a possibilidade de estabelecer valores relativos a níveis diferentes de escolaridade nas análises, pois consideramos insuficiente a quantidade de tempo na escola por parte dos falantes.

Para este estudo, foram selecionados 24 informantes do *corpus* Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo – UESB/ CNPq. Popular da Comunidade de Vitória da Conquista -Ba (*Corpus PPVC*)³⁰.

O *corpus* utilizado para este estudo foi construído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo/CNPq, formado por um grupo de pesquisadores, entre professores e alunos, da Universidade dos Sudoeste da Bahia. Os informantes (cujas “declarações de esclarecimento e livre consentimento foram devidamente assinadas”) moram na região urbana de Vitória da Conquista, na Bahia. Foram utilizados 24 informantes, entre jovens, adultos e idosos. Como já foi dito, não utilizamos variáveis linguísticas com o intuito de estabelecer quantificação de características linguísticas específicas. Com relação às variáveis sociais, os falantes, no *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista, – *Corpus PPVC* – são sem escolaridade ou com até cinco anos de escolarização; sendo assim, não há diferenciação de nível escolar que interfira no critério de análise.

Com relação às variáveis linguísticas, observando o nosso objeto de estudo e por meio da análise dos nossos dados, detectamos cinco modos de realização da função de passado anterior, que são:

- a) Anterioridade verbo-adverbial;
- b) Anterioridade sem ação explícita;
- c) Anterioridade por meio do emprego de “aí”;
- d) Anterioridade por meio de trocas de tempos verbais;
- e) Anterioridade por meio do tempo composto.

Desses cinco modos de realização da anterioridade, somente o último tipo (e), ou seja, o mais-que-perfeito composto, está previsto pela gramática normativa. Os outros, por não serem formas canônicas, isto é, previstas no esquema “herdado” da tradição greco-latina, são reconhecidas apenas pela leitura de todo o contexto do enunciado³¹. A este respeito, Melo (1987), como já afirmamos, diz que para além do tempo gramatical, o falante introduz modulações psicológicas, afetivas “[...] que geram subdivisões variáveis de língua para língua, mas sempre atuantes” (MELO, 1987. p. 81).

Nesse sentido, a função de **passado anterior** por nós discutida é a mesma que atribuível às formas simples e compostas do mais-que-perfeito. Portanto, para que haja tal

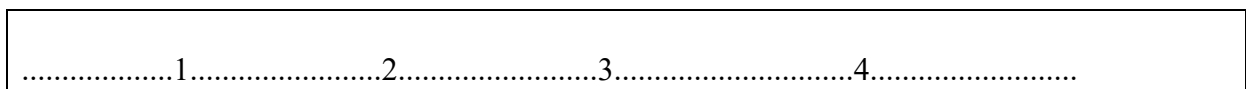
³⁰ O Corpus do PPVC, Português Popular de Vitória da Conquista, de Responsabilidade da pesquisadora Valéria Viana Sousa, possui o seguinte número de registro CAAE, Certificado de Apresentação para Apresentação, **34221214 9 0000 00 55** no comitê de ética. Este projeto integra o Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo/CNPq da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

³¹ As categorias das formas não canônicas foram elaboradas pelo autor desta pesquisa.

função de passado anterior, é preciso que uma ação seja anterior a outro fato também passado. Faz-se importante esclarecer isto pelo fato de que muitas realizações desta função descritas não são feitas pela forma que é reconhecida pela gramática. Como explicaremos, isso é possível porque, tal função é uma propriedade de toda a sentença, e não de uma única forma verbal, como parece demonstrar a gramática normativa. De posse dessa hipótese, acreditamos ser plausível afirmar que, junto ao mais-que-perfeito, há outras formas que competem com ele na realização da função de **passado anterior**, tornando a forma verbal, em alguns contextos, dispensável. Sendo assim, a ausência da forma simples do mais-que-perfeito só se deu formalmente³².

Como nosso objetivo é identificar funções duplamente passadas, nem sempre as que identificarmos neste estudo poderão ser encaixadas nesta relação que tem como ponto de referência outro tempo, assim, preferimos, utilizar nestes casos a *linha do tempo*³³. Nela, da esquerda para direita, temos números que marcam os fatos em sua ordem cronológica. Ou seja, no número (1) temos o primeiro fato, e no último número, que pode variar a depender do número de fatos ocorridos, temos o último na linha cronológica.

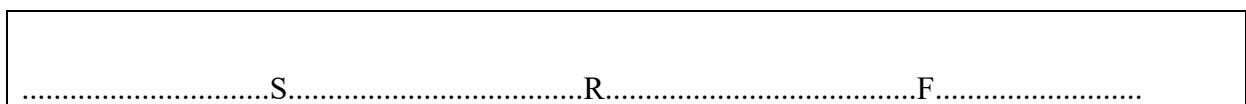
Figura 11: Arquitetura da Linha do Tempo (ou Linha Temporal)



Fonte: Próprio autor.

E como numa interpretação funcional partimos da função para a forma, o que vale, então, é a função do mais-que-perfeito que continua a ser executada pelos informantes nas diversas sentenças da língua em uso e não apenas a forma canônica reconhecida pela tradição gramatical para isso. Na Figura (05), temos a linha referencial do mais-que-perfeito, estabelecida por Comrie (1990):

Figura 05: Linha Referencial



Fonte: Comrie (1990).

³² A tradição gramatical procura impor uma necessidade biunívoca entre forma e função. Assim, a uma forma corresponderia em tese uma função específica e o desvio de tal relação seria visto como fora do padrão ou licença poética.

³³ Elaborado pelo autor desta pesquisa, tomamos da História o nome **Linha do Tempo**. Naquela ciência, tal “etiqueta” refere-se à demarcação temporal de fatos ocorridos antes e depois, numa tradição ocidental, do nascimento de Cristo.

Na figura (05), (S) significa a situação a qual (R) apresenta-se como ponto referencial, e (F) é o tempo da fala. Neste sentido, Coan (1997) diz que há ponto de referência quando a situação (S) em destaque possui recorrência em (R), com a qual possui vínculo interpretativo. Esta é a relação referencial do mais-que-perfeito:

Ela já TINHA CANTADO quando eu CHEGUEI.³⁴

Figura 06: Linha Referencial

.....S.....	R.....	F.....
.....		
tinha cantado	cheguei	(tempo da fala)

Fonte: Comrie (1990).

Destarte, partindo do esquema imagético elaborado por Comrie (1990), demonstraremos como a função de anterioridade se realiza, considerando os cinco modos de realização por nós assumidos.

5.1 ANTERIORIDADE VERBO-ADVERBIAL

Neste tipo de anterioridade, a marcação da função do **passado anterior** dá-se por meio não do verbo como preconiza a tradição gramatical, mas justamente por meio de expressões adverbiais de tempo. O verbo, nas sentenças analisadas, é o responsável apenas pelas ações e pelo tempo narrativo no passado. Como veremos, em alguns casos não há a ação referencial de fato em relação ao outro, como ocorre no mais-que-perfeito. O falante apenas enumera ações dentro de certo período de tempo, que é cronometrado por meio de advérbios como ANTES, DEPOIS, PRIMEIRO, EM SEGUIDA. São esses os responsáveis pela marcação de **passado anterior**. Cabe, portanto, ao advérbio marcar o tempo cronológico não o verbo³⁵. Esse sinaliza as ações e as transporta para o passado, fator sem o qual também não há passado anterior. Por esta relação entre o verbo e o advérbio, numa espécie de divisões de funções, chamamos esse tipo de função de **passado anterior** de Anterioridade verbo-adverbial.

Do *corpus* vamos analisar cinco situações em que a anterioridade se realiza por meio do modo verbo-adverbial substituindo a forma canônica do mais-que-perfeito quando há referencialidade entre o passado posterior e anterior. Por questões metodológicas e

³⁴ Exemplo elaborado pelo autor desta pesquisa.

³⁵ No caso in tela, podemos ver uma **anterioridade verbo-adverbial** pelo fato de que é o advérbio que marca o tempo cronológico e não o verbo.

considerando que as amostras de fala foram retiradas de seus contextos, urge que façamos uma breve “recontextualização” para que nosso esquema fique mais claro.

Na primeira situação/exemplo (01), o falante explica sua rotina diária, sequenciando a narrativa:

- (01) “[...] **SEIS HORA** da manhã a gente ACORDAVA... IA pro serviço... TOMAVA café e IA pro serviço. **DOZE HORA**, VINHA e ARMOÇAVA, DESCANSAVA uma hora. VORTAVA duas hora pra... pro serviço, e CHEGAVA seis hora da tarde”.

A sequência de formas do pretérito imperfeito é desencadeada pela locução adverbial “seis horas”, havendo posteriormente o reforço de “doze horas”, “duas horas” e, por fim, “seis horas”, uma divisão temporal reconhecida pela classe trabalhadora. Ora, num esquema lógico temporal, podemos ver duas situações: um passado anterior e um passado posterior, demarcados por meio de estruturas adverbiais.

Figura 12: Linha Temporal

.....passado anterior.....				passado posterior.....			
Seis horas.....1.....	2.....	3.....	4.....	5.....	6.....	7.....	8.....
Acordava	ia	tomava	vinha	almoçava	descansava	voltava	chegava
Doze horas							

Fonte: Próprio autor.

Na situação/exemplo (01), temos uma série de verbos encadeados que narram uma sequência cronológica de fatos. Obviamente, de um verbo a outro, temos um fato anterior a outro, como indicia a Figura 12. Ao enumerar a série de atividades que ele desenvolve durante o dia, os advérbios “**Seis horas da manhã**” e “**Doze hora**” dividem as ações em dois tempos de **antes** e **depois**. No entanto, tais advérbios não parecem indicar uma relação de ponto de referência, pois as ações verbais distanciam-se muito deles e, pelo fato do falante não destacar nenhuma das ações passadas em relação à outra também passada, não há ponto de referência, a não ser o momento da fala; ao contrário do que ocorre neste exemplo com contexto do mais-que-perfeito, que quase sempre possui um ponto de referência do passado posterior ao passado anterior:

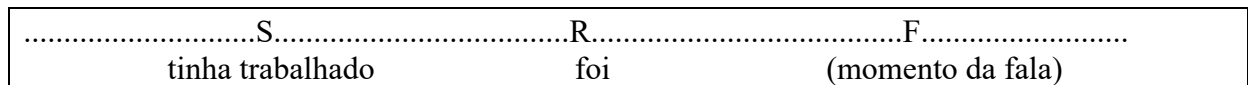
“[...] na época que ele MORREU ele já TINHA ACEITADO Jesus”³⁶

³⁶ Fragmento retirado do corpus do PPVC, referente o tipo de anterioridade por meio do tempo composto. Tal modo de realização da anterioridade será discutido na subseção cinco desta análise.

Quando a gente FOI embora daqui, eu (já) TINHA TRABALHADO [TRABALHARA] na casa de Dona Marlene quando tinha 16 anos³⁷.

Preliminarmente, afirmamos que nem todo exemplo de função de **passado anterior** pode ser convertido em uma estrutura de mais-que-perfeito. Para que isto ocorra, parece ser necessário que haja uma relação referencial entre o fato duplamente passado e o que vem logo após:

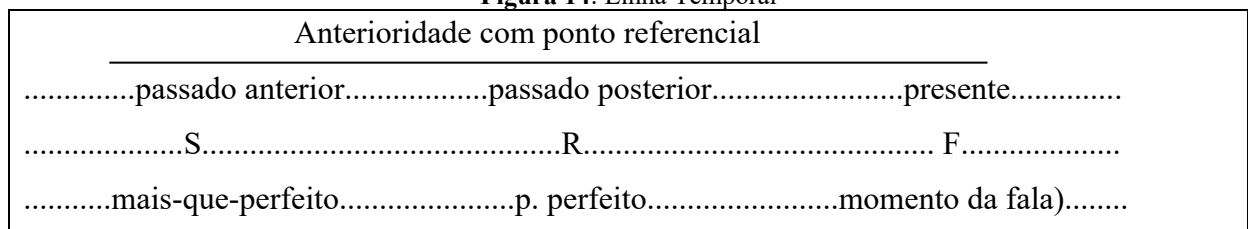
Figura 8: Linha Referencial



Fonte: Comrie (1990).

O mais-que-perfeito representa a situação (S), e tem outro tempo passado, geralmente o pretérito perfeito, como tempo referencial (R) que, por sua vez, tem como ponto de referência o momento da fala:

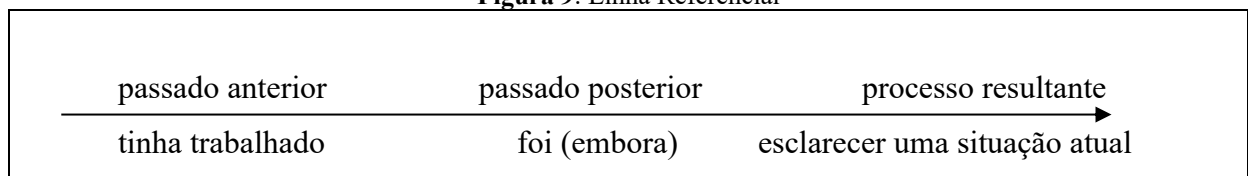
Figura 14: Linha Temporal



Fonte: Próprio autor.

A função de anterioridade com ponto referencial entre o passado posterior e anterior resulta quase sempre, como veremos, em um processo resultante:

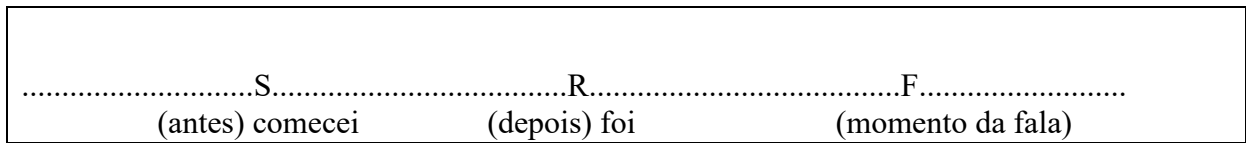
Figura 9: Linha Referencial



Fonte: Próprio autor.

Na situação/exemplo (2), os verbos “comecei” e “foi” são pretéritos perfeitos, por isso, devem ter como ponto de referência o momento da fala, mas isso não anula o fato de que houve uma ação duplamente passada.

³⁷ Fragmento reescrito a partir da situação/exemplo (2), evidenciando assim, uma anterioridade com ponto referencial.

Figura 10: Linha Referencial

Fonte: Comrie (1990).

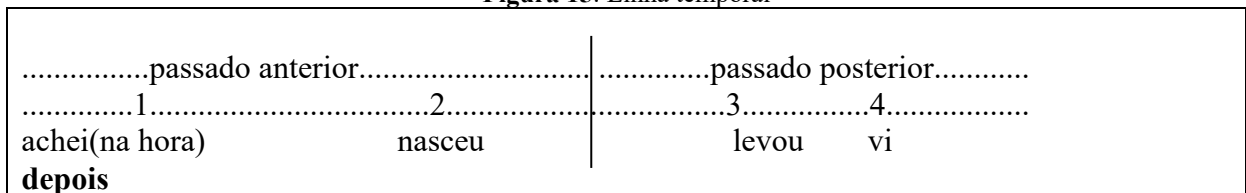
Como podemos ver até essa fase de nossa análise, a mera restrição de marcação de anterioridade a um passado não pode ficar circunscrita ao que a tradição gramatical denominou de mais-que-perfeito, já que a língua em uso expressa por meio de outras estratégias ou modos a anterioridade das ações vivenciadas pelo utente.

Passemos à situação-exemplo (03). O utente explica a impressão que teve sobre qual o sexo de seu filho recém-nascido.

(03) “[...] Eu até ACHEI que era um menino **NA HORA** que NASCEU, **DEPOIS** que LEVOU pra mim que eu VI que era uma menina, mas nasceu muito bonita”.

Em “**na hora**” e “**depois**”, são os advérbios que dividem o enunciado em dois fatos narrativos passados. É possível que tendo apenas o último “**depois**”, o primeiro torne-se dispensável, ou seja, mesmo não tendo o primeiro, fica óbvio que “**depois**” já traz a informação, ainda que por inferência, de que o que veio antes é anterior.³⁸ Novamente, temos um exemplo que estabelece uma relação referencial entre o primeiro e o segundo fato, similarmente ao mais-que-perfeito, pois em “VI que era uma menina” há a contrapartida da ação anterior “ACHEI que era um menino”:

Eu TINHA ACHADO/PENSADO que era menino, depois que levou pra mim, eu VI que era menina³⁹

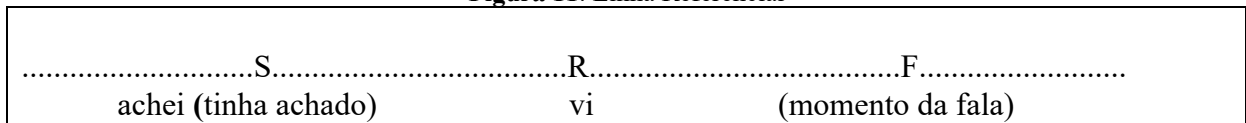
Figura 15: Linha temporal

Fonte: Próprio autor.

Aplicando-se à situação/exemplo (03) à Linha Referencial, temos:

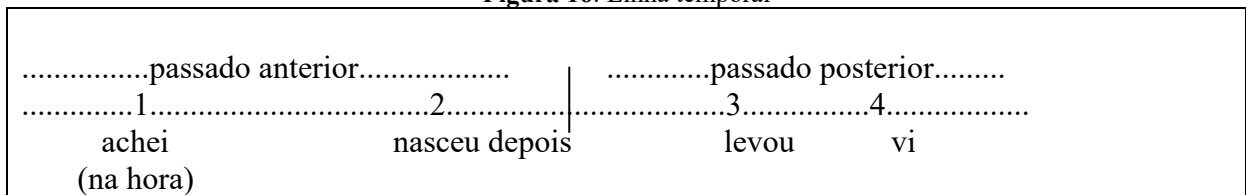
³⁸ Na subseção quatro desta análise, a anterioridade por meio de permuta de verbos, veremos exemplos de anterioridade com apenas um único advérbio, ou a completa ausência deles.

³⁹ Fragmento reescrito a partir da situação (3), evidenciando assim, uma anterioridade com ponto referencial.

Figura 11: Linha Referencial

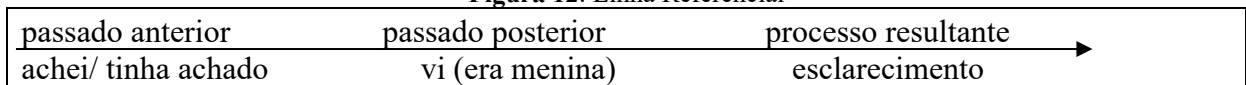
Fonte: Comrie (1990).

E se levarmos em conta todas as etapas, sem o valor referencial entre os verbos, temos, a seguinte reconfiguração:

Figura 16: Linha temporal

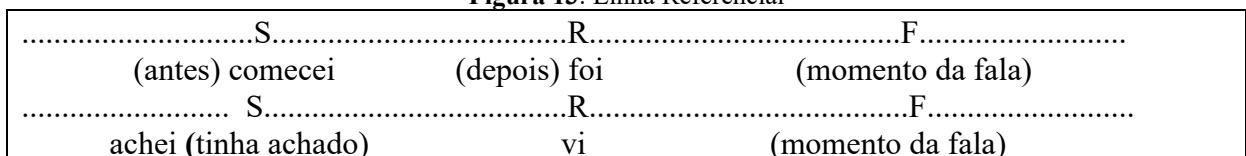
Fonte: Próprio autor.

E se ainda buscarmos o ponto referencial entre o passado posterior ao anterior, há também processo resultante:

Figura 12: Linha Referencial

Fonte: Próprio autor.

Para entendermos os esquemas ilustrativos é preciso que falemos em duração das ações e em ações passadas. Reiterando o pensamento de Ernout e Thomas (1953), no latim, a duração dos processos verbais era chamada de *infectum* ou *perfectum*, literalmente, não acabado e acabado. Atualmente, a terminologia *infectum*, ação inconclusa, foi substituída por aspecto imperfectivo, e o *perfectum*, ação conclusa, de aspecto perfectivo. Como o nome já indica, o pretérito perfeito é perfectivo, ao passo que o pretérito imperfeito é imperfectivo. Assim, a tradição gramatical reinterpretou noções da gramática latina confundindo as noções de duração com tempo, dando pouca relevância ao estudo do aspecto. Retomemos as Linhas Referenciais das situações (2) e (3):

Figura 13: Linha Referencial

Fonte: Comrie (1990).

comum haver a troca do mais-que-perfeito pelo pretérito perfeito em contextos de passado anterior.

Segundo os autores, no latim vulgar, portanto na língua corrente alheia à estilização literária, houve perdas de oposição do mais-que-perfeito, criação de novos tempos, o que afetou a leitura aspectual de formas de passado a partir de extensões de novas funções para antigas formas. Ademais, Carvalho e Nascimento (1971) e Coutinho (1976) observam que a perda de oposições fonéticas, de conjugações, a categoria aspectual dos verbos foi desaparecendo das discussões gramaticais. A este respeito, Machado (1941) afirma que as línguas latinas conservaram mais a noção temporal do que a aspectual, ou melhor, essa foi a interpretação que os gramáticos fizeram ao tentarem aplicar noções do latim clássico às línguas neolatinas. Não podemos nos esquecer de que as próprias gramáticas normativas modernas esquecem quase por completo o caráter aspectual. Acreditamos que nisto explica-se na tentativa dos gramáticos de aplicar às línguas vivas os valores das línguas cristalizadas pela literatura

As pressões do uso motivaram modos diferentes de conceber a gramática. Todavia, neste processo de releitura, a função de passado anterior, reconhecida unicamente na forma simples do mais-que-perfeito, que passa com o tempo ser gradativamente menos utilizada, o falante teve que recorrer a outros recursos, que talvez já fossem simultâneos ao uso da forma simples. Inferimos que o tipo de anterioridade ora apresentado pode ser considerado um destes recursos que resumindo em poucas palavras temos: o pretérito perfeito marcando a ação e o tempo passado, e o advérbio coordenando a duração dos dois passados (anterior e posterior), pois não tendo o verbo o aspecto conclusivo de ser duplamente passado, coube ao advérbio executar este papel.

Recorrendo novamente a Perini (2004), o papel do verbo não cabe a ele somente, mas a outros elementos do entorno. E como o próprio nome indica, o advérbio acompanha-o modificando, seja intensificando ou neutralizando um valor a ele associado. Ele, desde sempre, foi responsável pela leitura temporal das sentenças. Sendo assim, a língua não cria formas novas para antigas funções, mas aproveita o que já existe.

Segundo Vilela e Koch (2001), o aspecto é interno à sentença e o tempo é externo. O segundo é responsável apenas por situar o evento em um dos três pontos: passado, presente ou futuro, e o primeiro, o aspecto, evidencia a duração de cada um. O tempo evidencia o momento do evento nas subdivisões do tempo, e “[...] o aspecto reporta-se às noções de duração, instantaneidade, começo e desenvolvimento e fim” (VILELA; KOCH, 2001, p. 175). Podemos verificar esta informação no tipo de anterioridade ora apresentado: enquanto o verbo

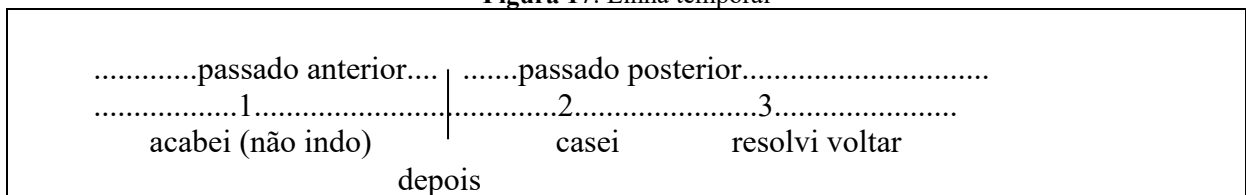
está para o tempo (momento do evento na tripartição do tempo), o advérbio está para a duração dos fatos em dois momentos passados

Seguindo nossa linha de raciocínio, passemos a analisar a quarta situação (situação-exemplo). O falante do português popular explica o motivo de ter desistido de ir para a escola.

- (04) “Como eu não TINHA nenhuma motivação de nenhum lado eu ACABEI não indo pra escola. **DEPOIS** que eu me casei, eu já tinha uma filha né? Eu resolvi voltar a estudar”.

Na situação-exemplo (4), podemos dizer que em “[...] não TINHA nenhuma... eu ACABEI” é o passado anterior, e “[...] me casei... resolvi voltar” é o passado posterior. Essa relação é explicitada pelo advérbio “**depois**”. Não há relação referencial entre o primeiro passado e o segundo passado, pois entre “eu ACABEI não indo”, “eu me CASEI” e “RESOLVI VOLTAR” não há entre estes fatos uma circunstância que em decorrência de outro fato já ter ocorrido gerasse um processo resultante, como vimos. Temos então uma função de anterioridade **sem ponto referencial**, a figura ilustra a anterioridade:

Figura 17: Linha temporal

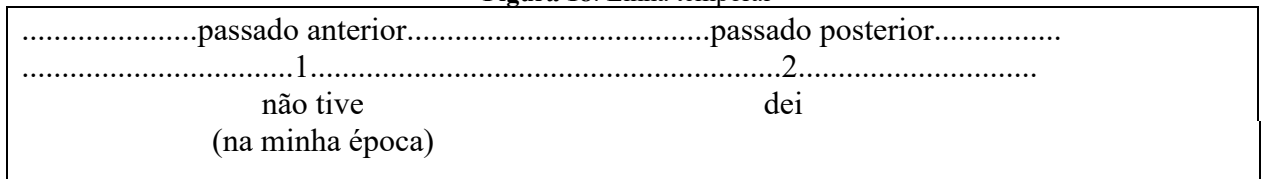


Fonte: Próprio autor.

Por outro lado, a realização da anterioridade pode fazer-se também por meio de referencialidade, como podemos ver na situação-exemplo (05). Para entendermos a situação, temos que informar que a informante diz que deu mais condições à filha do que sua mãe deu a ela:

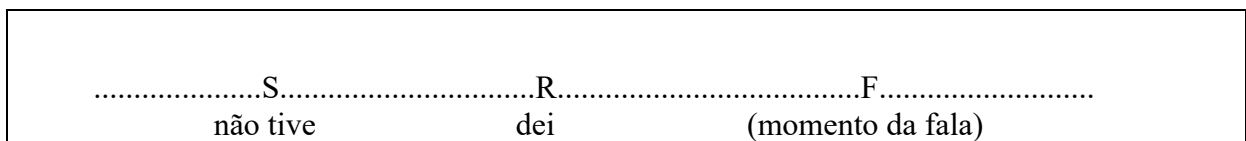
- (05) “[...] Por exemplo né, o comer, o vestir né? Coisas que eu DEI pra ela que **na minha época** a minha mãe não TINHA condição de me dar, eu não tive. Até mesmo o alimento né?”.

Na situação/exemplo (5), “eu não TIVE” é anterior a “DEI pra ela”, “**na minha época**” representa a expressão adverbial que mostra a anterioridade. Temos uma relação **referencial** do passado posterior ao anterior, pois o último ato relaciona-se ao primeiro criando um processo resultante: “a minha filha teve algo que eu não tive”. Esse é o tipo de anterioridade própria do mais-que-perfeito:

Figura 18: Linha temporal

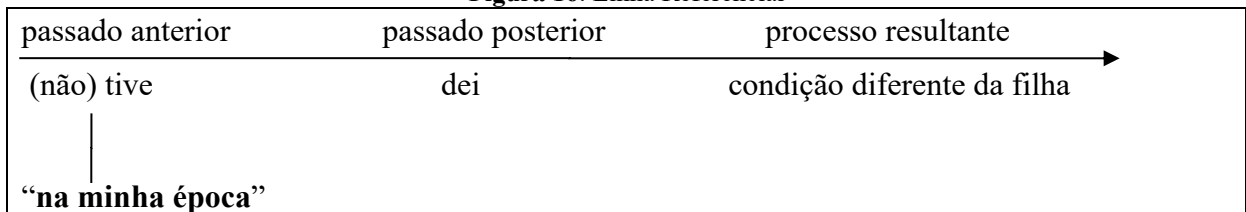
Fonte: Próprio autor.

Aplicando-se à situação (situação-exemplo) a Linha Referencial, segundo Comrie (1990), temos:

Figura 15: Linha Referencial

Fonte: Comrie (1990).

Além disso, podemos compreender assim as ações expressas:

Figura 16: Linha Referencial

Fonte: Próprio autor.

No entanto, se tentássemos reescrever a situação exemplo (05) a fim de demonstrar a relação referencial entre “eu dei pra ela” e “eu não tive”, a parte “a minha mãe não TINHA condição de me dar”, passa a exigir uma conjunção explicativa:

Coisas que eu dei para ela, NA MINHA ÉPOCA eu na TINHA TIDO, pois minha mãe não tinha condição de me dar⁴²

Como vimos, neste tipo de anterioridade, verbo e advérbio são importantes para a leitura de todo o processo de passado anterior:

- O primeiro – o verbo – é responsável pelas ações, situando-as no passado;
- O segundo – o advérbio – divide as ações na linha do tempo.

⁴² Situação/exemplo (05) reescrita a fim de demonstrar a relação referencial

Vilela e Koch (2001) argumentam ainda que a noção de tempo apenas é insuficiente para dar conta da complexidade da função verbal devemos recorrer à noção de aspecto. Isto fica patente quando a análise em questão envolve a função de passado anterior, pois como é preciso haver dois fatos duplamente passados, é evidente que o aspecto conclusivo é indispensável. Este é, diríamos a grande lacuna da gramática normativa, conforme este estudo, pois ela procurou apenas em formas verbais a identificação do aspecto, quando este, como vimos, sofreu um processo de atenuamento aspectual já no latim vulgar. A gramática normativa refletiu apenas uma única forma de realização do passado anterior, mas ainda assim de forma vaga, pois o mais-que-perfeito codifica apenas anterioridade com ponto de referência no passado posterior e, conforme discutimos, há casos de anterioridade sem ponto de referência no passado posterior.

Ao que parece, a função duplamente passada perpassa toda sentença. Não é algo de uma única forma verbal, ainda que ela tenha este atributo forma/função. O olhar então passa a ser outro o de várias formas com uma só função, em consonância ao que dissemos anteriormente.

Com a afirmação de que as situações codificadas com mais-que-perfeito pelas gramáticas normativas tendem a ser do tipo contra sequencial, ou seja, a informação última foi o primeiro fato a ocorrer, ao passo que a primeira situação, a última. É válido ressaltar que todos os exemplos discutidos no presente tipo de anterioridade são sequenciais: a ordem narrativa é conforme a ordem dos fatos.

Como já demonstramos, a teoria funcionalista é útil para entendermos o processo “evolutivo” da função de anterioridade exercida pelo mais-que-perfeito e das formas concorrentes, pois, com o esvaziamento das formas canônicas, houve continuação da função na língua por meio de outros recursos, a exemplo do que já mostramos, em que a relação advérbio/verbo marca o aspecto e o tempo necessário a informação duplamente conclusiva da função de anterioridade.

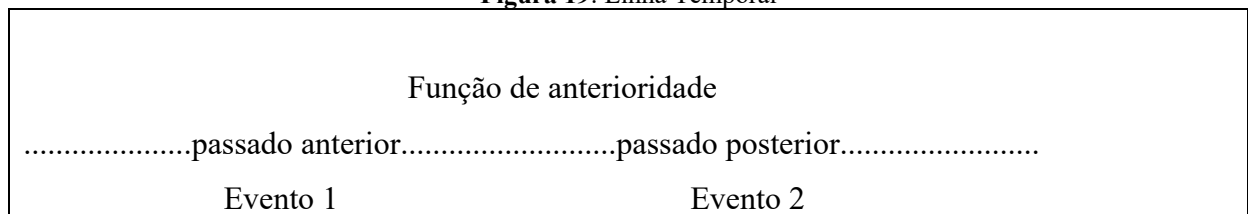
Por tudo que possibilita os ajustes na língua, Martellota e Areas (2003) argumentam que, por ser a língua um instrumento de comunicação utilizado para determinado fim, ela é maleável. Nesse sentido, ela sofre adaptação nas situações reais de comunicação. Deste modo, podemos dizer que tanto os ajustes que os tempos verbais sofreram no latim vulgar, quanto o que ocorre hoje na língua portuguesa com a função do mais-que-perfeito são efeitos das situações reais de uso. Ainda que, em algum momento, possamos imaginar hipóteses sobre a forma simples do mais-que-perfeito, isso só ocorrem em comparação com que ocorreu com outras formas sintéticas do passado. Assim, não podemos julgar o tempo verbal do mais-que-

perfeito simples enquanto funcionalidade com o mesmo grau de certeza que temos com as formas que o substituíram.

No Funcionalismo, o princípio da iconicidade é, para nós, importante para entendermos a natureza funcional de nosso objeto de estudo, que basicamente são o mais-que-perfeito composto e as formas que o substituem na função de anterioridade. Da iconicidade, os subprincípios da quantidade e da ordenação linear são úteis para discutimos o presente tipo de anterioridade: verbal/adverbial.

Nesse ínterim, o **subprincípio da quantidade** associa quantidade de informação que o falante deseja transmitir à quantidade de material linguístico necessário a ser utilizado. Em relação à função de anterioridade, cremos que a quantidade de informação supera a discriminação apenas do verbo. Ao realizar a função de passado anterior, automaticamente entra em cena não somente a informação verbal, mas também a relação anterior que deve ser estabelecida entre duas orações no mínimo. Assim, a anterioridade não é só uma questão morfológica, mas sintática. Há então mais quantidade de informação do que o verbo parece suportar:

Figura 19: Linha Temporal



Fonte: Próprio autor.

No caso de uma anterioridade estabelecida por meio de pretérito perfeito, o advérbio é muito necessário, pois ele que irá marcar esta função, visto que as desinências verbais de aspecto necessárias para dizer que uma ação anterior a outra estão anuladas. A anterioridade, além disto, envolve toda a sentença, pois são precisos dois passados.

Por meio do **subprincípio da ordenação linear**, como vimos, ocorre a integração dos constituintes, semântica e cognitivamente, ao plano da codificação pela proximidade. Relaciona-se à ordenação dos constituintes oracionais no discurso. A função de anterioridade exercida pelas formas que o representam dá-se ou na ordem sequencial em que ocorrem os eventos; ou contra sequencial, ou seja, fora da ordem. A ordem de um e de outro dependerá do contexto discursivo, e a escolha de um ou outro seleciona formas diferentes.

Em relação à ordenação dos constituintes, vemos que, no presente tipo de anterioridade, o advérbio com marcação funcional de passado anterior, tipo **“antes”**, **“depois”**, **“no momento em que”** ocorrem sempre na primeira oração, logo no início, ao passo que a oração seguinte, que marca o passado posterior, começa com advérbio **“depois”**, **“em seguida”**. Com o advérbio, temos uma função de anterioridade sequencial, na ordem dos fatos. O plano da codificação da proximidade demonstra que o falante procura informar a ordem em que os fatos ocorreram. Isto demonstra uma motivação natural, não arbitrária, do uso das formas, a fim de descrever sua relação com o mundo, evidenciando assim uma iconicidade na relação língua, sentido e mundo. E ainda dentro deste princípio, há a proximidade de advérbios de tempos aos verbos, intensificando ou re-significando a leitura temporal.

Dos princípios da gramaticalização defendidos por Hopper (1991 *apud* NEVES, 1997), a estratificação parece útil neste momento. A estratificação existe quando na língua há a coexistência de várias formas para uma função. Formas antigas não podem ser necessariamente descartadas, podendo interagir com as novas até que sejam suplantadas: quando o sentido das formas, de alguma maneira se esgota, os falantes atuam na língua buscando maior expressividade. Assim, na presente anterioridade (pois veremos outras), para exercer esta função temos: o pretérito (perfeito e imperfeito) e diferentes formas de advérbios. Assim, ao lado da forma canônica da função de passado anterior, os falantes têm outras.

Concluimos então que a função de **anterioridade verbal/adverbial possui as seguintes características:**

- a) Pode haver ou não ponto de referência do passado posterior ao passado anterior;
- b) É possível a permuta com o mais-que-perfeito sempre que há ponto de referência;
- c) Há tendência de o advérbio marcar o aspecto e o verbo marcar o tempo;
- d) Há tendência a narrar fatos sequencialmente;
- e) Exige grau de certeza ao relembrar fatos passados.

5.2 ANTERIORIDADE SEM AÇÃO EXPLÍCITA

Este tipo de anterioridade é, sem dúvida, a mais complexa de todas, por sua natureza mais implícita do que explícita. Veremos, no entanto, que há um contexto por meio do qual é possível verificá-la.

A forma composta do mais-que-perfeito do indicativo⁴³ é formada de ter (TINHA OU HAVIA) + PARTICÍPIO. É comum haver próximo ao mais-que-perfeito um advérbio que intensifica a ação anterior à outra. O advérbio “já” é, por excelência, como demonstra Coan (1997), um tipo muito frequente nessa relação de proximidade ao verbo. A sentença é feita assim: “quando isto ocorreu, já tinha ocorrido aquilo”. Dito isto, fica claro que o “já” serve como sinalizador de anterioridade. Assim, é curioso notar que:

- a) A forma verbal em si nem sempre parece indicar suficiência funcional;
- b) É preciso algo que intensifique o passado anterior;
- c) O advérbio “já” serve para isto.

Algumas construções, no entanto, como veremos, não trazem a forma do particípio junto a “**já tinha...**”.

Obviamente, não temos na expressão “já tinha...” o tempo composto do mais-que-perfeito. E também o verbo TER possui carga semântica plena quando está sozinho. Vale ressaltar que este verbo, além de ser auxiliar do particípio, pode ter sentido de posse, ou de impessoalidade, com sentido de existir, assim como haver, ou seja, estar em seu sentido pleno. É possível então que a expressão “**já tinha**”, mesmo sem particípio, esteja exercendo função de anterioridade, semelhante ao mais-que-perfeito? Estamos convictos que a resposta seja afirmativa a depender do contexto, já que a função de passado anterior pode ou não estabelecer relação entre dois eventos. Quando não há relação entre eventos, como foi demonstrado, o falante apenas enumera ações sem ponto referencial de uma para outra, marcando o antes e depois das ações apenas com o advérbio de tempo. Esta não é a função estabelecida pelo mais-que-perfeito, pois quando há ponto referencial posterior, não sendo passado remoto, ele estabelece relação de uma ação à outra. Mas é preciso dizer que para termos a função de **passado anterior** basta apenas que haja dois eventos ocorridos no passado, em momentos diferentes. Assim, por relações referenciais ou não, ambas são ações duplamente passadas.

Chamamos de **anterioridade sem ação explícita** justamente porque há uma clara indicação de que houve uma ação antes de outra pelo uso de “já tinha...”. Em outras palavras,

⁴³Para nossa tradição gramatical, existe uma forma do mais-que-perfeito no subjuntivo, uma forma composta do pretérito imperfeito do subjuntivo e o particípio passado: tivesse comprado. (RYAN, 1988, p.18-19). No entanto, tal construção foge ao escopo de nosso trabalho.

quando algo ocorreu, outra ação já tinha sido feita. Neste caso, a ação não é explícita, mas há apenas o resultado dela.

Tomemos como exemplo a seguinte construção possível em nosso vernáculo: “Quando a herança do pai saiu, o filho JÁ TINHA um grande patrimônio”. Obviamente que o filho, independente do patrimônio o pai, adquiriu o patrimônio de alguma forma. Houve uma ação para isto, o que nos conduz ao verbo. Mas o que nos conduz a dizer que há uma relação de passado anterior neste enunciado, não é só esta ação implícita do filho, mas o fato de ela ter sido feita antes da morte do pai. Então, a expressão “já tinha” caracteriza-se como um passado mais passado do que o passado expresso pelo verbo “saiu”. Assim, a ausência do advérbio “já” e do fato passado posterior não evidenciam uma anterioridade. Vejamos outra construção possível: “Eu (já) tinha uma casa no Rio de Janeiro, (quando você se mudou para lá)”. Observemos que a realização apenas de “Eu tinha uma casa no Rio de Janeiro”, caso tirássemos tudo que está em parênteses, o ponto referencial seria o presente, e não outro fato passado “quando você se mudou”. Assim, em “Eu tinha uma casa no Rio de Janeiro” não haveria uma relação de passado anterior.

Ex positis, vamos à descrição e análise das ocorrências que extraímos do Português Popular.

Na situação-exemplo (06), o informante explica que uma festa de comemoração de bodas de outro foi adiada porque o cônjuge falecera.

(06) “[...] com 50 anos de casado, faltando 29 dias pra completar os 50 de casado, a mulher MORRE. JÁ TINHA galinha, JÁ TINHA pirua, JÁ TINHA leitoa, JÁ TINHA... o garrote, JÁ TINHA... um bocado de coisa”.

Na situação-exemplo (06), vemos que a informante afirma que houve muitos preparativos para a comemoração dos 50 anos de casados de um casal. Todavia, antes da grande festa ocorreu um fato que parece ter cancelado o grande dia: o falecimento de um dos cônjuges, no caso, a esposa. Assim, temos:

1º Os preparativos para a festa.

2º O falecimento da esposa antes da festa (após os preparativos concluídos).

Percebemos que houve preparativos somente na expressão: “JÁ TINHA galinha, JÁ TINHA pirua, JÁ TINHA leitoa, JÁ TINHA... o garrote, JÁ TINHA”. Podemos dizer então que houve uma ação para tal, mas ao invés da ação, temos apenas o resultado, que é a

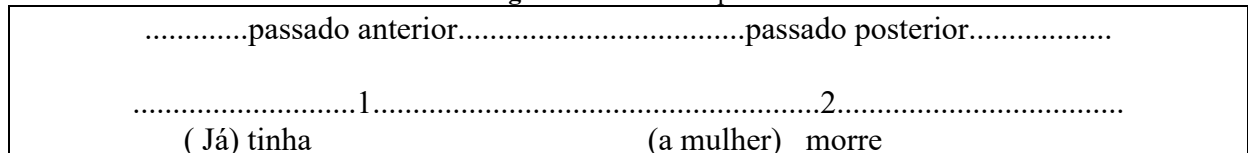
condição de ter os materiais para a festa. A ação assim como o falecimento são fatos passados, sendo o primeiro o fato inicial, e o segundo, o último fato. Podemos dizer então que temos uma função de anterioridade sem ação explícita. A fim de enfatizar o que estamos explicando, trouxemos a situação-exemplo (07), que contém anterioridade por meio de tempo composto, nos quais aparece o advérbio “já”:

(07) “[...] Aí, eu PASSEI mal. FUI PARAR no hospital. Eu PERDI a neném. Era uma menina. Essa tarra planejada, que eu **JÁ TINHA COMPRADO** tudo. **JÁ TINHA ATÉ MANDADO** fazer o quarto dela”.⁴⁴

Seguindo a mesma linha de descrição, neste tipo de anterioridade, cremos ser perfeitamente possível, na expressão: “[...] eu **JÁ TINHA COMPRADO** tudo. **JÁ TINHA ATÉ MANDADO** fazer o quarto dela”, termos “[...] eu já TINHA TUDO”, no entanto, há uma restrição em relação a “**JÁ TINHA ATÉ MANDADO** fazer o quarto dela”, pois, não é possível retirarmos MANDADO, porque a ação não foi completada, pois se disséssemos “**JÁ TINHA ATÉ** o quarto dela”, diríamos algo que não é dito. Não há nada que comprove que o quarto foi feito.

Vejamos a Linha do Tempo elaborada com base na situação-exemplo (06).

Figura 20: Linha temporal



Fonte: Próprio autor.

Para entendermos esse tipo de anterioridade, faz-se necessário recorreremos à definição de passado remoto.

Segundo Perini (2004), a noção de tempo espalha-se por todo o enunciado. Assim, para ele não é um estatuto identificado numa relação simples entre verbo e tempo. Disso, inferimos que há outros modos de estabelecermos noções temporais além das meras prescrições sobre a atuação das formas. Segundo Martellota e Areas (2003), a língua sofre adaptação nas situações reais de comunicação. Neste sentido, ao definir o mais-que-perfeito como um passado que é anterior a outro, não podemos supor que a língua em uso coadunaria numa relação tipo um para um, isto é, biunívoca. Dito isto, ampliando nossa noção de leitura

⁴⁴ Exemplos retirados do corpus do PPVC, referentes neste estudo ao tipo de anterioridade por meio do tempo composto.

temporal, assim, podemos (por meio da análise a que nos propomos) assegurar que o contexto é também importante no estudo do tempo, pois, é no conjunto, na relação das partes com o todo que os sentidos se formam.

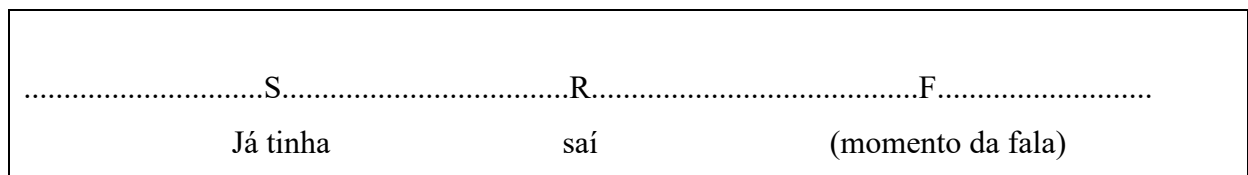
No presente tipo de anterioridade, a que chamamos de **sem ação explícita**, fica mais patente, como já vimos até agora, a importância de todo o contexto para apreendermos a função de passado anterior. Observemos que, na situação-exemplo (06), “JÁ TINHA” é indissociável de a “mulher MORRE”, estabelecendo uma relação referencial ao extremo.

Passemos a analisar outra situação-problema. A informante passou longo tempo fora da cidade e depois retornou à cidade. Ela fala da dificuldade que teve quando se mudou para Vitória da Conquista:

(08) “[...] quando eu SAI, **JÁ TINHA** seis filhos. Quando eu vim pra cidade foi trabalhar na feira. A feira num dava oportunidade da gente estudar porque quem trabalhava não tem outra coisa pra fazer além de trabalhar mesmo.”

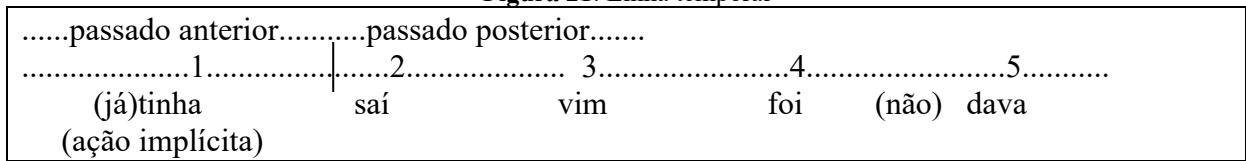
A situação-exemplo (08) apresenta uma anterioridade que aparentemente é semelhante à primeira a ser descrita neste tópico. Acreditamos que, em: “[...] quando eu SAI, **JÁ TINHA** seis filhos”, o ato de possuir filhos é anterior à saída do local onde o informante residia. Todavia, neste exemplo, diferentemente do primeiro exemplo acima, mesmo tendo ação implícita, pois em “já tinha” significa que houve um momento em que “não tinha”. Não há verbo no particípio que possa estar adjacente sem que haja perda semântica, mas este exemplo pode ser estabelecido no tipo **anterioridade sem ação explícita** porque “**JÁ TINHA SEIS FILHOS**” está numa relação referencial anterior a “QUANDO EU SAÍ”, como mostra figura 17:

Figura 17: Linha Referencial (com base em



Fonte: Comrie (1990).

Afirmar que algo ocorreu antes ou depois está relacionado, até certo ponto, com eventos que se sucedem no mundo exterior ao indivíduo, pois isto depende do nível de informação que o falante tem em relacionar fatos ou até lembrá-los. Podemos refletir melhor sobre isto com a situação-exemplo (09), ainda que este exemplo destoe dos que vimos nesta seção, por não ter o advérbio “já”.

Figura 21: Linha temporal

Fonte: Próprio autor.

Para demonstrar a validade da posição que assumimos, vamos apresentar uma contraprova a fim de tornar mais clara a nossa visão da **anterioridade sem ação explícita**. Embora a situação-exemplo, que ora apresentamos, não seja se encaixe na que posição teórica que defendemos, apresentaremos para demonstrar a firmeza de nossa argumentação. O contexto é um breve relato em que a informante faz alusão à época em que morou em uma cidade no estado vizinho.

(09) “[...] Aí chegou ni Pedra Azul e falô pros Almeida, né, que era um povo muito rico que TINHA lá ni Pedra Azul”.

Na situação-exemplo (09), a informante fala sobre a época em que morou em Pedra Azul. Ela relembra fatos que estão ligados a esta época. Assim, em: “[...]era um povo muito rico que TINHA lá ni Pedra Azul”.

Podemos inferir duas hipóteses para o uso de “tinha”, assim:

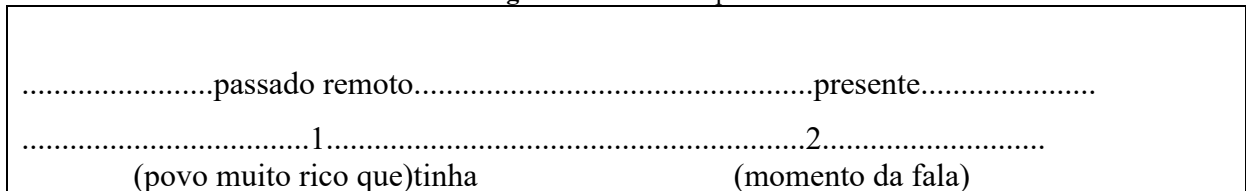
- a) A informante não retornou mais a Pedra Azul, sendo assim este “tinha” funciona como algo relacionado apenas à lembrança passada, não tendo nada em comum com o momento atual, do qual a informante não tem maiores informações; pois (talvez) por ela não ter retornado, a informante não tem certeza se esse povo ainda existe em Pedra Azul. Assim, “tinha” relaciona-se apenas à época em que viveu lá. Para nós, então, nesse exemplo, há uma condição de menor certeza da informação.
- b) A informante, suponhamos, retornou a Pedra Azul depois que saiu desta cidade, assim ela teria ou poderia ter posse da informação de que os Almeidas ainda estão ou não na cidade.

De posse da hipótese b, a expressão poderia ser tanto com “TINHA lá ni Pedra Azul”, que é o que de fato ocorre, como com “TINHA MORADO lá ni Pedra Azul”. Mas é curioso que com a informação de mundo “TINHA MORADO lá ni Pedra Azul” requer detalhes sobre a situação, ao passo que “TINHA Lá ni Pedra Azul” não requer.

Alguém então poderia questionar, por que o particípio do verbo morar? Fazemos outra pergunta, se este povo não habitasse em Pedra Azul na época em que a informante morou lá, mas que só fosse à cidade eventualmente, faria sentido, enquanto descrição de eventos, a expressão “[...] um povo muito rico que TINHA lá ni Pedra Azul”. A informante estaria passando uma informação incoerente. Por isso acreditamos que “TINHA lá ni Pedra Azul” quanto “TINHA MORADO lá ni Pedra Azul” podem ser equivalentes, mas este precisa de nível de certeza, enquanto aquele, não.

A situação-exemplo (09) não apresenta ponto de referência, no entanto, há casos, e mostraremos isto mais a frente, que quando o fato passado é muito remoto, o mais-que-perfeito pode ser utilizado:

Figura 22: Linha temporal



Fonte: Próprio autor.

Não julgamos a situação-exemplo (09) como **anterioridade sem ação explícita** porque não temos posse da informação de que os Almeidas ainda vivam ou não em Pedra Azul. Sua inserção nesta seção aparece apenas com o intuito de discutir o nível de maior ou menor certeza que há por parte do falante ao relembrar fatos passados. Assim, o uso do advérbio “já” antes de “tinha” ou de um tempo composto (TINHA+PARTICÍPIO) indica maior certeza por parte do falante.

Do que vivemos nessa subseção, podemos aplicar o subprincípio da ordenação linear, dentro do arcabouço teórico do princípio da iconicidade, o qual diz que os constituintes estão integrados, semântica e cognitivamente, ao plano da codificação pela proximidade. Assim, está relacionado à ordenação dos constituintes oracionais no discurso. Como há um ponto referencial entre “JÁ TINHA” no passado anterior das situações/exemplos (06) e (08) e seus passados posteriores “a mulher MORRE” e “Quando eu SAÍ”, de tal forma que o passado anterior de ambos fique sem sentido completo se forem isolados, dizemos que há um ponto referencial ao extremo. Assim, eles estão integrados semântica e cognitivamente no plano da proximidade.

Na situação-exemplo (09), ocorre o que chamaríamos de passado remoto, que, segundo Coan (1997), trata-se de um passado longo sem ponto de referência. Diríamos que

isto pode ocorrer porque o falante dá a entender que, por haver muito tempo que uma coisa ocorreu, ele não estabelece, ou não pode estabelecer passado posterior. Isto pode ocorrer devido ao nível de menos certeza que o falante possui em relação ao que diz. Sobre isto, Melo (1987) diz:

A ideia de tempo físico, de certo modo, a categoria verbal do tempo. Só que, na gramática (ou na língua), predomina o elemento psicológico, de tal modo que a tripartição fundamental – presente, passado, futuro – se acrescentam modulações interpretativas, afetivas, durativas, que geram subdivisões, variáveis de língua para língua, mas sempre atuantes (MELO, 1987, p. 81).

Segundo Corôa (2005), os eventos, seus efeitos de suas relações produzem a constituição do tempo. Assim, a anterioridade pode ser entendida como o (s) evento (s) e seu (s) efeito (s) produzido (s) por **A** num momento anterior ao momento em que **B** esteve envolvido ao (s) produzido (s) por **A**. Além disso, Bull (1971) afirma que a noção de tempo é guiada pelos eixos de orientação, o que em outras palavras é o que representa o evento para Corôa (2005).

Os eixos de orientação são imprescindíveis, pois eles estabelecem a relação entre dois ou mais eventos por meio do passado, presente e futuro.

Na **anterioridade sem ação explícita**, vemos que os efeitos de ações produzidas: “JÁ TINHA galinha, JÁ TINHA piruá” e “JÁ TINHA seis filhos” são resultados de ações anteriores que criam ponto referencial a momentos posteriores: “a mulher MORRE” e “quando eu SAÍ”.

Em síntese, sobre a **anterioridade sem ação explícita**, podemos dizer:

- a) É marcada pela presença do resultado de uma ação anterior não explícita;
- b) Tende a ter anterioridade com ponto de referência posterior;
- c) Há maior certeza quando há ponto de referência posterior, como o uso do advérbio “já”.

5.3 A FUNÇÃO DE ANTERIORIDADE COM INTRODUTOR “AÍ” E O PROCESSO DE NARRAÇÃO SEQUENCIAL

Passemos a discutir a anterioridade que tem como marca a presença do “Aí” como introdutor discursivo. Nessa forma de representação do **passado anterior**, o falante enumera uma série de fatos que são marcados em sua ordem sequencial, ou seja, conforme a ordem dos

acontecimentos. Há uma função de anterioridade podendo haver ponto referencial entre as ações ou não, ou seja, um fato pode ou não ser destacado em relação ao outro, como aparece no mais-que-perfeito. Semelhante à anterioridade verbal-adverbial, há a presença do advérbio que marca o antes e depois de cada ação passada, mas diferentemente, nesse modo de representar o **passado anterior** cada momento (ou evento) é encabeçado pelo introdutor discursivo “aí”.

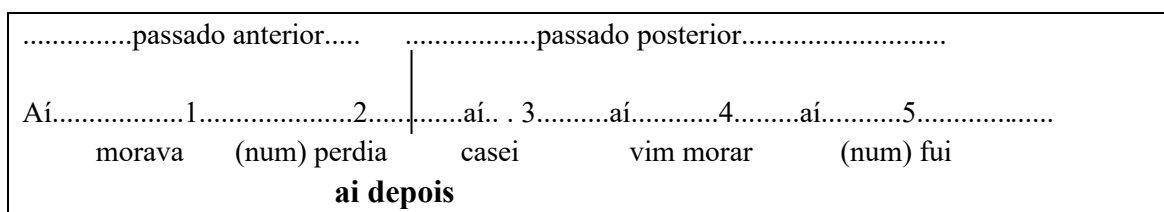
É perceptível, até este ponto da discussão, que, na relação de anterioridade, os verbos estão em um mesmo tempo verbal, pretérito perfeito e, às vezes, até o imperfeito. Assim, as marcas são estabelecidas ora pela sequência, ora pela sequência que é reforçada por outros itens linguísticos, tais como “já” “depois”, e “aí”. Nesse modo de articulação do passado, o utente escolhe, dentro das possibilidades da língua, o item lexical “aí” para ordenar a noção de anterioridade.

Na situação-exemplo (10), um falante do português popular narra a mudança que houve depois que se casou e se mudou de cidade.

- (10) “[...] **AÍ DEPOIS** eu CASEI, eu num FUI mais não, porque **DEPOIS** que eu VIM MORAR aqui que eu num FUI mais, quando eu MORAVA em Cândido Sales eu num **PERDIA** um dia de [show], **AÍ DEPOIS** que eu vim pra Conquista eu num quis mais não”.

Vemos claramente que há uma relação de anterioridade entre “perdia” e “casei e fui morar”, mas não há relação referencial. São apenas ações sequenciadas. O fato é que todos os tempos do passado anterior estão no imperfeito: “quando eu MORAVA em Cândido Sales” e “eu num PERDIA um”. Isto representa o oposto do mais-que-perfeito enquanto aspecto acabado, mas na verdade, mesmo havendo uma série de “**aí depois**” que demonstra processos de sequencialidades de antes e depois, é difícil interligá-los numa sequencialidade de causa e efeito, típico da anterioridade por ponto de referência, pois morar em Cândido do Sales é anterior ao local que a informante mora no momento da fala. Assim, seu ponto de referência é o momento da fala e não outro passado posterior. Nesse sentido, “PERDIA” também está em referência a “MORAVA em Cândido do Sales”, mas, não é um processo acabado, pois a informante fazia isto rotineiramente, por isto o emprego no pretérito imperfeito. Resumindo tudo: mesmo tendo uma série de “Aí” introduzindo cada evento, todos eles estão referenciando ações em uma função de anterioridade sem referência. Se levarmos em conta apenas a sequencialidade de eventos, teremos:

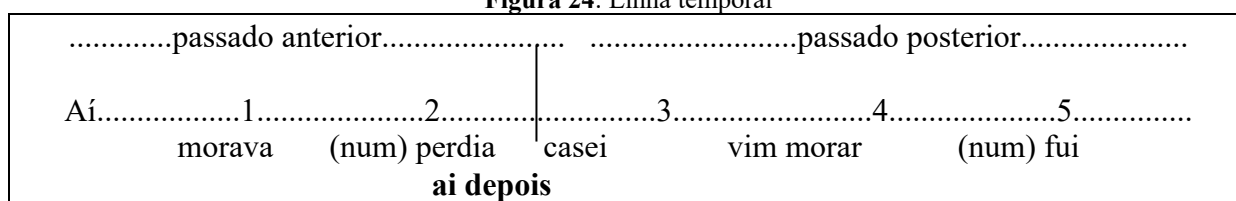
Figura 23: Linha temporal



Fonte: Próprio autor.

Na situação-exemplo (10), o “aí” demarca a cronologia temporária dos fatos narrados, sem relação referencial:

Figura 24: Linha temporal



Fonte: Próprio autor.

Na situação-exemplo (11), o falante do português popular discorre sobre as dificuldades que teve para tomar conta dos filhos quando eram pequenos:

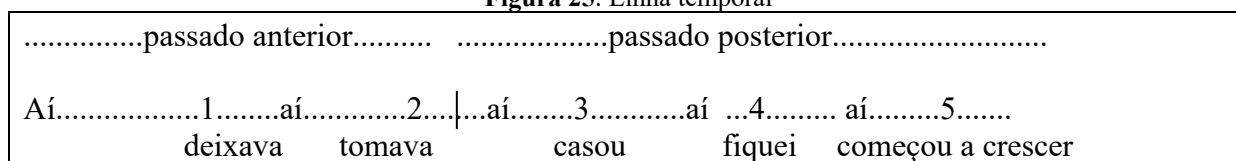
(11) “[...] **AÍ** eu deixei, DEIXAVA meus menino com minha irmã, **AÍ** minha irmã TOMAVA conta **AÍ** depois ela também, logo que ela CASOU, eu tive... que FIQUEI quatro anos fora da, da, da escola, **AÍ DEPOIS** VOLTEI de novo, **AÍ** meus menino COMEÇOU CRESCER”.

Notemos que entre “**AÍ DEPOIS VOLTEI**” e “**COMEÇOU A CRESCER**” não tem como obter uma relação referencial, ainda que os dois eventos possam ter ocorrido em momentos opostos, isto que é dito. Ela não disse que voltou depois que os filhos cresceram, pois se isso fosse dito, haveria uma relação referencial, ou seja, poderíamos dizer:

“eu VOLTEI depois que TINHAM CRESCIDO”

Vejamos o esquema ilustrativo:

Figura 25: Linha temporal



Fonte: Próprio autor.

Há uma relação referencial entre os verbos “**deixava e tomava**” e o verbo “**casou**”, pois uma ação só existiu enquanto outra ação não ocorreu:

“ela TINHA TOMADO conta de meus filhos antes de casar”⁴⁵

Esta relação é referencial, pois o evento atribui relação direta entre os dois passados. O mesmo não ocorre ao resto do enunciado. Agora, vejamos a parte sem referência:

“AÍ DEPOIS VOLTEI de novo, AÍ meus menino COMEÇOU CRESCER”.

Como já dissemos, o português possui múltiplas formas de marcar uma informação anterior à outra. Neste estudo, identificamos tipos de anterioridade sem ponto de referência. Nas situações, quando os fatos são apenas ordenados, o item lingüístico “Aí”, diferentemente do tipo de anterioridade verbal-adverbial, quando vimos que o advérbio interfere no aspecto do verbo, mostrando que a anterioridade com função duplamente acabada era acentuada pelos advérbios “ANTES” E “DEPOIS, que coordenam passados posteriores e anteriores, com ou sem relação referencial, corrobora na apresentação dos eventos, agora apenas ordenado eventos um ao lado do outro. A preocupação passa a ser apenas mais a sucessão, em direção ao futuro, e não a relação entre antes e depois de um evento. Mas não descartamos a possibilidade deste tipo de anterioridade por meio do “aí” estabelecer uma referência entre ações passadas, a exemplo do que ocorre na situação-exemplo (11):

(11 a) “AÍ eu deixei, DEIXAVA meus meninos com minha irmã, AÍ minha irmã TOMAVA conta AÍ depois ela também, logo que ela CASOU”

Operando uma pequena modificação, teríamos:

“ela TINHA TOMADO conta de meus filhos antes de casar”⁴⁶.

Novamente, recorreremos à teoria funcionalista para explicar este tipo de anterioridade. O princípio da iconicidade traz o subprincípio da ordenação linear, no plano da codificação pela proximidade “aí” está sempre no início de cada enunciado porque o falante quer transmitir a informação de que o que ele narra está ocorrendo na sequência em que os fatos ocorreram.

Conforme Neves (1997), a informação importante tende a vir no início. Neste sentido, podemos dizer que o fragmento da situação-exemplo (11) acima, e sua reescrita para mostrar que há uma relação de ponto referencial entre os eventos. Assim, as escolhas dos falantes

⁴⁵ Uso do mais-que-perfeito, demonstrando que há referencialidade na situação-exemplo (11).

⁴⁶ Uso do mais-que-perfeito, demonstrando que há referencialidade na situação-exemplo (11).

resultam em processos diferentes ao situar sequencialmente ou contra sequencialmente os eventos. Em “**AÍ** eu deixei, **DEIXAVA** meus menino com minha irmã”, a intenção é voltada para os filhos que ficavam com a irmã, já em “ela **TINHA TOMADO** conta de meus filhos”, a intenção comunicativa é o ato de tomar conta dos filhos. Isso demonstra que o uso da sequencialidade ou da contra sequencialidade possuem efeitos pragmáticos diferentes. Assim vemos que o falante age intencionalmente escolhendo uma das possibilidades que a língua lhe oferece para representar a ideia de anterioridade. Neste sentido, Lima-Hernandes (2011) afirma que os componentes sintático e semântico estão interligados à situação pragmática.

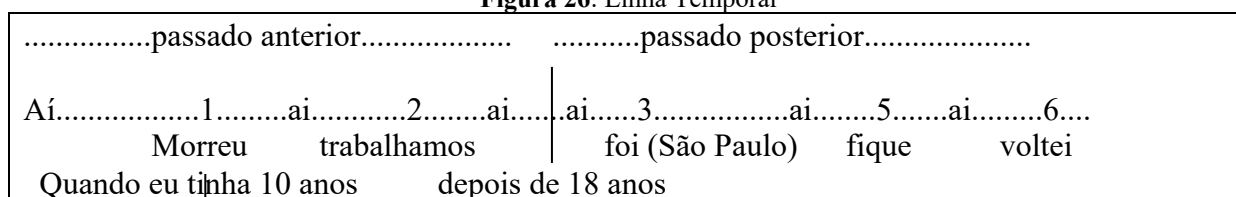
Vamos analisar outra situação-exemplo. Nesse caso, o utente fala sobre a dificuldade que teve após a morte do pai:

(12) “[...] **AÍ** meu pai **MORREU COM DEZ ANOS**, com dez ano de idade tinha que trabaiair né? **Aí** trabaiamo, **Aí** criamos nós lá e **DEPOIS DE 18 ANOS** foi pra São Paulo. **FIQUEI** em São Paulo treze anos, **VOLTEI** e to aqui em Conquista agora”.

Na situação-exemplo (12), temos a função de anterioridade sem relação referencial se nos pautarmos apenas na relação expressa pelos tempos verbais. São eventos sem relação de dependência causal. Mesmo que, em “[...] meu pai **MORREU**” e em “[...] com dez ano de idade tinha que trabaiair né?”, haja uma relação de causa e consequência, não é possível estabelecer uma relação referencial com base na simples análise dos verbos, pois os eventos são concomitantes. Eles ocorrem no mesmo período: quando o informante tinha 10 anos de idade. Para que haja **passado anterior** é preciso que haja ações em momentos distintos do passado. É claro que primeiro ocorreu a morte e depois a necessidade de o filho de trabalhar, mas esta informação é, do ponto de vista extralinguístico, na língua, os eventos são concomitantes, por causa da presença de “**morreu quando eu tinha dez anos**”. Obviamente os eventos ocorreram sucessivamente, havendo assim uma função anterior com relação referencial, mas que seria impossível linguisticamente pela concomitância entre “**MORREU COM DEZ ANOS**”, e “tinha que trabaiair, né?”.

Para compreendermos melhor, vamos observar o esquema ilustrativo:

Figura 26: Linha Temporal



Fonte: Próprio autor.

No restante o enunciado, a falta de ponto referencial é explícita. Não há tipo referencial entre as ações passadas. A anterioridade é sempre marcada pela presença de “**aí**” e por “**DEPOIS DE 18 ANOS**”, mas, voltamos a afirmar, sem relação referencial, pois os eventos são apenas encadeados. Tal situação-exemplo demonstra a fragilidade das formas verbais para a localização dos eventos em sua temporalidade, fazendo com que o falante recorre a outro elemento da língua para ordenar as ações em seu curso.

Na situação-exemplo (13), o falante do português popular relata as sucessivas gestações que teve. Vejamos:

(13) “[...] **AÍ** já VEIO tudo junto, **AÍ** eu já ENGRAVIDEI do meu filho mais velho que tem trinta anos, **AÍ** com doze ano eu também GANHEI ele, com todo sofrimento que eu ganhei ele, **AÍ** com treze ano eu já GANHEI o odo, que chama Rubens, **AÍ** com catoze anos eu já GANHEI minha minina, que ela fez vinte e oito anos, ela fez vinte oito”.

A situação-exemplo (13), semelhante à (12), não possui relação referencial. A anterioridade está presente, pois todos os fatos são passados, mas um não estabelece consequência ao outro. Aliás, este tipo de anterioridade pelo uso do “**aí**” como introdutor sequencial parece ter muito esta característica. Ao usar esta partícula, o falante pode, em muitos casos, só indicar que um fato veio em seguida, sem necessariamente criar um elo de consequência entre ambos. Mas há exceções, como por exemplo, a parte a da situação-exemplo (11) apresentada no início deste tipo de anterioridade.

Vejamos o esquema:

Figura 27: Linha Temporal

.....passado anterior.....			passado posterior.....		
Aí.....1.....		aí.....2.....		aí.....3.....	
engravidai		ganhei		ganhei	
(primeiro)		(segundo)		(terceiro)	

Fonte: Próprio autor.

Baseados nas situações-exemplos que analisamos, podemos retirar algumas lições em relação à anterioridade com introdutor “**aí**”, ou seja, verificar quais as características que esse modo de realização da anterioridade apresenta:

- Tende a ter maior predominância da anterioridade sem ponto referência entre os fatos passados.

- b) Tende a ter maior incidência de fatos sequenciados em direção ao futuro sem correlação com fatos anteriores.
- c) Tende a ter raras correlações com ponto de referência.

5.4 A FUNÇÃO DE ANTERIORIDADE POR MEIO DA PERMUTA ENTRE OS VERBOS PERFEITO/IMPERFEITO EM CONTEXTO DO MAIS-QUE-PERFEITO

Este tipo de passado anterior consiste na troca de tempos verbais, ou seja, em lugar do mais-que-perfeito é empregado outro tempo, como pretérito perfeito. Por estar substituindo este tempo verbal, a relação referencial está sempre presente. Este tipo de anterioridade diferencia-se do tipo verbal-adverbial, discutido anteriormente, apenas pelo fato de que neste há maior emprego do advérbio para marcar a anterioridade do que aquele. Outra diferença é que neste tipo de anterioridade há sempre o ponto referencial próprio do mais-que-perfeito, enquanto no tipo verbal-adverbial nem sempre haverá.

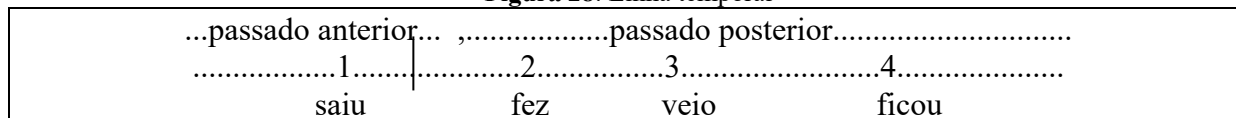
Em nossa situação-exemplo (14), o utente fala sobre um evento do qual participou em uma cidade baiana:

(14) “[...] A gente FEZ um encontrão de CEBs em Ilhéus, VEI todos o do Brasil inteiro, foi muito bonito, muito gratificante, a agente FICOU lá, a gente SAIU daqui de noite.”

Na situação-exemplo (14), o último fato narrado: “[...] a gente SAIU daqui de noite” é o primeiro de todos. Como eles todos estão situados em um tempo passado, no primeiro pode ser utilizado o mais-que-perfeito: [...] gente TINHA SAÍDO daqui de noite; no entanto, em seu lugar, está o pretérito perfeito.

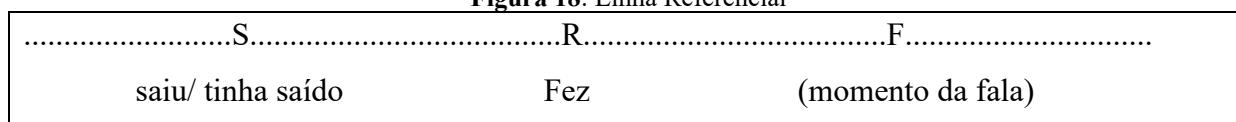
A relação referencial é recuperada entre “SAIU/TINHA SAÍDO” e “FEZ um encontro em Ilhéus”, pois um ato passado gerou outro ato. O passado anterior e o passado posterior têm sempre ações relacionadas numa anterioridade referencial. Vejamos a Linha do Tempo:

Figura 28: Linha temporal



Fonte: Próprio autor.

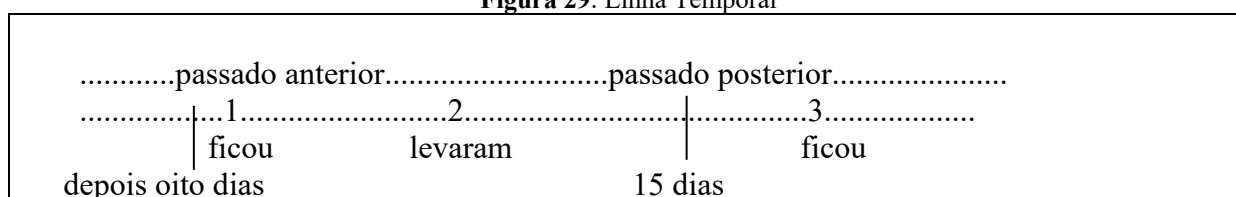
Para melhor compreendermos a relação com os fatos narrados, vamos construir a Linha de Referenciação, segundo o modelo proposto por Comrie (1990):

Figura 18: Linha Referencial

Fonte: Comrie (1990).

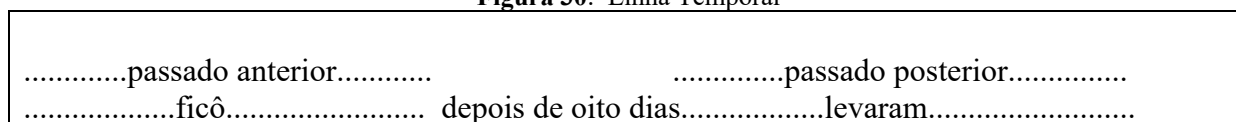
Em outra situação-exemplo, o falante narra a internação do pai em um hospital:

(15) “[...]...eu... meu pai FICÔ oito dias lá no hospital... procurano uma vaga pra interna’... internamento lá dentro... **DEPOIS DE OITO DIA** LEVARAM ele lá pra dentro, ele FICÔ mais, ele ficôquas’ quinze dia no hospital”.

Figura 29: Linha Temporal

Fonte: Próprio autor.

Na situação-exemplo (15), “FICÔ oito dias lá” é anterior a “LEVARAM lá pra dentro”. Percebemos isso pela presença do advérbio de tempo “**DEPOIS DE OITO DIA**”, que marca a anterioridade. Em construções assim, como vimos até agora, o advérbio, além de situar as ações, serve também como um elemento que liga orações:

Figura 30: Linha Temporal

Fonte: Próprio autor.

Com base nas situações-exemplo analisadas, podemos supor que todas as estruturas com anterioridade temporal com ponto de referência, até certo ponto, poderiam ser comutáveis pelo mais-que-perfeito. Pensando assim, alguém poderia dizer que a comutação de uma forma verbal do passado pelo mais-que-perfeito seria aplicável a todos os casos analisados até aqui, mas cremos que não, pois como já tivemos oportunidade de explicitar, a captação da função de anterioridade por ponto de referência, própria do mais-que-perfeito, realiza-se pela presença de advérbios aspectualizadores no início ou no fim do enunciado, ou ambas as posições ao mesmo tempo, e sem eles a ideia de anterioridade seria perdida. Mas para que haja ponto de referência, só isto não basta, as ações verbais do passado anterior e posterior precisam estabelecer um vínculo interpretativo de uma situação como um todo.

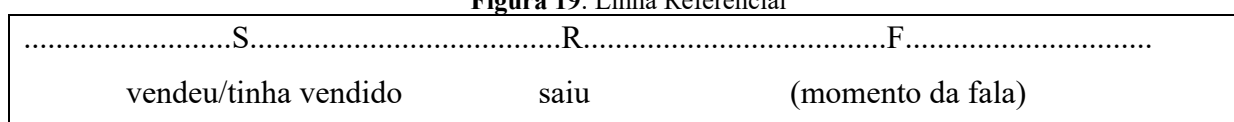
A presença do advérbio é importante para a leitura temporal dos verbos. Nos casos que denominamos de anterioridade pelo uso do introdutor “aí”, a presença do aí é condição *sinequa non* para que a anterioridade seja percebida. Ademais, nas situações-exemplos (14) e (15), ao contrário do que se observa no tipo verbal-adverbial, há sempre um ponto referencial próprio do mais-que-perfeito, o que facilita a permuta. Por fim, ainda que o advérbio possa contribuir, ele não é agora imprescindível em tal função, como podemos constatar a partir de uma análise atenta da situação-exemplo (14). Observemos que, em “a gente SAIU daqui de noite” tem como referência “FEZ um encontrão”, não há a presença de advérbios aspectualizadores. Houve apenas a troca de um verbo por outro.

Em outra situação-exemplo, o utente relata fatos que ocorreram num período anterior a seu casamento:

(16) “[...] nós só **SAIU** de lá porque meu pai **VENDEU** a casa, né, aí **DEPOIS FOI MORAR** na cidade modelo aí... aí eu também CASEI logo também aí a constituir família então”.

Na situação-exemplo (16), em “[...] nós só SAIU de lá porque meu pai VENDEU a casa”, “vendeu” é anterior a saiu, e por estabelecer uma relação referencial, pode ser substituído pelo mais-que-perfeito: “TINHA VENDIDO”. Com o esquema do mais-que-perfeito, temos:

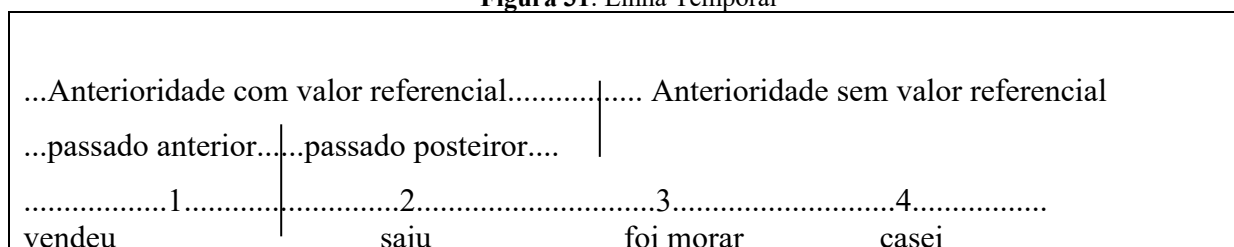
Figura 19: Linha Referencial



Fonte: Comrie (1990).

É, portanto, uma anterioridade com valor referencial entre os dois passados. O mesmo não ocorre com o restante, pois em “DEPOIS⁴⁷ FOI MORAR” e “CASEI” não há relação referencial, só podendo ser representado na Linha do Tempo:

Figura 31: Linha Temporal



⁴⁷Nessa subseção, não é nosso objetivo estudar o comportamento do advérbio “depois” e da item lexical “aí”, já que eles estão além da oposição passado anterior e passado posterior com que lidamos nesse momento.

depois

Fonte: Próprio autor.

Como podemos ver, o uso de um verbo em contexto específico de outro não é uma inovação românica, como argumenta Ernout e Thomas (1953). No latim vulgar, de igual modo, há permuta entre o *plus-quam-perfectum* e o perfeito e o imperfeito. Assim, com a ausência de desinência aspectual de anterioridade, a leitura da função anterior por meio do pretérito perfeito sempre dependerá de todo o contexto. Isto demonstra falta de rigidez de oposição, algo que os gramáticos normativos ignoraram por séculos. É neste sentido que os autores usam a expressão “*indistinction*” (indistinção), como mostra situação-exemplo (16).

Dito isto, recorremos novamente a Perini (2004) quando diz que a leitura de tempo não está relacionada de forma direta à estrutura formal morfológica. O uso de um tempo em contexto de outro comprova tal afirmação, como vimos.

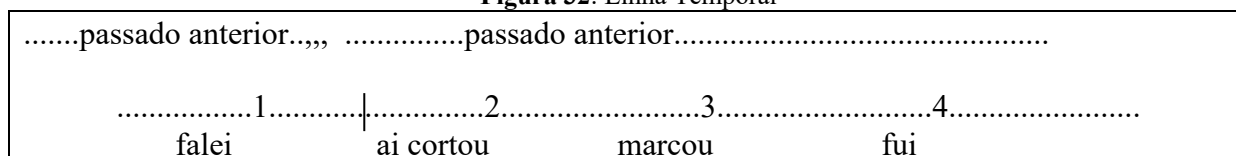
Em (15), podemos notar que por haver ponto referencial entre o passado anterior “FICÔ” e o passado posterior “LEVARAM” é que deduzimos com relativa facilidade que a função de anterioridade própria do mais-que-perfeito poderia ser facilmente recuperada na estrutura escolhida pelo utente do português popular.

Em outra situação-exemplo (17), a utente do português popular fala sobre o início de um namoro. Vejamos:

(17) “[...] um dia eu **FALEI** pra minha irmã eu só, eu só vou conversar com ele quando ele cortar o cabelo, **AÍ**⁴⁸ um belo dia ele **CORTOU** o cabelo e **MARCOU** um encontro aí eu **FUI**”.

Na situação-exemplo (17), “FALEI” é a primeira ação descrita numa série de quatro. Torna-se então comutável com o pretérito mais-que-perfeito: “TINHA FALADO”. Todavia, ele não possui verbo com ação passada posterior a ela relacionado, sendo assim, um caso de passado remoto. O restante das ações (“CORTOU, MARCOU” e “FUI”) não possui ponto referencial entre si. Vejamos como fica a Linha do Tempo elaborada para a situação-exemplo (17):

Figura 32: Linha Temporal

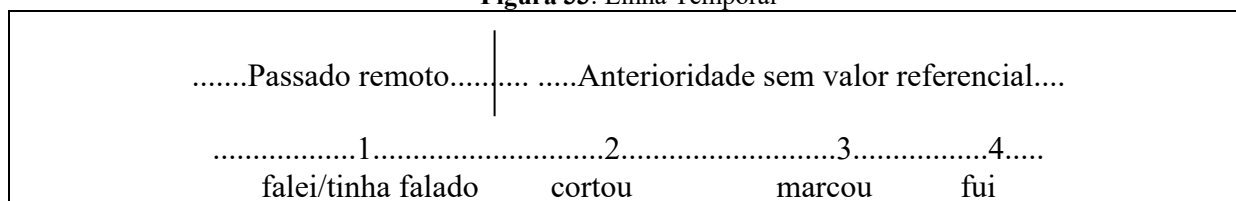


Fonte: Próprio autor.

⁴⁸Embora o item lexical “aí” esteja presente na construção, nossa análise centra-se no primeiro elemento da estrutura, isto é, “Falei”, passado que acontece antes dos outros eventos passados.

O uso do pretérito perfeito com valor passado remoto também é permutável pelo mais-que-perfeito, visto que este tempo também possui este caráter funcional, como já foi dito, de ocupar contextos do mais-que-perfeito. Como já explicamos, o passado remoto caracteriza-se por ser um passado distante sem ponto referencial posterior, como demonstra a situação/exemplo (18):

Figura 33: Linha Temporal



Fonte: Próprio autor.

Em relação a este tipo de anterioridade, podemos dizer que, pela teoria funcionalista, conforme o princípio da iconicidade, o subprincípio da quantidade, que associa quantidade de informação à quantidade de material linguístico necessário, o pretérito perfeito é uma opção a mais para competir com o mais-que-perfeito. Além disso, mesmo neste tipo de anterioridade, ainda que esta função já esteja completa numa parte do enunciado, o advérbio sequencial atua no enunciado seguinte, fragmentado os fatos na linha do tempo, como mostra situação-exemplo (16):

(16) “[...] nós só SAIU de lá porque meu pai VENDEU a casa, né, aí DEPOIS FOI MORAR na cidade modelo aí...”.

De todas as anterioridades aqui mostradas, o presente tipo é o que mais faz jus à substituição em manter o ponto referencial entre o passado posterior e anterior.

Seguindo ainda o Funcionalismo podemos explicar os fatos de língua por nós observados com base no subprincípio da ordenação linear, que integra os constituintes, semântica e cognitivamente, ao plano da codificação pela proximidade. Nesse sentido, vemos a ordenação dos constituintes oracionais no discurso, já que o emprego do pretérito perfeito sem a participação mais intensa do advérbio para marcar a anterioridade faz com que haja maior flexibilidade de sequenciação ou não na ordem do discurso, em outros termos, é possível tanto a sequencialidade, como a contra sequencialidade, o que faz com que se assemelhe ainda mais ao mais-que-perfeito.

Ademais, ao estudo *in tela*, podemos aplicar o princípio da marcação, o subprincípio da complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa que a estrutura

não marcada. Consideramos o uso do pretérito perfeito com função de passado anterior como uma estrutura marcada, por usar maior proximidade funcional ao mais-que-perfeito, o qual é maior complexidade estrutural.

Por último, podemos dizer que a anterioridade por meio da troca de tempos verbais possui as seguintes características:

- a) O ponto referencial ou o passado remoto sem ponto referencial assemelha-se funcionalmente ao mais-que-perfeito;
- b) É sempre permutável pelo mais-que-perfeito apenas pela troca do verbo;
- c) Tende a ter uma sequenciação livre, ou seja, é sequencial ou contra sequencial.

5.5 A FUNÇÃO DE ANTERIORIDADE POR MEIO DO USO DO TEMPO COMPOSTO

Este é o único modo (TER+PARTÍCIPIO) reconhecido pela tradição gramatical para realizar a função de anterioridade no português. Todos os outros tipos que foram apresentados em nosso estudo são (a nosso juízo) estratégias ou modos alternativos, utilizados pelos falantes do português popular para, dentro da linha de tempo, referenciar um passado anterior a outro.

O uso da forma composta consiste no uso de uma estrutura formada por um verbo auxiliar e um particípio passado, daí deriva seu nome: mais-que-perfeito composto. Como já tivemos oportunidade de demonstrar, a forma simples do mais-que-perfeito está em extinção da língua falada popular, encontrando-se apenas em construções cristalizadas.

Como já tivemos oportunidade de afirmar, com a presença da forma verbal, salvo os casos em que há uma espécie de passado remoto, tendo como ponto de referência apenas momento da fala, a anterioridade tende a ter sempre um passado posterior do pretérito mais próximo ao mais antigo.

Para descrever e analisar essa forma de representação de anterioridade, retiramos situações-exemplo sobre as quais fazemos considerações com base na teoria funcionalista. Seguindo aparato teórico-metodológico da Linguística Descritiva⁴⁹, vamos seguir a seguinte ordem de exposição: apresentação da situação-exemplo, análise dos elementos estruturais

⁴⁹ Martin (2003) assevera que o fazer da Linguística Descrita baseia-se em uma sequência racional de procedimentos: “Em suma, três aspectos se oferecem à nossa reflexão: Que objetos coletar? Que procedimentos para descrevê-los? Que estruturas para organizar sua descrição?” (MARTIN, 2003, p. 17).

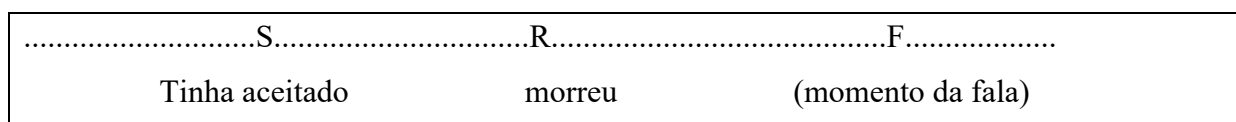
envolvidos em sua produção pelo utente, apresentação de evidências e justificativa à luz da Teoria Funcionalista.

Na situação-exemplo (18), a utente do português popular fala sobre o que sentiu com a morte do pai.

- (18) “[...] Ah, eu fiquei muito triste, me senti assim muito, assim diferente né, [as] minhas outras irmãs, pelo fato que na época que ele morreu ele já TINHA ACEITADO Jesus e eu não TINHA ACEITADO ainda né?”.

Com base na situação-exemplo, “morreu” é posterior a “tinha aceitado”. O ponto referencial ao momento anterior é toda a oração: “na época que ele morreu”, pois neste momento algo já tinha acontecido: a conversão. Esse processo referencial resultou em uma situação final, que é “e eu não tinha aceitado”. Se representarmos a estrutura por meio de uma Linha de Referência temos:

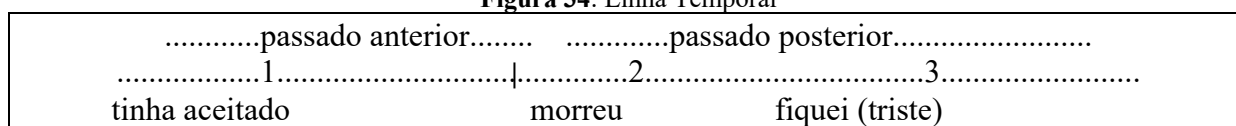
Figura 20: Linha Referencial



Fonte: Comrie (1990).

A citação do **passado anterior** é importante na narração em relação ao processo posterior, porque nele outros aspectos da narração (como em eu “não tinha aceitado ainda”) estão envolvidos. É por esta importância em relação ao antes e depois do processo como resultado que podemos inferir⁵⁰ outra figura para interpretar o mais-que-perfeito:

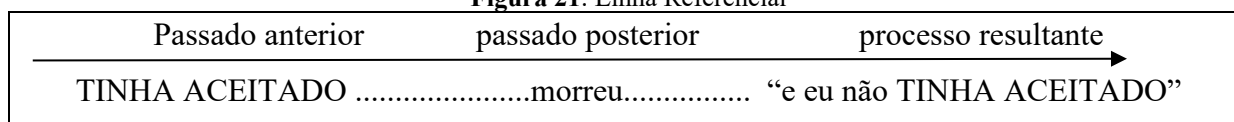
Figura 34: Linha Temporal



Fonte: Próprio autor.

Vejamos, ainda, os fatos encadeados numa linha de “evolução temporal”. Nesse sentido, fica perceptível a existência de um ponto de referência ao passado posterior.

⁵⁰ Robert Martin (2003) aponta a inferência com um dos procedimentos metodológicos mais eficientes na descrição linguística. Segundo o autor, “uma proposição *p* infere (implica) uma proposição *q* se e somente se, *p* sendo verdadeira, *q* é necessariamente verdadeira” (MARTIN, 2003, p.17). Além disso, para Martin a inferência é, nas mãos do linguista, um instrumento indispensável. Mas é preciso acrescentar de imediato que importantes diferenças separam a inferência Linguística da inferência da lógica clássica. A inferência linguística é “pressuposicional”, ou seja, ela é feita pelo cotejo de construções com a realidade do mundo extralinguístico.

Figura 21: Linha Referencial

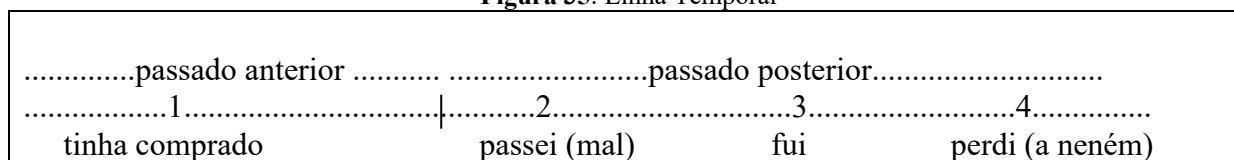
Fonte: Próprio autor.

Vamos analisar a segunda situação-exemplo. A utente do português popular faz um breve relato sobre um aborto espontâneo:

- (19) “[...] Aí, eu passei mal. Fui parar no hospital. Eu perdi a neném. Era uma menina. Essa tarra planejada, que eu já TINHA COMPRADO tudo. Já TINHA até MANDADO fazer o quarto dela”.

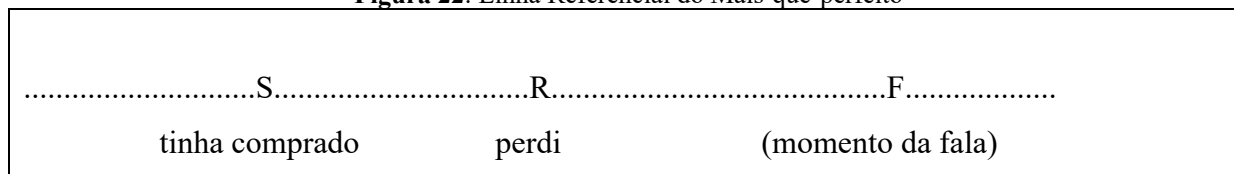
Na situação-exemplo (19), “já tinha comprado” é anterior a “perdi a neném”. “Perdi” está em relação referencial a “tinha comprado”. O advérbio “já” enfatiza o caráter anterior a tudo que ocorreu posteriormente. Novamente, é pela relação referencial entre “perdi” e “tinha comprado”, que podemos comprovar o ponto referencial de tempo. Recorrendo a um procedimento próprio da Linguística Descritiva, a transformação, vamos reconstruir a estrutura para verificarmos a noção de anterioridade expressa pela forma composta do mais-que-perfeito: “Quando eu perdi a neném, eu já tinha comprado tudo”.

A Linha do Tempo nos mostra como ficaria a sucessão dos fatos ocorridos⁵¹:

Figura 35: Linha Temporal

Fonte: Próprio autor.

Ainda apresentando a Linha de Referenciação temos:

Figura 22: Linha Referencial do Mais-que-perfeito

Fonte: Comrie (1990).

⁵¹ Como resultado há um terceiro processo, ainda que por inferência, pois não está dito: o sentimento em relação à perda da criança e aos preparativos não aproveitados.

Passado anterior	passado posterior	processo resultante
tinha comprado (tudo).....	perdi	o sentimento de perda

Novamente, devemos reiterar que na passagem das formas verbais latinas para a língua portuguesa, houve (a) conservação de formas, (b) extensão de novos sentidos e (c) desaparecimento de formas. O caminho seguido pelo português foi criar duas formas para o mais-que-perfeito: uma simples e outra composta. Como a forma simples não sendo mais empregada, pelo desgaste aspectual semelhante ao que ocorreu com outras formas simples, a forma composta conservou-se, mas na trajetória de sua “evolução” foi acrescentando reforços, como ocorrer com o advérbio “já”. Destarte, na língua portuguesa, operou-se uma reestruturação do quadro flexional das formas verbais, recorrendo-se a uma forma analítica (ter/haver no pretérito imperfeito + particípio) para ocupar o espaço indicativo de passado anterior.

Além disso, com base em Pereira (1932), podemos afirmar que o uso de ter como auxiliar remonta o século XVI, ou seja, se antes disso houve tal construção, ela, certamente, não seria autorizada como canônica⁵². Sendo assim, é correto afirmar que a anterioridade com mais-que-perfeito composto também foi um dia uma forma não canônica de anterioridade.

Vimos, nas anterioridades não canônicas, que o advérbio é um importante marcador aspectual, visto que ele situa a anterioridade dos fatos passados, podendo haver ponto de referência ou não entre o passado posterior e o passado anterior. No caso do emprego do mais-que-perfeito composto, ainda que o advérbio apareça, ele age, em muitos casos, mais como um intensificador de anterioridade, visto que pela presença do verbo, que já possui função anterior, o advérbio pode ser dispensável; no entanto, aparece como reforço.

“Já” é um intensificador de anterioridade. Na ausência dele, a leitura da anterioridade em “tinha comprado tudo” permanece. Reiteramos que há situações de anterioridade que são apenas recuperados pela força do advérbio, a que, no âmbito desse estudo denominado de “anterioridade verbo-advérbial⁵³”.

⁵²Ademais, no caso do mais-que-perfeito composto, o verbo TER, até então empregado com valor semântico de posse, passa a atribuir outro papel semântico/funcional ao vir próximo a um verbo no particípio. Esta junção (TER+PARTICÍPIO), por ter um valor equivalente à forma simples do verbo em particípio, passa a ser chamada de tempo composto pelas gramáticas modernas, conforme Pereira (1932) evidencia-se no português a partir século XVI. Assim, verbo TER na condição de auxiliar é esvaziado de sua condição de posse, ocorrendo então uma gramaticalização por **descategorização**, pois ele saiu de seu sentido pleno e assumiu nova função.

⁵³ Recapitulemos a situação-exemplo exposta na subseção 5.2, quando tratamos da anterioridade verbal-advérbial:

“[...] Eu (ANTES) COMECEI a trabalhar com dezesseis anos na casa de Dona Marlene, no caso, né? (Aí DEPOIS), a gente FOI embora daqui”.

“[...] Eu COMECEI a trabalhar com dezesseis anos na casa de Dona Marlene, Aí a gente FOI embora daqui”. Observemos que quando tiramos “ANTES” e “DEPOIS”, os fatos passam a ser quase que simultâneos. A própria leitura semântica parece estar comprometida, pois parece dizer que o motivo de ter ido embora foi por ter trabalhado na casa de Dona Marlene. Isso ocorre porque o pretérito perfeito não possui traço de passado anterior a outro. Ele necessita, neste caso, da marcação de um advérbio aspectualizador. É neste sentido que Castilho (1968) afirma que o advérbio interfere e na leitura aspectual ou temporal do verbo. Em outras palavras, como o

Na situação-exemplo (20), o informante fala sobre a mudança da mãe após a morte do marido (pai do informante):

(20) “[...] E aí logo assim minha mãe veio pra cá também, assim acho que menos de um ano que meu pai tinha, TINHA MORRIDO, aí minha mãe veio pá aqui e mora aqui até hoje...”.

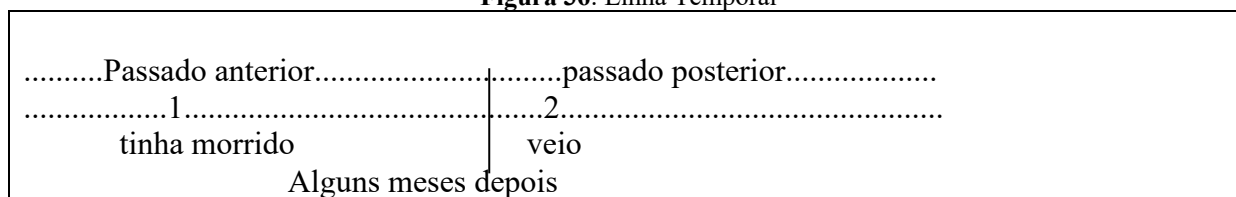
A situação-exemplo possui uma forma explícita de anterioridade marcada pelo mais-que-perfeito “tinha morrido”. Além disso, aparece a expressão “menos de um ano”, um intensificador da qualidade de passado posterior de “veio” em relação a “tinha morrido”. Até mesmo a forma verbal do mais-que-perfeito, a fim de estabelecer a relação à anterioridade, está reforçada por advérbios temporais. Nesse sentido, a locução adverbial vem como intensificadora de uma noção que a forma verbal já apresenta, ou seja, em construções com o mais-que-perfeito, o utente pode, também, utilizá-la, em alguns contextos, mas enquanto nas formas não canônicas de anterioridade, o advérbio é imprescindível, com a forma canônica ele é dispensável. Sua omissão não prejudica a leitura da função anterior. Vejamos a situação-exemplo descrita com e sem a intensificação adverbial:

“[...] E aí logo assim minha mãe veio pra cá também, assim acho que menos de um ano que meu pai tinha, TINHA MORRIDO, aí minha mãe veio pá aqui e mora aqui até hoje”.

“[...] E aí logo assim minha mãe veio pra cá também, pai tinha, TINHA MORRIDO, aí minha mãe veio pá aqui e mora aqui até hoje”.

Para melhor visualização vamos recorrer novamente a um esquema ilustrativo de Linha de Tempo:

Figura 36: Linha Temporal



Fonte: Próprio autor.

Assim, fica claro que “tinha morrido” ocorre antes de “veio”. Este é ponto referencial ao primeiro.

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, pelo princípio da iconicidade, vemos que há uma relação motivacional na função de passado anterior com o mais-que-perfeito, pois circunstâncias pragmáticas, envolvendo o falante e os contextos linguísticos estão atrelados à descrição de mundo por meio da memória do falante e dos eventos a ele relacionados, como indica a situação-exemplo: “[...] E aí logo assim minha mãe VEI pra cá também, assim acho que **MENOS DE UM ANO** que meu pai tinha, **TINHA MORRIDO**, aí minha mãe VEI pá aqui e mora aqui até hoje...”

Entre os subprincípios da iconicidade podemos dizer que o subprincípio da quantidade nos ensina que há uma associação entre a quantidade de informação que o falante deseja transmitir à quantidade de material linguístico necessário a ser utilizado. Tal pressuposto teórico é aplicável a este tipo de anterioridade, pois ainda que o advérbio possa ser dispensável, ele intensifica a leitura temporal. Fica claro, portanto, que a função de passado anterior está para além de uma única forma verbal, como a tradição gramatical nos fazia supor.

Resta-nos, ainda, considerar o subprincípio da ordenação linear, que integra os constituintes, semântica e cognitivamente, ao plano da codificação pela proximidade, o mais-que-perfeito pode ser sequencial ou contra sequencial a depender do contexto discursivo. Vejamos:

“[...] Quando ele soube aí eu já TINHA GANHADO minha menina”
 “[...] eu já TINHA GANHADO minha menina, quando ele soube”.

O emprego de uma ordem ou outra dependerá do contexto discursivo. Na primeira, a informação importante é destacar “Quando ele soube”. Imaginemos que o contexto em que esta ordem for dita, a discussão estará em torno de a pessoa saber da notícia. Por outro lado, se a primeira informação for: “[...] eu já tinha ganhado”, o contexto discursivo será em torno da experiência de ter dado à luz⁵⁴.

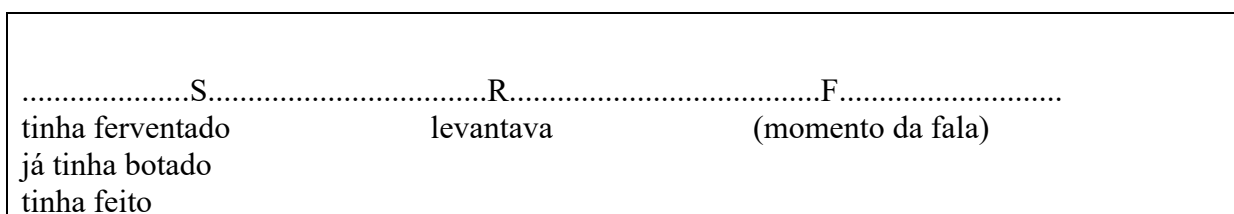
Vamos apresentar uma situação-exemplo em que há uma série coordenadas de eventos praticados no passado, onde ocorre o emprego do mais-que-perfeito. O falante do português popular apresenta reminiscências de infância:

⁵⁴É neste sentido que, segundo Neves (1997), a informação importante pode vir em primeiro lugar.

(22) “[...] Eu era pequena mas eu tinha a cabeça muito boa. Eu levantava de madrugada, quando mãe levantava, já TINHA FERVENTADO coalhada, já TINHA BOTADO feijão no fogo, já TINHA FEITO queijo”.

Na situação-exemplo (22), “quando mãe levantava” é o ponto referencial de passado posterior em relação a “TINHA FERVENTADO, já TINHA BOTADO” e “já TINHA FEITO”. Parece-nos crível afirmar que a ordem sequencial das ações feitas entre “tinha ferventado, já tinha botado” e “já tinha feito” é irrelevante do ponto de vista argumental, pois a intenção da informante é justamente enumerar as várias coisas que já tinham sido feitas quando a mãe levantou. A Linha de Referência mostra claramente isso:

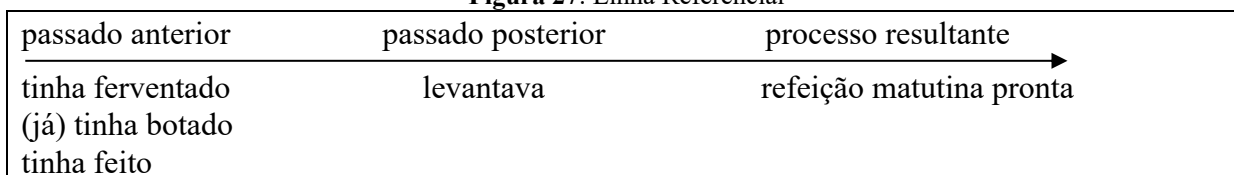
Figura 26: Linha Referencial



Fonte: Comrie (1990).

Enquanto ponto referencial “levantava” difere da prescrição dos manuais de gramática que, de modo geral, afirmam que este ponto intermediário entre o passado anterior e o momento da fala é ocupado pelo pretérito perfeito, temos o pretérito imperfeito. O uso do pretérito perfeito como ponto referencial posterior seria previsível neste exemplo, caso a informante estivesse se referindo a um episódio específico, mas ela está reportando ao período de sua meninice, assim, os fatos descritos são rotineiros, assim sua opção pelo pretérito imperfeito como ponto intermediário é perfeitamente plausível.

Figura 27: Linha Referencial



Fonte: Próprio autor.

Observemos que a presença do “já” é recorrente, mas dispensável para a articulação da sequência temporal. Nesse sentido, reiteramos a nossa crença do caráter intensificador do item

linguístico que aparece ao lado do mais-que-perfeito para garantir-lhe a noção de perfectibilidade⁵⁵.

Passemos a analisar outra forma de marcar a anterioridade no português popular. Nessa situação-exemplo, a falante reporta-se ao primeiro emprego que teve na vida. A este uso feito pela utente da norma popular, resolvermos denominar de mais-que-perfeito, aparentemente, sem passado posterior, ou seja, sem valor referencial. Observemos a situação-exemplo (22):

- (22) “[...] nunca TINHA TRABALHADO já assim, em casa, mas na casa dos outro, eu NUNCA TINHA TRABALHADO, então assim, num foi sofrido pra mim, foi um aprendizado, né?”.

Reestruturando a construção teríamos: “Antes de começar a trabalhar, eu nunca tinha trabalhado”. Observemos que não há agramaticalidade, mas é redundante, pois quem começa a trabalhar é porque nunca trabalhou antes. Em outras palavras, não há ponto referencial de passado posterior. Mas como toda situação temporal tem também o presente como ponto referencial, este é o único referencial a “nunca TINHA TRABALHADO”. Tal emprego dá-se por outra regra que também cabe ao mais-que-perfeito, ou seja, como passado remoto. Não podemos chamar este caso de passado anterior, e sim de passado **remoto**. Alguns autores, como Pereira (1932), chamam o mais-que-perfeito como **remoto**, mas, ao fazer isto, ele leva em conta o fato deste verbo ser empregado antes de um ponto referencial passado. Remoto neste caso é por ser o primeiro fato na linha temporal. Esta não é a definição que queremos dar de passado remoto, e sim a de Comrie (1990), que diz que o passado remoto não possui um ponto de referência como passado posterior. Segundo o autor, ele pode ser empregado tanto por pretérito perfeito quanto com mais-que-perfeito. A figura de tal emprego do mais-que-perfeito ficaria assim:

Figura 28: Linha Referencial

.....S.....	RF.....
(nunca) tinha trabalhado	(momento da fala)
(implícita a situação decorrente) ⁵⁶	(ponto de referência)

Fonte: Comrie (1990).

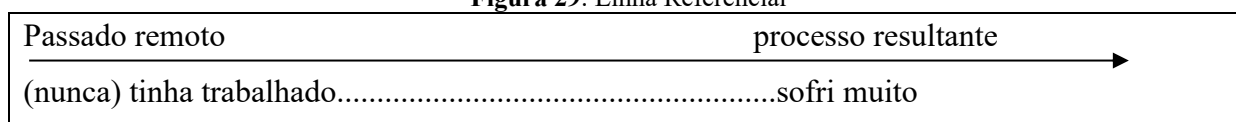
⁵⁵ Acreditamos que estudos futuros possam demonstrar que a presença do “já” como “mais-que-perfeito” indiquem o enfraquecimento da forma verbal.

⁵⁶ Repare que em “Nunca tinha trabalhado” está implícito o início da ação de trabalhar. Sendo assim, “Quando comecei a trabalhar” não pode ser imaginado como o passado posterior referencial.

Mesmo sem ponto referencial posterior, foi possível identificar o processo resultante, tendo o mais-que-perfeito com **passado remoto**. Em outros termos, o processo resultante é possível somente na relação referencial com o passado posterior. Como então justifica o processo resultante? Claro está que ao afirmar “nunca TINHA TRABALHADO” resulta daí uma informação implícita de que o início foi feito. O processo resultante é estabelecido pelo fato de ter-se iniciado algo que nunca tinha sido feito. O início do trabalho não pode ser declarado como o passado posterior e referencial a “nunca TINHA TRABALHADO”. Diríamos que não porque é impossível dizer: “Quando eu comecei a trabalhar, eu nunca tinha trabalhado”. Para que “eu nunca TINHA TRABALHADO” tivesse um passado posterior referencial, a informante deveria relacionar outro tipo de passado posterior, veja o exemplo hipotético: eu nunca TINHA TRABALHADO, [até] quando a necessidade me obrigou a isso.

Vejamos um esquema ilustrativo:

Figura 29: Linha Referencial



Fonte: Próprio autor.

Em termos funcionalista, podemos reconhecer e justificar a construção com base no **subprincípio da distribuição de frequência**, já que a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não marcada, se levarmos em conta todos os modos de anterioridade disponíveis ao falante, o mais-que-perfeito composto torna-se uma estrutura marcada, por ser menos frequente. Neste caso, pelas razões já explicitadas, há maior envolvimento da memória e maior dificuldade de expressão, o que nos leva a lançar mão do subprincípio da complexidade cognitiva que, como afirma Cunha, Costa e Cezário (2003), a estrutura marcada tende a ser mais complexa do que a estrutura não marcada correspondente.

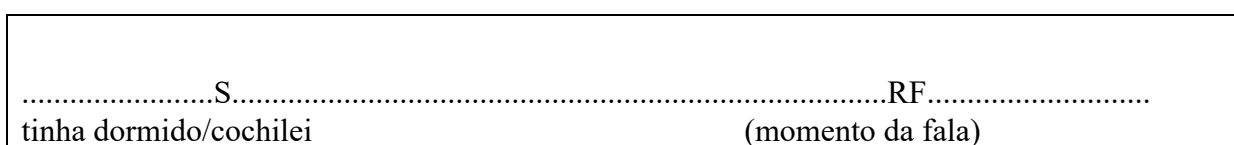
De forma similar à situação-exemplo (23), temos a construção “eu tinha dormido”, empregada quando o u tente reportar-se a uma ação cotidiana. Vejamos:

- (23) “[...] pra mim eu TINHA DORMIDO um tempão, mas acho que eu só cochilei cinco minuto, mas pra mim foi um sono bom, que eu descansei, mas que cansa, mas é bom, é bom.”

A nosso juízo trata-se de outro exemplo do que denominamos no âmbito desse estudo de “passado remoto”. O passado remoto tende a ser empregado em situações em que em um período longo houve alguma atividade ou não. Notemos que a informante diz: “[...] pra mim

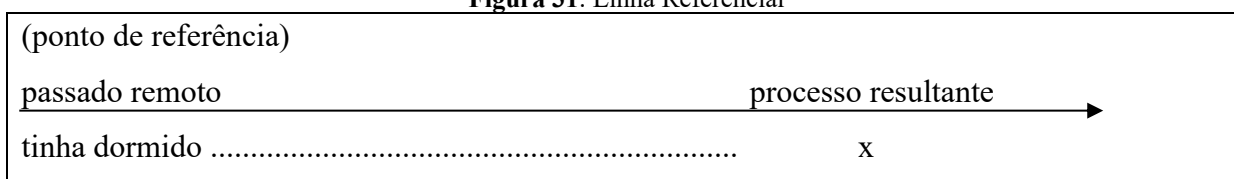
eu TINHA DORMIDO um tempão” para que em seguida afirme: “que eu só cochilei cinco minuto”. É claro que a mesma parece estabelecer diferença entre dormir e cochilar. Vimos que “TINHA DORMIDO está associado a um “tempão”, e “cochilei” transmite a ideia de pouco tempo. Só isto não é suficiente para afirmar que há neste contexto um pretérito mais-que-perfeito remoto, e sim a ausência de ponto referencial. Não temos a ação passada em um momento seguinte, ou em outras palavras, o ponto intermediário entre o momento fala e o passado mais distante. Assim, temos um esquema semelhante ao anterior:

Figura 30: Linha Referencial



Fonte: Comrie (1990).

Figura 31: Linha Referencial



Fonte: Próprio autor.

Não há relação referencial, pois, como afirmamos, não há passado posterior. Não cremos que “foi um sono bom” possa ser apresentado como processo resultante pelo fato de que “um tempão” esteja relacionado a “tinha dormido”, e por ser “um tempão” o sono seria bom. Cremos que a aparente diferenciação entre dormir e cochilar anula a possibilidade de relacionarmos o uso de “tinha dormido” com a impressão psíquica de ter sido maior o tempo dispensado ao sono. Ainda que a palavra “um tempão” esteja sendo adjunto adverbial de “tinha dormido”. Assim, postulamos que o uso do mais-que-perfeito, na situação-exemplo em análise, não mostra que houve processo resultante.

Da análise que empreendemos das situações-exemplo nessa subseção, podemos tirar algumas conclusões sobre o uso da forma composta do mais-que-perfeito:

- a) Há sempre um ponto de referência ao passado posterior, e que quando não há ponto de referência, o passado é remoto.

- b) Há maior independência em relação ao advérbio, ainda que o falante tenha a tendência de enfatizar a anterioridade pelo seu uso, é dispensável seu emprego, atuando como reforço.
- c) É a forma verbal de tempo passado que tem maior valor aspectual de perfectividade na relação do emprego e do tempo.
- d) Ocupa, raramente, contextos verbais de outros verbos.
- e) Exige maior nível de memória do falante, principalmente se houver ponto de referência posterior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos em função de anterioridade neste estudo, referimo-nos ao primeiro evento passado de uma linha verbo-temporal narrativo, que pode também ser chamado de **passado anterior**. Explicamos que esse só leva o nome de anterior pelo fato de estar em uma construção na qual existe também o passado posterior. Em outras palavras, para que haja a função de anterioridade, como afirma Coan (1997), é necessário um fato duplamente passado: passado em relação ao presente e passado em relação a outro fato também passado.

Figura 38: Linha Temporal

.....passado anterior.....passado posterior.....presente.....

Fonte: Próprio autor.

Como já dissemos, a tradição gramatical, calcada na tradição greco-latina considera como única forma verbal com essa função específica o tempo verbal mais-que-perfeito quer simples quer composto. No entanto, no curso de “evolução da língua portuguesa”, a forma simples do mais-que-perfeito caracterizada pela presença do sufixo modo-temporal *-ra* foi desaparecendo do registro oral, estando sua atuação quase circunscrita a elocuições formais e a estruturas cristalizadas. Por outro lado, a forma composta (oriunda do caráter [+ analítico] das línguas românicas, como o português) ainda mantém ativo na norma popular, mas seu comportamento vem se alterando aos poucos.

Nesse sentido, as reflexões que trouxemos em nossa análise foram no intuito de questionarmos se como desaparecimento de forma simples e com alterações na forma composta, que outras estruturas da língua estariam exercendo o papel de demarcar na linha de sucessão de fatos e/ou eventos o passado anterior?

Como mostramos, não é só o mais-que-perfeito que exerce a função de anterioridade na norma popular. Há outros recursos linguísticos à disposição do falante que podem exercer a função de **passado anterior**.

Nesta perspectiva, apresentamos outras formas de anterioridade neste estudo que em vitalidade plena na língua popular ocuparam o espaço deixado pela forma simples e estão aos poucos alterando a forma de construção da forma composta.

Ao falarmos da anterioridade sem ponto referencial, argumentamos que um evento não é estabelecido, de uma ação a outra; ao passo que na anterioridade com ponto de referência, o último evento tem relação com o primeiro, estabelecendo processos resultantes. Dito isto,

chegamos então a um dos pontos culminantes à conclusão deste estudo sobre a função de passado anterior, arrolada tanto pelo mais-que-perfeito quanto por advérbios: quando a anterioridade é do tipo referencial, como acabamos de explicar, há o desejo do falante é enfatizar algo que ocorreu em algum ponto do passado, destacando-o em relação a outro ponto também passado (passado posterior). Assim, em uma anterioridade por relação referencial, o passado anterior e o passado posterior criam uma explicação contextual pela relação que mantêm. Um verbo, dessa forma, enfatiza o outro para informar uma situação.

Esta ênfase é importante porque é a partir dela que outros fatos futuros serão explicados. E isto ocorre porque a anterioridade com ponto referencial no passado posterior:

- a) Pode antecipar algo de expectativa futura (passado posterior).
- b) Produz um efeito de causa e consequência (o passado anterior é a causa e o que vem depois é a consequência).
- c) Discrimina o primeiro fato ao iniciar uma narração em relação aos demais.
- d) Exige maior grau de certeza em relação ao que é dito sobre os fatos passados.
- e) Os fatos passados descritos podem ser sequenciais ou contra sequenciais.

A anterioridade, sem valor referencial, caracteriza-se, por sua vez, um tipo que, mesmo tendo o passado anterior e posterior, não se relaciona criando contraste entre o fato anterior e posterior. Não há uma relação que cria uma situação resultante. Temos então uma anterioridade sem valor referencial. A respeito deste tipo de anterioridade, podemos dizer:

- a) Não antecipa algo de expectativa futura.
- b) Não produz um efeito de causa e consequência.
- c) Discrimina o primeiro fato a começar a narrativa, mas não o destaca dos demais.
- d) Exige menos certeza em relação ao que é dito sobre fatos passados.
- e) Os fatos passados descritos tendem a ser sequenciados, ou seja, na ordem em que ocorreram os eventos.

De todas as funções de anterioridades não canônicas, por nós discutidas, a que troca o mais-que-perfeito pelo pretérito perfeito é a única que não possui anterioridade sem ponto de referência. Por haver menos dependência de advérbios aspectualizadores, este tipo de anterioridade é facilmente comutável com o mais-que-perfeito, pois mudamos apenas o verbo. Nos outros tipos de anterioridades, ainda que haja função com ponto de referência, o emprego

do mais-que-perfeito significaria a retirada de advérbios que marcam a anterioridade; em outros termos, o falante precisaria mudar não apenas o verbo no pretérito perfeito, mas também retirar algum dos advérbios que se tornariam dispensáveis com a presença do mais-que-perfeito. Todavia, é preciso dizer que tal ação não seria necessária, dizemos isto apenas para comprovar contextos de uso do mais-que-perfeito, ainda que, funcionalmente, a escolha de outra forma exigiria contextos discursivos diferentes. Assim, no tipo de anterioridade em que apenas trocou o verbo, nada mudaria se utilizássemos o mais-que-perfeito.

A escolha do modo de realização da anterioridade está ligada às questões contextuais e pragmáticas, pois se a intenção é estabelecer relação entre um fato passado e outro que o sucede, haverá maior possibilidade do emprego do mais-que-perfeito ou de outra forma que também traga o ponto referencial entre passado anterior e posterior.

A função é uma necessidade de descrição do mundo, de eventos exteriores que ocorrem sempre numa ordem temporal. Assim, com o desgaste sofrido pela forma simples do mais-que-perfeito, a língua recorreu a outros expedientes para marcar a função de anterioridade, a fim de que a extensão de sentido permanecesse. Mas com o prevalecimento da forma sobre a função no modo de olhar da gramática, muitas formas de realização de anterioridade não são discutidas, já que a tradição gramatical apresenta apenas a única que se tornou canônica com o desaparecimento da forma simples da fala: a anterioridade por meio do mais-que-perfeito composto, pois a função da gramática normativa não é discutir a língua em uso e sua função, mas prescrever como ela deve ser utilizada. E quanto à função de anterioridade, é notório que, na tradição gramatical, há pouquíssimas explicações.

A função de passado anterior no português popular não possui uma forma identificada como própria do mais-que-perfeito, mesmo a forma composta é fruto de um empréstimo por gramaticalização; além disso, uniu tempos diferentes tinha (pretérito imperfeito [*infectum*] + particípio [*perfectum*]). Tanto é assim que há gramáticos, como Said Ali (1966) e Rocha Lima (2006), que argumentam que a forma correta do mais-que-perfeito deveria ser (tivera [*perfectum*] + particípio [*perfectum*]). Em outras palavras, queremos dizer que a função de passado anterior pertence a todo o enunciado. É uma propriedade da sentença.

Talvez, o desuso da forma simples, no passado, tenha ocorrido em função do desgaste funcional que as formas sintéticas já vinham sofrendo desde o latim vulgar. Assim, com maior tendência ao analitismo, a analogia com a voz passiva criaria as formas compostas, a fim de completar o quadro das funções verbais. É corrente no português brasileiro atual maior preferência do falante pelas formas analíticas dos tempos verbais, prefere-se, por exemplo,

dizer “vou cantar” do que “cantarei”. Se isto resultará em algo semelhante ao que ocorreu com a forma simples do mais-que-perfeito, só o tempo dirá.

Esperamos que nossa pesquisa seja útil àqueles que se aventurarem pela discussão sobre tempos verbais, pois cremos que ser este um campo de análise linguística que suscita ainda muitas questões poucos esclarecidas. Num momento em que a variante brasileira é preferida para o ensino de português a estrangeiros (por razões comerciais), podemos ver as nossas reflexões como de grande relevância na elaboração de manuais para o ensino da língua “viva”. Assim, dentro dos estudos de Linguística Aplicada ao Ensino, é importante destacar **as possibilidades de realização** e não apenas aquela preconizada pela tradição gramatical. Ademais, o ensino de uma língua (L1) deverá ser calcada, também, no ensino das possibilidades de expressão aumentando a competência do falante ao reconhecer outras formas de dizer.

A este respeito, pretendemos empreender futuramente uma análise comparativa entre o português culto e português popular.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALCKMIN, Tânia. Sociolinguística – parte I. In: MUSSALI, Fernando; BENTES, Anna Cristina. **Introdução a Linguística: Domínios e Fronteiras**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-48.
- ALI, Said. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1966.
- BACK, Eurico; MATTOS, Geraldo. **Gramática Construtural da Língua Portuguesa** (vol. I). São Paulo: Editora F.T.D. S.A., 1972.
- BULL, William E. **Time, tense, and the verb: a study in theoretical and applied linguistics, with particular attention to spanish**. Loss Angeles: University California press Berkeley, 1971.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa** (Tese de doutorado). Marília: Faculdade de Filologia, Ciências e Letras, 1968.
- _____. **A língua Falada no Ensino de Português**. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. Aspecto Verbal no Português Falado. In: BERNADETE, M, M, A; RORIGUES, A, C. S. (orgs). **Gramática do Português Falado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- _____. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CALVET, Lois-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CÂMARA JR, Joaquim Matoso. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Editora LTDA, 1985.
- CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. **Gramática Histórica**. São Paulo: Edita Ática, 1971.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- COAN, Márluce. **Anterioridade a um ponto de referência passado: (pretérito mais-que-perfeito)**. (Dissertação de mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-graduação em Linguística, 1997.
- _____. **As categorias tempo, aspecto, modalidade e referencia na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente** (Tese de doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-graduação em Linguística, 2003.
- COMRIE, B. **Tense** (4ª Ed.) Cambrigde: Cambridge University Press, 1990.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. **O Tempo nos Verbos do Português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A, 1976.

CUNHA, Celso. **Gramática Moderna**. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1970.

CUNHA, Maria Ângela Furtado da; COSTA, Marcos Antonio; CEZÁRIO, Maria Maura. Pressupostos Teóricos Fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; RIOS DE OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. E. **Linguística funcional: teoria e prática**. R. de Janeiro: Faperj/ DP&A, 2003.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. **Syntaxe Latine**. 2. éd. rev. et augm. Paris: Klincksieck, 1953.

FONSECA, Fernanda Irene. **Para o Estudo das Relações de Tempo no Português**. Rio de Janeiro: XV congresso internacional de linguística e filologia românica, 1977, p. 16.

GRANDGENT, C.H. **Introducciónal Latin Vulgar**. Madrid: Publicaciones de la Revista de Filosofía Española, 1952.

HOUAISS, José Carlos de Azeredo. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2ª ed. – São Paulo: Publifolha, 2008.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

_____. **A Expressão do Tempo em Português**. São Paulo: EDUC: Editora da PUC, 1997.

_____. Sobre os Advérbios Aspectuais. In: ILARI, Rodolfo (org.). **Gramática do Português Falado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

LONGO, B, O; CAMPOS, O, S. A auxiliabilidade: perífrase de tempo e de aspecto no português falado. In: M. ABAURRE, MARIA BERNADETE; C. S. RODRIGUES, ÂNGELA (orgs). **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. **Indivíduo, Sociedade e Língua: cara, tipo assim, fala sério!** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: 2011.

MACHADO, Raúl. **Questões de Gramática Latina**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1941.

MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; RIOS DE OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. E. **Linguística funcional: teoria e prática**. R. de Janeiro: Faperj/DP&A, 2003.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; WILSON, Victoria. Arbitrariedade e Iconicidade. In: MARTELOTTA, M, E. (orgs). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTIN, Robert. **Para entender a Linguística**. São Paulo: Editora Parábola, 2003.

MARTINET, André. **Elementos de Linguística Geral**. Lisboa: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 1976.

MELO, G. C. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.

MELO, Roberto de Mesquita. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C, 1945.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática Histórica**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato e Cia, 1932.

PERINI, Mario A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 45ª Ed. – Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia**. (Tese de doutorado). Florianópolis: Universidade Federal da Bahia, Curso de Pós-graduação em Linguística, 2005.

SPINELLI, Vincenzo. **Morfologia essencial da língua italiana**. Ed.: I. C Instituto di Cultura Italo-Bra. I. B.- 1940.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. **O Aspecto verbal no Português: a categoria e sua expressão verbal**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

WILLIAMS, Edwin Bucher. **Do latim ao português: fonologia e morfologia histórica da língua portuguesa**. Tradução: Antônio Houaiss. 2ª Ed. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, INL, 1973.